



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Departamento de Ciência Política**

Fabiane Alves Regino

**TECENDO A FIBRA DA DEMOCRACIA NO SERTÃO:
uma análise das ações políticas da Associação de
Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região
Sisaleira - APAEB/VALENTE -BA**

Salvador – 2007



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Departamento de Ciência Política**

Fabiane Alves Regino

**TECENDO A FIBRA DA DEMOCRACIA NO SERTÃO:
uma análise das ações políticas da Associação de
Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região
Sisaleira - APAEB/VALENTE-BA**

Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal da Bahia, como requisito final para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais, elaborado sob a orientação da Prof. Dr^a. Maria Victória Espiñeira González.

Salvador – 2007

-
- R335 Regino, Fabiane Alves
Tecendo a fibra da democracia no sertão: uma análise das ações políticas da associação de desenvolvimento sustentável e solidário da região sisaleira – APAEB/Valente - BA . / Fabiane Alves Regino. – Salvador, 2007.
143 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Victória Espiñeira Gonzalez
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2007.

1. Política. 2. Democracia. 2. Desenvolvimento Sustentável 3. Organizações Sociais. I. Espiñeira Gonzalez, Maria Victória. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD – 321.8

PÁGINA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos R. S. Milani

Profa. Dra. Iracema Brandão Guimarães

Profa. Dra. Maria Victória Espiñeira Gonzalez
(Orientadora)

DEDICATÓRIA

À minha família...

*Minha mãe Belinha,
Meu pai Divino,
Minha irmã Arli
Meu irmão Jonas*

A vocês dedico este trabalho, com todo o meu amor!

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi produzida de forma coletiva e envolveu ao longo de seu processo de construção a participação de entidades e amigos. Apesar da escrita ser um momento de extrema particularidade, a mesma não seria possível sem o apoio de todos, que de diferentes formas, transformaram as primeiras idéias e dúvidas em sonhos e conquistas.

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus pela oportunidade e por ter iluminado a minha vida. Aos amigos que me ajudaram a decidir por um novo caminho a ser seguido, em outro Estado, longe das minhas origens, dos meus parentes, amigos e família. Obrigada Júnia e Bruno, amigos que me incentivaram e me ajudaram a escrever o projeto de dissertação. Amigos que estavam comigo durante os períodos mais complicados da minha vida e felizes também.

A professora Dorinha da UFV, que releu por várias vezes o meu projeto, apontou os meus erros, sugeriu melhorias e contribuiu para essa conquista acadêmica. Obrigada por ter acreditado em mim.

Ao carnaval de 2004, que passei horas a fio estudando Marx, Weber e Durkheim, para o concurso do mestrado, 'dançando' entre uma teoria e outra, construindo esperanças e sonhos. E ainda agradeço a Zezeu que contribuiu para que minhas leituras aumentassem, sugerindo e me emprestando algumas referências.

Aos meus amigos que ficaram em Minas Gerais, que me incentivaram, apoiaram e compreenderam minha ausência. Principalmente minha amiga eterna Karine. A vocês agradeço imensamente pelo carinho e peço desculpas pela distância.

Aos companheiros de república, amigos sinceros Airtin e Ed, agradeço pelo carinho, risadas e pelas longas conversas e convivência. Até breve.

Agradeço pelos novos amigos baianos de mestrado e os conquistados fora desse espaço. Valeu pela companhia e pelo carinho. Em especial quero agradecer as amigas Carla e Soraia, companheiras de festas, de estudos, de desabafos, de

viagens. Juntas em vários momentos importantes vividos em Salvador. Obrigada pelo carinho, adoro vocês!

Agradeço a todos os entrevistados, as entidades e principalmente a APAEB, pela boa recepção, fornecimento de informações e disponibilidade de tempo. Sem vocês esse trabalho não seria possível. Muito obrigada.

Um agradecimento especial a Ney Carlos e Claret da APAEB; a Ranúsio da COOPERE, pela atenção e informações.

A Dora, secretária acadêmica do PPGCS, pela atenção e prestação de serviços. Sempre solícita e disposta a resolver nossos problemas acadêmicos. E a todos os funcionários do PPGCS.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro durante 12 meses; A Universidade Federal da Bahia e ao Departamento de Ciências Sociais pela oportunidade de estudos.

Ao professor Carlos Milani e a professora Iracema Brandão, por terem contribuído com seus conhecimentos para a realização desta pesquisa e aceitarem fazer parte da Banca Examinadora.

A Professora Maria Victória Espiñeira González pela orientação, amizade, pelos ensinamentos e por ter socializado seus conhecimentos comigo durante esses anos de curso de mestrado. Sem você essa caminhada seria mais difícil. Obrigada por tudo.

A Renato, companheiro de todas as horas, agradeço pelo apoio, compreensão, paciência, incentivo e carinho. Muitas vezes foi minha fonte de inspiração e de determinação. Obrigada por você existir e fazer parte de minha vida. Sempre terei você no meu coração!

Ao meu cunhadão, Denis Clei, responsável pela tradução do resumo e por quebrar vários dos meus galhos. Gosto muito de você e obrigada por tudo.

Agradeço aos meus irmãos, Jonas e Arli, pelo carinho, apoio, amor, atenção e por vocês serem tão maravilhosos comigo. Seguiremos sempre juntos nessa caminhada. Meu amor é todo de vocês. Desculpe pela ausência e obrigada por existirem.

Agradecimento especial aos meus pais, Sr. Divino e Dona Belinha, que foram os responsáveis por todas as minhas conquistas, meus principais fãs e

incentivadores. A vocês agradeço por tudo, principalmente por serem meus pais e por transformarem as dificuldades em um caminho muito mais fácil a ser seguido. Amo muito vocês! E me desculpe por estar tão longe dos seus braços!

Se passei em branco por algum agradecimento, saibam que todos lembrados e não lembrados moram no meu coração. E claro agradeço as Minas Gerais, meu Estado de origem, formador de minha personalidade e de meus sonhos! Um dia eu volto pra esse trem bão...UAI.

*“O senhor sabe:
o sertão é onde manda quem é forte,
com as astúcias. Deus mesmo, quando vier,
que venha armado!”*

(João Guimarães Rosa. **Grande Sertão: Veredas**)

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar em que medida a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB/Valente-BA), através das ações desenvolvidas e das relações estabelecidas com as organizações sociais e instituições públicas de Valente, influencia na ampliação ou na constituição de um campo democrático na cidade. O campo teórico da pesquisa está baseado no conceito de democracia e em alguns elementos democráticos indicados pelos autores Robert Dahl e Norberto Bobbio, quais sejam: proporcionar a formação do cidadão educado, a transparência na gestão, a criação de fontes alternativas de informação, a realização de eleições livres e idôneas, o tipo de agenda, a representatividade política, o tratamento com o opositor, os impactos nas decisões políticas e a possibilidade de contestação pública. Dessa forma, abordaremos a discussão sobre a “insuficiência” da democracia representativa e suas fragilidades, que, muitas vezes, ela se limita à representação de interesses das elites, com respectiva diminuição dos canais participativos, pelo que seguiremos analisando como estas fragilidades influenciam nos procedimentos de organizações civis no poder local de Valente, tal como em suas práticas e culturas políticas. Sendo assim, através do estudo sobre a APAEB/Valente, trataremos o associativismo civil como uma via da democracia participativa, ou seja, como um elemento genuíno e constituidor da participação da sociedade civil.

Palavras-chave: Democracia, Associativismo Civil, Participação

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze how much the “Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB/Valente-BA)”, through developed actions and established relations with the social organizations and public institutions of “Valente”, influence in the magnification or in the constitution of a democratic sector in the city. The theoretical topic of the research is based on the concept of democracy and some democratic elements indicated by the authors Robert Dahl and Norberto Bobbio, being these: to provide the formation of the educated citizen, the transparency in the management, the creation of alternative sources of information, the accomplishment of free and idoneous elections, the type of schedule, the politic representation, the treatment with the opponent, the impacts in the politics decisions and the possibility of public plea. By this way, will be approached the discourse about the "insufficiency" of the representative democracy and its fragilities, that many times, it limits to the representation of elites interests, with respective reduction of the participated canals, for that will be continued analyzed how these fragilities influence in the procedures of civil organizations in the local power of “Valente”, such as in its practical and politic cultures. Thus, through the study of case about APAEB/Valente, will be treated the civil associativism like a way of the participative democracy, or either, like an element constituter and genuine of the participation of the civil society.

Key words: Democracy, Civil Associativism, Participation

SUMÁRIO

RESUMO.....	VII
ABSTRACT.....	VIII
SUMÁRIO.....	IX
SIGLAS E ACRÔNIMOS.....	XI
LISTA DE QUADROS.....	XII
<i>Capítulo 1 – INTRODUÇÃO.....</i>	<i>01</i>
1.1 - APRESENTAÇÃO DO TEMA	01
1.2 - JUSTIFICATIVA.....	02
1.3 - OBJETIVOS	04
1.3.1 - Objetivo Geral.....	04
1.3.2 - Objetivos Específicos	04
1.4 - PROBLEMÁTICA DE INVESTIGAÇÃO E HIPÓTESES DA PESQUISA	04
1.5 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	06
1.5.1 – Metodologia nas Ciências Sociais	06
1.5.2 – Área de Estudo	09
1.5.3 – Pesquisa Bibliográfica.....	10
1.5.4 – Pesquisa de Campo.....	11

Capítulo 2 - TECENDO AS “FIBRAS” TEÓRICAS: DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO CIVIL EM CONTEXTO.....16

2.1 - DEMOCRACIA REPRESENTATIVA: A CRISE DE CREDIBILIDADE16

2.2 - DEMOCRACIA PARTICIPATIVA: UM CAMINHO PARA O INTERESSE COLETIVO21

2.3 - ASSOCIATIVISMO: A TRAJETÓRIA DA SOCIEDADE CIVIL NO PODER LOCAL30

Capítulo 3 - A CONJUNTURA POLÍTICA DE VALENTE E A HISTÓRIA DA APAEB.....46

3.1 - APAEB: DA ORIGEM À CONSOLIDAÇÃO.....46

3.2 - PANORAMA HISTÓRICO: A INSERÇÃO POLÍTICA DA APAEB NA REGIÃO SISALEIRA.....54

3.3 - APAEB HOJE: SUA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E SEU PAPEL EM VALENTE61

3.4 - VALENTE E A APAEB: UMA REFLEXÃO TEÓRICA SOBRE A PARTICIPAÇÃO, O CLIENTELISMO, OS INTERESSES.....67

Capítulo 4 – AS AÇÕES E RELAÇÕES DA APAEB NOS ÂMBITOS DA SOCIEDADE E DAS DECISÕES POLÍTICAS.....75

4.1 – APAEB: CONTESTAÇÃO PÚBLICA, INFORMAÇÃO E EDUCAÇÃO.....76

4.2 - APAEB: ELEIÇÕES, REPRESENTATIVIDADE E TRANSPARÊNCIA.....83

4.3 – APAEB: IMPACTOS NAS DECISÕES POLÍTICAS94

4.4 – APAEB: TIPO DE AGENDA, NATUREZA E CONTEÚDO.....99

4.5 – APAEB: TRATAMENTO COM O OPOSITOR.....	109
4.6 – FORTALECENDO A DEMOCRACIA.....	126
Capítulo 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	133
ANEXOS.....	139

SIGLAS E ACRÔNIMOS

APAEB	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAIS	Centro de Aprendizagem e Intercâmbio de Saberes
CAR/BA	Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviços
CODES	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira da Bahia
COGEFUR	Conselho Gestor do Fundo Rotativo
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
COOPERAFIS	Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão
EFA	Escola Família Agrícola
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FATRES	Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Imposto sobre circulação de mercadorias
INCRA	Instituto Nacional de Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MOC	Movimento de Organização Comunitária de Feira de Santana
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SICOOB-COOPERE	Cooperativa Valentense de Crédito Rural
STR/Valente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 - Plantação de Sisal.....	10
Figura 2 - Mapa de localização da cidade de Valente/Ba.....	10
Figura 3 – Passeata a favor da candidatura do Diretor Executivo da APAEB.....	86
Quadro 1 – Documentos Utilizados na Pesquisa.....	12
Quadro 2 – Setores das Organizações Civas e Instituições Públicas Pesquisadas Durante o Trabalho de Campo.....	13
Quadro 3 - Panorama de Acontecimentos da Década de 1980 – O Papel da APAEB.....	60
Quadro 4 – Estrutura Organizacional e Funcional da APAEB.....	64
Quadro 5 – Elementos de uma Democracia.....	76
Quadro 6 – Principais Temas e Tipos de Atividades Desenvolvidas Pela APAEB.....	105
Quadro 7 – Eventos com a Participação da APAEB.....	106
Quadro 8 - Premiações à APAEB.....	108
Quadro 9 – Projetos Não Apoiados pela Prefeitura Municipal de Valente.....	112
Quadro 10 – Nota Pública.....	117

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do Tema

Este trabalho tem como principal objetivo analisar em que medida a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB/Valente-BA) através das ações desenvolvidas e das relações estabelecidas com as organizações sociais e instituições públicas de Valente¹, influencia na ampliação ou constituição de um campo democrático na cidade. Ou seja, observaremos se há um conteúdo nessas práticas que leve ao fortalecimento da democracia, analisando as diversas esferas da sociedade em suas relações no âmbito das decisões políticas do município.

A pesquisa se apóia teoricamente no conceito de democracia e em alguns elementos democráticos indicados por Robert Dahl e Norberto Bobbio, quais sejam: proporcionar a formação do cidadão educado, a transparência na gestão, a criação de fontes alternativas de informação, a realização de eleições livres e idôneas, o tipo de agenda (a natureza e conteúdo das ações e relações que compõem uma agenda), a representatividade política, o tratamento com o opositor (conflito ou consenso), os impactos nas decisões políticas e a possibilidade de contestação pública.

Segundo Dahl (2005), a democracia requer esses elementos para que determinadas oportunidades à sociedade sejam garantidas, como a de formularem preferências, a de exprimirem essas preferências e as terem efetivamente consideradas na conduta decisória do governo. Nesse sentido, para Bobbio (2004, p. 30), quando contraposta a outras formas de governo a democracia pode ser entendida “como um conjunto de regras primárias que estabelecem quem está autorizado a tomar decisões coletivas e com quais procedimentos”.

¹ “A lenda popular conta que havia um pequeno povoado no interior do sertão baiano, próximo à Fazenda Barriguda, onde os irmãos [...] abrigavam um boi tão tinoso que vaqueiro nenhum podia com ele. Certo dia, o boi foi cercado por vários vaqueiros e, na tentativa de escapular, acabou caindo num caldeirão (fosso de pedras). Esse foi um acontecimento comemorado e comentado por todo o sertão, contando e cantando em cordéis e aboios, do famoso boi que não se subjugava a ninguém e que, de repente, fora finalmente vencido. O povoado, então, ficou conhecido pelos viajantes como Caldeirão do Boi-Valente e, mais tarde, por Boi-Valente, enfim...Valente” (NASCIMENTO, 2003, p.15).

Dessa forma, abordaremos a questão da “insuficiência” da democracia representativa e suas fragilidades, dado que muitas vezes ela se limita à representação dos interesses das elites, limitação correspondente a uma diminuição do caráter participativo dos mais diversos canais institucionais, para em seguida examinar as maneiras através das quais estas fragilidades influenciam os procedimentos de organizações civis no poder local de Valente, bem como as suas práticas políticas. Sendo assim, através do estudo concreto sobre a APAEB, trataremos do associativismo civil enquanto via da democracia participativa, elemento constituidor da participação da sociedade civil.

1.2 Justificativa

O presente trabalho surgiu da vontade de estudar o associativismo, a partir da experiência da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB/Valente), que há anos vem ganhando uma grande visibilidade, seja no âmbito econômico, social e político de Valente, sendo uma associação reconhecida nacional e internacionalmente.

Os principais aspectos que justificam a escolha pela APAEB foram identificados através de pesquisas em documentos sobre a Associação e a cidade de Valente, nos quais podemos perceber que a APAEB contribui para a melhoria da qualidade de vida (FILHO, 2003; NASCIMENTO, 2003) da população de Valente, gera emprego e renda para o município através da valorização dos produtos locais (IBGE, 2000; SILVA, 1993)² e criação de alternativas³ que fortalecem o tecido associativo local (criação de rádio e TV comunitária, clube social, incentivo à cultura local, ações de desenvolvimento sustentável, valorização e fixação do pequeno agricultor no campo, etc.). A Associação possui hoje mais de 700 famílias associadas, inserida em um contexto político autoritário, tradicionalista e clientelista, de concentração de renda nas mãos das elites locais (TEIXEIRA, 2001), além de estar passando por uma forte crise financeira.

Desde que foi criada, no final dos anos 70, em um contexto de controle político (regime militar), sendo fruto da organização de pequenos agricultores

² Ver os Relatórios Anuais da APAEB (1998 – 2004).

³ Ver o capítulo 3 dos Relatórios Anuais da APAEB (1998 – 2004); ver ainda os Relatórios Anuais do MOC.

familiares que se uniram em um movimento social para reivindicar seus direitos e melhorar suas condições de vida, a APAEB avançou e modificou a lógica da região sisaleira, tornando-se uma real ameaça aos 'donos do poder' (TEIXEIRA, 2001; SILVA, 1993).

Apesar do contexto político autoritário da época a APAEB conseguiu se consolidar em Valente, mesmo neste cenário de políticas clientelistas, de submissão e dependência aos grandes latifundiários da região. Sabe-se que o processo de transição do regime autoritário para o democrático brasileiro foi um conflito que envolveu atores modernos, democráticos e tradicionais e que esta transição contribuiu para o surgimento de novos atores sociais e políticos, mesmo com tímido impacto dentro do sistema político que ainda permaneceu com procedimentos e valores tradicionais⁴.

E esta característica prevalece em Valente atualmente, que embora tenha um forte tecido associativo⁵ é um município de tradicionalismo familiar, onde as práticas clientelistas se encontram arraigadas nos procedimentos das elites locais, que detêm o Poder nos âmbitos social, econômico e político há vários anos, sendo reproduzidas em outras instituições e organizações locais.

Este trabalho se justifica também pela importância que vem tendo as organizações civis da sociedade brasileira, em especial, a APAEB, como um canal de participação da população, ou seja, uma via da democracia participativa, que propõe modificar a lógica da democracia representativa local, ainda com resquícios fortes do regime autoritário, que está pautada muitas vezes na representação dos interesses das elites e que exclui do processo de tomada de decisões grande parte da sociedade.

Faz-se necessário compreender como a APAEB fortalece o processo democrático de Valente e quais são suas principais práticas e interesses, já que a mesma se encontra inserida em uma cultura política tradicional e clientelista, de concentração de renda, sendo considerada uma ameaça às elites locais que não querem perder o poder. É neste contexto que os procedimentos democráticos serão

⁴ Avritzer (1996)

⁵ Fonte: Cartório de Registro de Imóveis de Valente apud Teixeira (2001), até 1997 o número de associações registradas em Valente chegaram a 3871, entre os tipos: religiosas, assistência social, recreativa/esportiva, educacionais/cultura, pequeno produtor, sindicais e comunitárias. Para essa pesquisa foram escolhidas as que detêm maior visibilidade na região.

analisados, tal como a influência da Associação no município e no processo do interesse coletivo.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar em que medida a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB/Valente-BA), através das ações desenvolvidas e das relações estabelecidas com as organizações sociais e instituições públicas de Valente, influencia na ampliação ou constituição de um campo democrático na cidade.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Compreender qual a extensão da área de influência da APAEB sobre as organizações da sociedade civil de Valente e a vida política da cidade, observando a sua intensidade e capacidade de mobilizar esses grupos públicos.
- Perceber se a APAEB, não apenas atualmente, mas ao longo de sua trajetória, tem valorizado as ações coletivas, os debates, etc, que levam à superação dos auto-interesses através de assuntos públicos e de caráter geral, ou se o sentido maior dessa associação é de prover serviços.
- Estudar como tem sido o papel da APAEB diante da Prefeitura Municipal e de outras forças políticas de Valente, na intenção de entender se tem havido um caráter de polarização política, pressão, subordinação de acordos e convênios.
- Analisar se existe um repertório comum de políticas entre essas diversas forças e como são solucionados os conflitos e os ajustes de interesses.

1.4 A Problemática de Investigação e as Hipóteses da Pesquisa

A problemática deste trabalho foi construída a partir dos seguintes questionamentos: em que medida as ações desenvolvidas pela Associação de

Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) influencia na ampliação ou constituição de um campo democrático em Valente? Como o conteúdo dessas ações fortalece a democracia, nos âmbitos da sociedade e das decisões políticas do município? E, qual o impacto das ações da APAEB nas relações estabelecidas com as organizações sociais e públicas da cidade? Sendo assim, o problema desta pesquisa perpassa em entender como a política local de Valente influencia nas ações e práticas da APAEB e na construção de um campo democrático no município.

Alguns estudos⁶ já comprovaram a credibilidade e influência da APAEB na melhoria da qualidade de vida no semi-árido baiano, tal como na formação de um capital social⁷ relevante e no desenvolvimento sustentável de Valente. No entanto, a proposta aqui é entender a amplitude do papel político da APAEB, já que a mesma é oriunda de um movimento regional e pode ser considerada um sintoma de sujeitos políticos formados ao longo do seu processo de trabalho que, em alguma medida, barganha um saldo positivo no processo político devido à sua importância no campo econômico e social. A propósito, é tão relevante a sua importância econômica para o município e região que, com a atual crise financeira que a Associação está atravessando⁸, modificou-se a lógica de funcionamento dos setores da cidade, já que a mesma é responsável pela geração de 900 empregos diretos em Valente através da cadeia produtiva do sisal.

Temos como hipótese da pesquisa que a APAEB, por ser uma associação de grande importância social e econômica, torna-se uma ameaça política às elites locais que não querem perder o poder – principalmente o Poder Público Municipal – sendo opositores ao projeto APAEB. O papel político da APAEB pode ser percebido a partir de experiências tanto na representação dos interesses dos pequenos agricultores familiares no âmbito da sociedade, quanto na sua tentativa de inserção nas esferas das decisões políticas, através da candidatura de um representante dos movimentos sociais nas eleições municipais de Valente oriundo do quadro administrativo da Associação.

⁶ Macedo Filho (2003), Nascimento (2003), Silva (1993) e Teixeira (2001)

⁷ Ver Nascimento (2003) – Conviver o Sertão: origem e evolução do capital social em Valente/Ba.

⁸ São problemas de pagamento de salário aos funcionários da fábrica de tapetes e carpetes da APAEB, falta de recursos para continuar os projetos da Associação, questionamentos sobre o modelo de gestão da APAEB, desconfiança por parte dos opositores políticos sobre a administração dos recursos da APAEB, agravada com as eleições municipais e pela falta de apoio do Poder Público Municipal.

Nesse sentido, Jasmin (2001, p. 79) ressalta que as experiências políticas comunitárias podem ir contra a “idéia de que a política deve estar pautada na competição agonística dos interesses particulares”. É nessa perspectiva que a democracia representativa vem sendo questionada por não responder mais os anseios da sociedade e de representar muitas vezes os interesses das elites e não da coletividade, restringindo dessa forma os canais de participação (SANTOS, 2005; BOBBIO, 2004; TOURAINE, 1996) e é nesse contexto, que a sociedade contemporânea busca através da organização popular cobrar seus direitos aos representantes políticos.

Sendo assim torna-se importante compreender qual a extensão da área de influência da APAEB sobre as organizações da sociedade civil de Valente e a vida política da cidade, observando a sua intensidade e capacidade de mobilizar esses grupos públicos e de fortalecer ou não o processo democrático? E suas práticas, levam à superação dos auto-interesses ou a dos interesses específicos das elites locais?

A partir destes questionamentos, uma outra hipótese pode ser levantada: acreditamos que existe uma ‘reprodução’ da política local dentro do sistema associativo, o que limita o fortalecimento do processo democrático em Valente e não superaria os auto-interesses em detrimento aos interesses coletivos, tais como o tradicionalismo familiar (nepotismo), a centralização de poder e de informações e a não profissionalização da gestão.

Para Jasmin (2001, p. 211), “a doutrina do interesse bem-compreendido, cumpria o papel de reduzir o caráter predatório do auto-interesse ao obrigar os indivíduos à participação no público” e o presente estudo possui como variável importante da democracia, a superação dos auto-interesses que se configura em instrumento para a garantia dos interesses coletivos na esfera pública.

1.5 Procedimentos Metodológicos

1.5.1 Metodologia nas Ciências Sociais

Esta pesquisa de cunho qualitativo teve como embasamento as pressuposições de Martins (2004, p. 289 – **grifo nosso**), onde a autora afirma:

A pesquisa qualitativa é definida como aquela que privilegia a análise de micro processos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise. Enfatiza-se a necessidade do exercício da intuição e da imaginação pelo **cientista social**, num tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também — o que é muito importante — para a liberdade do intelectual.

Uma das grandes discussões da Metodologia de Pesquisa nas Ciências Sociais diz respeito à definição sobre o que é ou não ciência. Assim, para compreender a ciência, deve-se entender que se trata de um processo dinâmico, envolvendo além de simples registros de fatos e testes experimentais, o conhecimento da razão pela qual os fenômenos da realidade social funcionam, ou seja, torna-se relevante perceber que as teorias, os métodos, as técnicas, os produtos, contam com “aprovação geral” quando considerados científicos. Então, a autoridade da ciência é evocada amplamente/sistematicamente no meio científico, principalmente quando existem contradições e lacunas na realidade, que levam à busca de respostas através de caminhos que podem ser comprovados.

Segundo Santos (1989), o paradigma da ciência que presidiu a este processo histórico se encontra numa crise que não é superável somente mediante simples reformas parciais do paradigma. Encontra-se numa fase de transição paradigmática que, como qualquer outra, é caracterizada pela reconceptualização da ciência que existe em função de uma *nova ciência*, cujo perfil ainda se vislumbra. O saber científico abre-se a outros saberes e assim se propicia a ruptura epistemológica. Para Santos (1989), o conhecimento é contextual, pois o conhecimento de hoje pode ser negado amanhã, o que faz da ciência um processo em constante criação e não uma verdade absoluta.

Para Bourdieu (1999) a pesquisa científica organiza-se em torno de objetos construídos, que não têm nada em comum com as unidades separadas pela percepção ingênua. Não é possível evitar a tarefa de construir o objeto sem abandonar a busca por esses objetos pré-construídos, fatos sociais separados, percebidos e nomeados pelas ciências sociais espontâneas.

Por mais parcial e parcelar que seja um objeto de pesquisa, o mesmo só pode ser definido e construído em função de uma problemática teórica, que permita submeter a uma interrogação sistemática os aspectos da realidade, colocados em relação entre si pela questão que lhes é formulada. É justamente através da teoria

que surgirá uma organização lógica a estes aspectos selecionados da realidade empírica devido a seus princípios e definições. No mais, a teoria se destaca por conseguir explicar fenômenos de forma sintética e também abrangente através dos conceitos. Assim, uma asserção científica que é construída a partir de hipóteses que têm uma base teórica, pode ser confrontada com a realidade, seja em qualquer época ou por qualquer pessoa, garantindo credibilidade de um trabalho científico com fundamentos mais sólidos.

Tendo em vista que o trabalho científico/teórico não se limita somente a procedimentos metodológicos e técnicas, procura-se, portanto, entender as relações envolvidas nas questões subjetivas e objetivas da realidade social em seus diversos contextos que, concomitantemente, transformam a teoria e a prática científica.

A importância da metodologia em uma pesquisa científica diz respeito às melhores alternativas e/ou cuidados de se tratar o objeto de investigação, pois será através das técnicas de pesquisas selecionadas que validaremos o trabalho e chegaremos às respostas acerca do problema construído.

Nesse contexto, baseado em Duverger (1981) e no seu livro *Ciência Política: teoria e método*, existem alguns procedimentos que o pesquisador da ciência política deve adotar antes de iniciar uma pesquisa, ou seja, o conhecimento prévio de bibliografias acerca do tema em que se pretende estudar, proporciona ao pesquisador uma visão ampla e útil na formulação de hipóteses e preenchimento de lacunas no estudo, sobretudo na construção de seus dados. Para o autor, os documentos escritos são os mais essenciais à ciência, no entanto, fontes importantes como filmes, fotografias, gravações e, em específico, os materiais utilizados na vida política (insígnias dos partidos, cartazes, uniformes, propagandas), não devem ser abandonados.

Dessa forma, ampliar sua rede de conhecimento através de consultas a trabalhos anteriores às vezes não é tão fácil, pois o autor aponta que, devido à ausência de uma bibliografia geral de base na ciência política, as lacunas muitas vezes são preenchidas e/ou complementadas com o acesso a bibliografias particulares. Para Duverger (1981, p.71 – **grifo nosso**), “as bibliografias particulares [...] têm a vantagem de **serem** mais completas e sobretudo de **serem** comentadas”, facilitando nesse sentido o manuseio e a interpretação.

Através das pontuações e dos métodos de pesquisas levantados anteriormente podemos perceber que existem especificidades e relevância de algumas técnicas aplicadas, que são diferenciadas de acordo com a linha de pesquisa. No caso da ciência política, que representa uma das vertentes das ciências sociais, possuindo em seu conteúdo vários domínios, torna-se interessante reproduzi-la em um plano de classificação, de acordo com Duverger.

Nesse sentido, a ciência política engloba problemas gerais, estudos e tendências atuais; o pensamento político com idéias e bases ideológicas dos sistemas políticos; as instituições políticas e administrativas; a vida política com suas forças (grupos de pressão, forças operárias, etc), os partidos políticos, lideranças e elites; as relações internacionais e os estudos nacionais e regionais. Através da escolha de um dos domínios para a realização de uma pesquisa, as construções dos dados se darão de forma mais específica e direcionada.

1.5.2 Área de Estudo

Esta pesquisa foi realizada na cidade de Valente, município criado em 1958 e situada a 270 Km da capital Salvador, com a população total de 19.129 habitantes, sendo que 50,35% vive na zona rural (IBGE, 2000). O município se encontra situado na região nordeste da Bahia, micro-região de Serrinha, no polígono das secas. Possui uma área de 871,2 Km², com densidade demográfica de 51,35 hab/Km². É caracterizado por ser eminentemente agrícola, sendo esta sua principal base econômica, merecendo destaque o sisal (Figura 1). O clima é semi-árido, com poucas chuvas e longos períodos de seca (Figura 2).

Para a Companhia de Ação e Desenvolvimento Regional (CAR/BA), o semi-árido baiano é uma região que coincide com a caatinga, embora seus limites não sejam os mesmos, pois a caatinga possui limites predominantemente naturais, enquanto a região semi-árida é constituída por limites naturais e políticos (CAR, 1995).

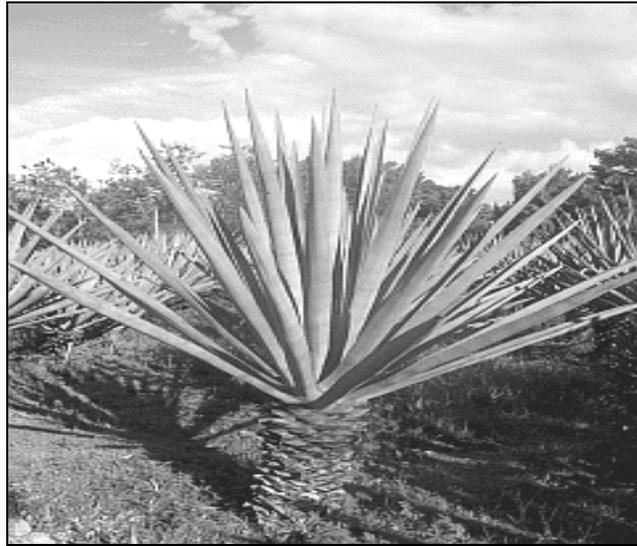


Figura 1 – Plantação de Sisal

Fonte: <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/b/b7/Plantsisal.jpg>

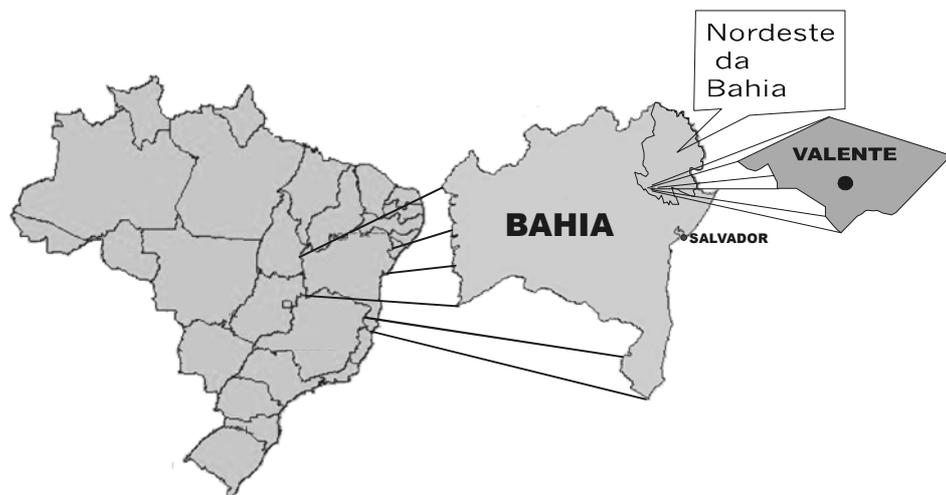


Figura 2: Mapa de localização da cidade de Valente/Ba
Fonte: Mapas do IBGE

1.5.3 Pesquisa Bibliográfica

A pesquisa bibliográfica é um instrumento importante para a construção teórica da pesquisa pois é através da revisão de literaturas sobre o assunto a ser pesquisado que se discute as categorias de análise do trabalho. No nosso caso, as categorias teóricas principais são o associativismo civil, a democracia (representativa e participativa) e a sociedade civil. No entanto, outros conceitos perpassam e são

discutidos no decorrer do trabalho, sendo estes considerados fundamentais para o entendimento integral da pesquisa, tais como os movimentos sociais e o poder local.

Grosso modo, a pesquisa bibliográfica pode ser considerada um apanhado sobre os principais trabalhos científicos já realizados sobre o tema escolhido e que são revestidos de importância por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes. Para Luna (1999), esta fase do trabalho abrange publicações avulsas, livros, jornais, revistas, vídeos, internet, etc, sendo importante tanto nos estudos baseados em dados 'originais', construídos na pesquisa de campo (entrevistas, observações), bem como aqueles inteiramente baseados em documentos. A partir da pesquisa bibliográfica foram construídos os indicadores de análise do trabalho, elaborados através das leituras e discussões das categorias de investigação.

1.5.4 Pesquisa de Campo

A proposta da pesquisa de campo é fazer com que o pesquisador obtenha informações complementares ou seja, coletar dados que, para o seu trabalho, não foram suficientemente encontrados durante o processo de observação e pesquisa bibliográfica. Haguette (1997, p. 86) define a entrevista como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”.

Como técnica do trabalho de campo, a entrevista é o instrumento mais utilizado para realizar as coletas de dados sobre o um tema específico, ou seja, com as entrevistas os pesquisadores conseguem as informações, através de dados objetivos e subjetivos. Nesse caso, como dados objetivos desta pesquisa foram utilizados como fonte secundária⁹ os jornais escritos locais, reportagens, relatórios anuais das organizações pesquisadas, atas e documentos, livros, artigos, dissertações e esses dados serviram para traçar o perfil das organizações da sociedade civil e Instituições Públicas de Valente (Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira, Movimento de Organização Comunitária, Cooperativa Valentense de Crédito Rural e o Poder Público Municipal), tal como suas funções e ações. Os dados subjetivos foram obtidos através de fontes

⁹ Ver quadro 1.

primárias com as entrevistas semi-estruturadas, a partir das quais foi possível relacionar aos dados objetivos aspectos subjetivos, como valores, atitudes e opiniões dos entrevistados (as).

As entrevistas semi-estruturadas foram elaboradas com base nos objetivos da pesquisa e nas categorias de análise escolhidas. Elas foram aplicadas a representantes da APAEB e de outras organizações da sociedade civil: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente (STR/Valente), Cooperativa Valentense de Crédito Rural (SICOOB-COOPERE), Movimento de Organização Comunitária de Feira de Santana (MOC), Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão (COOPERAFIS) e os Poderes Legislativo e Executivo, que fizeram parte da pesquisa.

Buscando a heterogeneidade das informações, a amostra foi composta por representantes destas organizações e instituições, que ocupavam funções e cargos diferentes, homens e mulheres, associados e diretores, perfazendo um total de 16 entrevistas em profundidade (Quadro 2).

Quadro 1 – Documentos Utilizados na Pesquisa

Documentos	Organização/Instituição	Data
Relatórios Anuais	APAEB	1997-2005
Relatórios Anuais	SICOOB-COOPERE	2004-2005
Relatórios Anuais	MOC	2004-2006
Publicação Local (Livro) – Uma surpresa no sertão	APAEB SICOOB-COOPERE	2006
Atas (Reuniões e Assembléias)	APAEB	2004-2006
Jornais (Folha do Sisal e Folha da APAEB)	APAEB	2000-2006
Jornal Tribuna do Sisal	Município de Valente	2005-2006
Publicação Local (Livro) – Valente: estrela do semi-árido	Município de Valente	2004

Regimento Interno	Câmara Municipal de Valente	2005
Estatutos	APAEB SICOOB-COOPERE	2006
Publicação (Livro) – Estudo de impacto na região do sisal	CESE	2004
Cartilhas Educativas	APAEB	2004-2006
Programas de Governo dos Candidatos a Prefeito	Partidos (PT/PPS e PL/PFL)	2004

Quadro 2 – Setores das Organizações Civas e Instituições Públicas em que foram realizadas as entrevistas durante o trabalho de campo.

Organização Civil e/ou Instituições Públicas	Setores	N. de Entrevistas
APAEB/Valente	Diretoria Executiva	2
	Conselho de Administração	1
	Gerência/Coordenação	1
	Assessoria/Consultoria	1
SICOOB-COOPERE/Valente	Conselho de Administração	1
MOC (Feira de Santana)	Diretoria	1
	Ex-Coordenação do Programa de Projetos Produtivos	1
STR/Valente	Secretaria de Finanças	1
	Presidência	1
COOPERAFIS/Valente	Diretoria Financeira	1
	Gerência	1
Câmara de Vereadores/Valente	Vereador (situação PL – líder prefeito)	1
	Vereador (oposição PPS)	1
	Presidência da Câmara	1
Poder Público Municipal/Valente	Secretaria da Agricultura	1

Deve-se ressaltar algumas dificuldades que foram encontradas durante o trabalho de campo, principalmente em relação ao acesso a representantes do Poder Público Municipal (Prefeitura). Embora tenham sido feitas várias tentativas de entrevista com o Prefeito, o mesmo não se encontrava disponível, alegando incompatibilidade de agenda e outros trabalhos fora da sede da Prefeitura e viagens para a capital com objetivos políticos. Por isso, foi ao menos possível entrevistar um membro da Secretaria de Agricultura e o líder do prefeito na Câmara Municipal.

A escolha destas Instituições e Organizações está diretamente ligada à relação que elas estabelecem com a APAEB, de forma a entendermos a influência da Associação nas ações e práticas das mesmas. Segundo Marques (1997, p. 76),

“as Instituições incluem regras formais e procedimentos consentidos, práticas operacionais padronizadas que estruturam a relação entre os indivíduos nas várias unidades da economia e da política” e as organizações são corpos políticos, econômicos, sociais e educacionais.

O MOC, com forte influência da Igreja Católica¹⁰ por exemplo, fez parte da formação da APAEB, apoiando o movimento e realizando práticas conjuntas até sua consolidação. Esse movimento ainda é um parceiro da APAEB e desenvolve vários trabalhos em conjunto, tal como assessoria e consultoria à Associação.

O interesse pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais/Valente deve-se principalmente aos levantamentos em documentos¹¹ sobre esta entidade que revelaram que em muitos momentos na história da Bahia, os sindicatos eram usados como máquinas de controle político pelos grandes proprietários de terra da região. Outro aspecto trata-se da relação da APAEB com os sindicatos de trabalhadores rurais, que esteve em vários momentos associada à luta contra a centralização do controle político, que estava nas mãos de uma minoria elitista e tradicionalista¹². Estas questões justificam a escolha por esta entidade.

A Cooperativa Valentense de Crédito Rural (SICOOB-COOPERE) foi selecionada para a pesquisa, pois além de consolidar enquanto entidade da sociedade civil organizada, foi criada a partir da Poupança APAEB. Estas são parceiras no processo de desenvolvimento local. De acordo com relatórios (2004-2005) da SICOOB-COOPERE, grande parte da credibilidade que a cooperativa teve em seus primeiros anos de funcionamento, foi devido ao papel desenvolvido pela APAEB em Valente e região. Por serem organizações de visibilidade no município, alguns membros são representantes em ambas e isto pode ser importante para analisarmos quem são os principais personagens envolvidos em cargos de tomada de decisão do município, quem constitui rede de forças políticas da cidade e como isso influencia na vida política de Valente.

¹⁰ Embora a Igreja tenha feito parte do processo de criação da APAEB, de acordo com algumas entrevistas (2006), com a mudança do Padre, a paróquia de Valente tem se afastado dos movimentos sociais devido o caráter mais conservador do pároco atual e por sua ligação com as elites locais. Mesmo assim, a autora buscou entrevistá-lo, mas o mesmo não se encontrava no município durante o trabalho de campo.

¹¹ Ver Silva (1998), Nascimento (2003) e Macedo Filho (2003).

¹² Sobre o tradicionalismo e clientelismo em Valente ver Nascimento (2003), Macedo Filho (2003) e Silva (1998).

Assim como a SICOOB-COOPERE, a COOPERAFIS é uma extensão do trabalho da APAEB, que deu apoio logístico e financeiro às artesãs. As mulheres artesãs fundaram a cooperativa e continuam como parceiras da APAEB, fazendo parte de uma das importantes organizações da sociedade civil de Valente (APAEB, 2005). Finalmente, a escolha pelos Poderes Executivo e Legislativo do município, como a Câmara de Vereadores e a Prefeitura Municipal, se dá principalmente pela questão do tradicionalismo familiar no poder local e a possível reprodução destas práticas dentro da APAEB, além dos dados do levantamento indicarem o Poder Público como o principal entrave a realização dos projetos da APAEB e do desenvolvimento local (MACEDO FILHO, 2003; NASCIMENTO, 2003; DADOS DAS ENTREVISTAS DE CAMPO, Setembro, 2006).

CAPÍTULO 2: TECENDO AS “FIBRAS” TEÓRICAS: DEMOCRACIA E ASSOCIATIVISMO CIVIL EM CONTEXTO

O objetivo deste capítulo é levantar a discussão sobre a democracia representativa como um sistema político que se encontra em crise, bem como a discussão da emergência da democracia participativa, um tipo de alternativa à crise da representação, na medida em que a sociedade civil cria canais participativos através das ações coletivas e dos movimentos sociais; no caso, a experiência da APAEB. Sendo assim, analisaremos a democracia representativa, sua teoria e prática, suas fragilidades e o papel da democracia participativa como um processo, bem como seu impacto nas organizações da sociedade e no sistema democrático vigente.

Para Touraine (1996), movimentos sociais e democracia são indissociáveis e, para que exista um movimento social, é necessário que as ações coletivas tenham objetivos sociais, ou seja, “que reconheça valores ou interesses gerais da sociedade e, por conseguinte, não reduza a vida política ao confronto de campos ou classes, ao mesmo tempo em que organiza e desenvolve conflitos” (TOURAINÉ, 1996, p. 85).

Será realizada também uma análise sobre o associativismo civil e suas principais perspectivas como um elemento constituidor da democracia participativa, considerando a trajetória do associativismo no Brasil como um movimento de organização da sociedade civil.

2.1 Democracia Representativa: A Crise da Credibilidade

A democracia é um dos temas mais discutidos nas ciências sociais e um dos que mais ganha análises fundamentais para a compreensão do sistema democrático contemporâneo, principalmente sob a análise da ciência política¹³. A democracia atual não pode mais ser vista como “o governo do povo” se o povo efetivamente não for reconhecido enquanto cidadãos e cidadãs. Talvez um dos mais importantes

¹³ Falar de democracia hoje é um desafio, principalmente por esse sistema ter que reconhecer nas diferenças da sociedade multi-identitária, as questões de raça, gênero, idade e cultura (GOHN, 1997).

papéis da democracia atual seja, além de entender essas diferenças, “desconstruir” os processos de exclusões construídos historicamente oriundos do acúmulo de renda e da impossibilidade da sociedade de participar da vida coletiva.

As democracias passaram, portanto, a enfrentar desafios especiais em sociedades multi-identitárias para garantir a representação e participação das minorias, protegendo, promovendo e realizando os seus direitos. O fio condutor das reivindicações destas minorias é a idéia normativa de que os indivíduos e os grupos sociais têm de obter reconhecimento ou respeito na sua diferença (SILVEIRINHA, 2004, p. 2).

No sentido etimológico da palavra, democracia significa um regime em que o “povo governa” e este povo considerado como cidadão possui direitos políticos.

Também a democracia pode ser chamada de “governo da maioria”. Em Atenas a ‘maioria’ possuía um significado restrito, pois excluía o direito de cidadania a todos aqueles ligados à reprodução física (mulheres) e material, ou seja, o mundo do trabalho permanecia marginalizado e não fazia parte do processo de deliberação da *Ágora*¹⁴. Para Rosenfield (1994, p. 8), “governo da maioria constituiria questões candentes para o mundo ateniense, onde a forma de articulação das relações políticas se determinava pela inserção do indivíduo na comunidade dos homens livres”. A democracia, na sua origem grega, é um exemplo primordial de participação dos cidadãos (DAHL, 2001). Sua análise relacional, entre os regimes monárquicos e aristocráticos, era considerada como mais uma forma de governo ou exercício do poder político.

Quem ressalta esta análise comparada de democracia entre outras formas de governo é Norberto Bobbio em sua obra *Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política*. Para Bobbio (2004) qualquer discurso sobre a democracia deve ser prescindido da relação entre as outras formas de governo, pois somente dessa maneira é possível individualizar o caráter específico da democracia.

[...] desde que o conceito de democracia pertence a um sistema de conceitos, que constitui a teoria das formas de governo, ele não pode ser compreendido em sua natureza específica senão em relação aos demais

¹⁴ Entre os cidadãos atenienses se instaura um verdadeiro espaço público, chamado de *ágora*, que significa praça pública. Este local torna-se um lugar de encontros e reuniões, em que se discutiam e realizavam ações políticas graças às confrontações de opiniões. As decisões do conjunto da coletividade eram elaboradas neste espaço e deliberadas publicamente pelo voto.

conceitos do sistema, dos quais delimita a extensão e é por eles delimitado. Considerar o conceito de democracia como parte de um sistema mais amplo de conceitos permite dividir o tratamento seguindo os diversos usos a que a teoria das formas de governo foi destinada, ao longo do tempo e segundo diversos autores (BOBBIO, 2004, p. 135).

No pensamento antigo, a forma de governo remete ao valor da organização política na qual não existia a figura dos representantes (democracia direta). Com o aumento do número de cidadãos e por causa da extensão¹⁵ dos países ou territórios nacionais, o tempo gasto para tomar as decisões era inviável para a organização política e é neste contexto que se pensa na democracia representativa, não como uma substituta da democracia direta mas como uma forma de ir contra uma ameaça do absoluto (ROSENFELD, 1994) e representar setores da sociedade, através da eleição de alguns cidadãos. Ou seja, a idéia de que todos os cidadãos adultos poderiam contribuir para a construção do poder através do voto, se consolida com o sufrágio universal, onde “as eleições funcionam como um ponto central do método democrático porque elas fornecem o mecanismo através do qual pode se dar o controle dos líderes pelos não-líderes” (PATEMAN, 1994, p. 18).

Neste contexto, nas discussões sobre a democracia governada e governante de Sartori (1994) podemos perceber que na democracia o governo do povo é manifestado no momento das eleições, sendo assim chamados de “povo governante”. No entanto, o mesmo autor ressalta que as eleições fazem parte do processo que acontece de tempo em tempo e durante este intervalo o povo está envolvido em uma experiência pré-eleitoral, no qual os cidadãos obtêm as informações e devem ser livres tanto para expor suas opiniões como para eleger seus representantes. Este intervalo existente entre um processo político e outro, pode ser entendido como um distanciamento constituído no seio da democracia representativa entre a sociedade e o Estado. De acordo com Rosenfeld:

O projeto de uma democracia indireta, exercida por representantes constituídos em diferentes poderes, funda-se em contrapartida, numa posição filosófico-política que reconhece a opacidade própria do real, as relações históricas tais como elas existem e o que de direito, não pode ser identificado: a separação entre o domínio do social e o do político, entre a sociedade e o Estado (ROSENFELD, 1994, p. 68).

¹⁵ Nos termos de Tracy, “a democracia representativa é a democracia viável por muito tempo e sobre um território de grande extensão (DESTUTT DE TRACY, 1964 apud DAHL, 2001).

Nesse sentido, o debate sobre a democracia representativa está pautado em dois temas principais, quais sejam: os poderes dos representantes e o conteúdo da representação, em que os representantes possuem duas características bem estabelecidas (BOBBIO, 1992). Um traço característico é que, na medida em que o representante “goza da confiança do corpo eleitoral, uma vez eleito não é mais responsável perante os próprios eleitores e seu mandato, portanto, não é revogável” (BOBBIO, 1992, p. 59). Outro aspecto ressaltado pelo autor diz que o representante, quando escolhido a tutelar o interesse geral da sociedade civil, não é mais responsável direto por quem o elegeu, pois ele não representa os interesses particulares de determinadas categorias e sim os interesses da coletividade.

As principais críticas à democracia representativa se pautam nestas duas características apresentadas acima, reivindicando assim uma democracia de caráter mais amplo, completo e democrático. Na sociedade moderna a democracia real é pluralista e representativa, no qual os representantes deveriam garantir os interesses públicos. Diferentemente do que acontece, pois, o que predomina é a representação de interesses de grupos, excluindo deste processo os indivíduos enquanto protagonistas da vida política, no qual o povo, “separado” em grupos que se contrapõem e concorrem entre si, está longe de ser uma unidade ideal (BOBBIO, 1992).

Segundo este mesmo autor, devemos entender a expressão *democracia representativa* como as deliberações coletivas que são tomadas por pessoas eleitas para representar essa coletividade, ou seja, o povo participa de forma indireta do processo deliberativo, tendo no Estado Parlamentar a aplicação do princípio da representação através de seu órgão central, o parlamento, que não apenas é o local para onde as reivindicações se dirigem, é também o lugar onde são tomadas as decisões. Dessa forma:

[...] nem toda forma de democracia é representativa (daí a insistência sobre a democracia direta), mas também é verdade que nem todo Estado representativo é democrático pelo simples fato de ser representativo: daí a insistência sobre o fato de que a crítica ao Estado parlamentar não implica a crítica à democracia representativa, já que, se é verdade que toda democracia é representativa, é igualmente verdade que nem todo Estado representativo é em princípio e foi historicamente uma democracia (BOBBIO, 1992, p. 57).

Para Miguel (2002), o povo na democracia contemporânea está condenado à passividade, pois somente nas eleições é que ele exerce sua soberania, tendo que escolher entre as opções de alguns grupos já organizados, e neste contexto, as discussões sobre a democracia representativa no final do século XXI coloca no debate a crise dessa forma representativa, baseados em questões como a insuficiência dos representantes de não atenderem e identificarem as demandas da sociedade. Esta insuficiência foi acelerada por duas questões. De um lado temos o processo de globalização, no qual a transnacionalização da economia mundial reduziu o poder do Estado e de outro, o aumento e fortalecimento das organizações da sociedade civil que passaram a demandar diversas pautas e cobrar de forma mais efetiva dos governos e seus representantes (NOGUEIRA, 2005). Para Milani, a crise da credibilidade da democracia representativa está ligada a fatores como:

a apatia política dos eleitores, considerável descaso popular por assuntos públicos, significativas taxas de abstenção eleitoral (nos casos em que o voto não é obrigatório), bem como níveis elevados de corrupção na administração pública. Há uma demanda claramente formulada por atores da sociedade civil em prol da renovação das relações governo-sociedade e de uma redefinição política, uma vez que a representação tradicional se encontra cada vez mais distante da vontade dos representados (MILANI, 2005, p. 8).

Os aspectos que aceleram essas insuficiências estão relacionados com o que Dahl (2005) chama de dimensões teóricas da teoria democrática contemporânea. Estas dimensões envolvem dois eixos de compreensão: de um lado, temos o eixo competição que analisa a democracia na perspectiva do mercado; de outro, temos o eixo da participação que busca analisar a democracia enquanto fórum¹⁶.

Para Cheibub e Przeworski (1997), Schumpeter considera a democracia como mercado, que implica em um método de conquista do poder através da competição pelo voto, no qual o eleitorado se vê entre a escolha de empresários políticos e consumidores de bens públicos. A moeda do eleitor nesse mercado é o voto como instrumento capaz de comprar a realização do bem comum. Segundo

¹⁶ De acordo com Dahl (2005) o sistema democrático não se limita às análises dos aspectos competição e participação, pois existem outros aspectos que podem ser pensados, no entanto, o autor se propôs em estudar essas duas perspectivas.

Sales (2005), quando existe a competição pelo voto deve existir também uma grande parcela de tolerância acerca das opiniões diferentes na sociedade. A autora se reporta a Dahl quando ressalta que em regime competitivo o governo em vez de reprimir a oposição passa a tolerá-la, ao passo que a oposição tolera o governo, pois acredita na possibilidade de subir ao poder mediante a participação em eleições livres e não por meios revolucionários. Em *Poliarquia* de Robert Dahl (2005, p.21) o autor diz que “a democracia sustenta-se a partir de um equilíbrio de forças, isto é, quando nenhum grupo social está em condições de eliminar os demais. Sobretudo, é fruto de um cálculo de atores políticos inseridos em uma relação estratégica”.

No entanto, a democracia, quando pensada no eixo da participação é, para Miguel (2002), a participação de todos os indivíduos, na qual deve existir “argumentação racional, publicidade, ausência de coerção e igualdade, que são os valores que devem balizar as tomadas de decisão em regimes democráticos. A ausência de qualquer um deles compromete a legitimidade dos resultados” (MIGUEL, 2002, p. 175).

É neste cenário que aumenta o interesse pela democracia participativa, que demanda uma maior integração entre o Estado e a sociedade civil, já que diversas organizações são criadas como alternativa de participação mais direta do povo e que possuem um papel relevante no século XXI. Este será o assunto abordado no próximo item, i.e., a participação da sociedade civil como um elemento da democracia participativa no Brasil.

2.2 Democracia Participativa: um caminho para o interesse coletivo

Ao falar de democracia participativa primeiramente temos que remontar a dois teóricos ‘clássicos’ da teoria democrática, como *Rousseau e Stuart Mill*, que discutem o tema e um importante teórico do século XX *Cole*, que realizou uma análise através do socialismo de *guildas*, sobre a sociedade participativa na era da modernidade.

Rousseau pode ser considerado um importante teórico da participação devido a sua contribuição através do *Contrato Social* para as análises sobre a democracia participativa, em que para ele cada cidadão fazia parte do processo

político e das tomadas de decisões. De acordo com Pateman (1992, p. 35), a participação, na teoria de Rousseau,

é bem mais do que um complemento protetor de uma série de arranjos institucionais: ela também provoca um efeito psicológico sobre os que participam, assegurando uma inter-relação contínua entre o funcionamento das instituições e as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro delas.

Esta perspectiva de participação desenvolvida sob o aspecto psicológico e da inter-relação foi que levou Rousseau a se diferenciar de outros teóricos acerca das análises sobre a democracia participativa. No entanto, mesmo considerando o contexto no qual Rousseau escreveu sua obra - obra que antecede o desenvolvimento das instituições modernas do sistema democrático, tendo ainda como ideal de sociedade aquela Cidade-Estado não industrial - suas hipóteses nos permitiram pensar na “função da participação de um Estado democrático” (PATEMAN, 1992, p. 35).

Nesse sentido, vamos entender a função da participação para Rousseau contextualizando a natureza que envolve o sistema político participativo ideal que, no caso, para o teórico, está ligado às condições econômicas de uma sociedade, já que, para ele, tanto a igualdade quanto a independência econômica são fatores que podem conduzir a igualdade política. Ou seja, para Pateman (1994), a teoria de Rousseau não prega a igualdade absoluta entre os indivíduos e sim que as diferenças presentes na sociedade não devam ser fatores determinantes para uma desigualdade política.

Em termos ideais, deveria existir uma situação em que nenhum cidadão fosse rico o bastante para comprar o outro e em que nenhum fosse tão pobre que tivesse que se vender, e a exigência vital seria a de que todo homem possuísse alguma propriedade – o mais sagrado dos direitos do cidadão -, pois a segurança e a independência que ela confere ao indivíduo constituem a base necessária sobre a qual repousam sua igualdade e sua independência políticas (ROUSSEAU, 1983 apud PATEMAN, 1994, p. 36).

Neste contexto, percebemos que se essas fossem as condições em que a sociedade vivesse, seria possível estabelecer entre os indivíduos uma relação de iguais e independentes, mas para que a igualdade e a independência fossem garantidas, seria necessário que as relações entre os indivíduos fossem de

interdependência. E é neste contexto que devemos pensar a participação, ou seja, para que as pessoas pudessem criar uma situação participativa seria necessário que as mesmas se relacionassem em cooperação umas com as outras; é o que Rousseau chama de “excessiva dependência da *pólis*” (ROUSSEAU, 1983 apud PATEMAN, 1994, p. 36).

Podemos entender o pensamento de Rousseau através do exemplo dado por Carole Pateman em *Participação e Teoria Democrática*. Para a autora, a igualdade e independência podem ser encontradas no âmbito político, onde os cidadãos são iguais e não dependem de ninguém para votar. Suas opiniões também são independentes e os cidadãos somente irão fazer suas escolhas baseadas nos seus interesses ou em interesses que alcancem outras pessoas. Sendo assim, “a única política a ser aceita por todos é aquela em que os benefícios e encargos são igualmente compartilhados; o processo de participação assegura que a igualdade política seja efetivada nas assembléias em que as decisões são tomadas” (PATEMAN, 1994, p. 37). Dessa forma, a vontade geral acarreta um impacto igual sobre os cidadãos no processo de tomada de decisões, pois temos, de um lado, a preservação dos direitos e dos interesses individuais e, de outro, a garantia dos interesses públicos.

Quando se fala de tomada de decisões, Rousseau considera que o melhor momento para que esse processo aconteça seja na ausência de grupos organizados que, segundo ele, levariam a predominância nas decisões das vontades particulares. Nesse caso, a tomada de decisão formada somente por indivíduos seria a situação ideal. Para Rousseau,

caso fosse impossível evitar as associações organizadas dentro das comunidades, elas deveriam ser tão numerosas e de poder político tão igual quanto possível. Ou seja, a situação participativa dos indivíduos se reproduziria com os grupos, e ninguém poderia vencer a custa dos outros. [...] sua análise básica do processo participativo pode ser aplicada a qualquer grupo ou associação (ROUSSEAU, 1983 apud PATEMAN, 1994, p. 38).

Quanto ao funcionamento do sistema participativo de Rousseau, a participação se dá no momento das tomadas de decisões entre os indivíduos e que a

mesma serve para proteger os interesses privados e o “bom governo”, assim como acontece no sistema representativo já discutido anteriormente.

Na teoria de Rousseau o ponto central da participação é sua função educativa, pela qual, durante o processo participativo, se desenvolve uma ação responsável, social, individual e política. Dessa forma, o indivíduo considera os assuntos em debate para além dos seus interesses próprios e privados, pois, ao ‘precisar’ da cooperação dos outros, entendem que o público e o privado são interdependentes.

Existem outros aspectos importantes relacionados à participação, para Rousseau, que dizem respeito à questão da liberdade e da integração. Para o teórico, a participação aumenta o valor da liberdade para o indivíduo, enquanto a integração proporciona aos cidadãos a sensação de pertencimento à comunidade (PATEMAN, 1994).

Diante do pensamento de Rousseau percebemos a importância da participação nos processos de tomadas de decisões e a complexidade de fatores que envolvem os cidadãos e o sistema político, já que a experiência participativa para a constituição de uma comunidade leva à própria integração dos indivíduos à sociedade.

Stuart Mill é outro clássico do pensamento político que merece destaque, por realizar uma análise sobre as diferenças entre o governo representativo e as democracias participativas. Um ponto importante do trabalho do teórico pode ser encontrado em o *Governo Representativo*, onde Mill ressalta o interesse dos que detém o poder como a principal ameaça à democracia e ao “bom governo”. O “bom governo” para Mill envolve dois aspectos, o empresarial e o de influência sobre a mente humana, no qual o governo e as instituições políticas devem ter um papel educativo acima de qualquer outra função (PATEMAN, 1994).

Para Stuart Mill, “os dois aspectos do governo estão inter-relacionados, de forma que a condição necessária para o ‘bom governo’, no sentido empresarial, é a promoção do tipo correto de caráter individual, e, para tanto, são necessários os tipos corretos de instituições” (MILL, 1910 apud PATEMAN, 1994, p. 43); e é neste contexto que o teórico considera o “Estado Ideal” aquele em que o governo é popular e democrático, com instituições populares e participativas, sendo esse o pensamento defendido pelos estudiosos da democracia participativa, que acreditam na conexão

ou relação dos tipos de instituições com as ações dos indivíduos, sejam elas ações sociais ou políticas. Assim como destacava Rousseau, a função educativa da participação também é importante para Mill, pois quando os indivíduos passam a se ocuparem das questões públicas, eles começam a desenvolver suas capacidades para as ações públicas, e assim os assuntos privados tornam-se segundo plano, pois neste momento os indivíduos podem tomar parte dos assuntos públicos. De certa forma, Mill destaca que os indivíduos são quase 'forçados' a tomarem parte dos assuntos públicos, já que existe uma grande conexão entre suas ações e papéis e as instituições em que eles pretendem agir. Disseira Mill, neste sentido, que

o indivíduo tem de atender não apenas a seus próprios interesses; de se guiar, no caso de reivindicações conflitantes, por outro comando que não o de suas parcialidades privadas; de aplicar, a cada vez, princípios e máximas que têm como razão de existência o bem comum (MILL, 1910 apud PATEMAN, 1994, p. 45).

Segundo Stuart Mill, a função educativa da participação é consolidada a nível local, ou seja, para que seja possível a participação dos indivíduos em grande escala (Estado), é preciso que as condições necessárias a essa participação sejam construídas e desenvolvidas no âmbito local, pois é a nível local que os indivíduos sentem os impactos das tomadas de decisões que os afetam diretamente em seu cotidiano. Neste âmbito é que também os indivíduos têm a possibilidade de se candidatarem a cargos administrativos e trabalharem localmente, participando e aprendendo assim a democracia, pois é "praticando o governo popular em pequena escala que o povo terá alguma possibilidade de aprender a exercitá-lo em maior escala", já que em uma sociedade de larga escala existe a necessidade de um governo representativo (PATEMAN, 1994, p. 46).

Para Milani (2005), a participação, como um princípio organizativo, faz parte dos processos de deliberações democráticas em escala local e, através da participação dos cidadãos e das organizações da sociedade civil, é possível perceber a presença destes nos processos de tomada de decisões. O autor ressalta que, no processo de tomada de decisões, acontece a distribuição do poder entre vários atores, com intensas negociações e definições de regras, quando discutem a necessidade de descentralização dos recursos e das decisões, ao passo que a capacidade de participação também se torna diferenciada nesse processo, mesmo ela sendo o ponto central.

Nesse sentido, o papel educativo da participação pode ser entendido como um processo que é construído a partir de seu aperfeiçoamento, que acontece com a participação dos indivíduos no governo a nível local e, posteriormente, a nível nacional, e essa questão se estende ao 'governo' do local de trabalho. Para Mill, a participação no local de trabalho levaria à transformação das hierarquias existentes neste local, ou seja, democratizaria as relações entre os funcionários e patrões, exigindo, assim, uma relação de cooperação e igualdade. Este foi um exemplo que Stuart Mill deu para que pudéssemos entender “o efeito da participação em todas as estruturas de autoridade ou sistemas políticos” (PATEMAN, 1994, p. 51). Mill, como um teórico que pensou na sociedade participativa, percebe a mesma como

um conjunto de sistemas políticos, cujas estruturas de autoridade têm um efeito importante sobre as qualidades e atitudes psicológicas dos indivíduos que interagem dentro deles; assim, para o funcionamento de uma política democrática a nível nacional, as qualidades necessárias aos indivíduos somente podem se desenvolver por meio da democratização das estruturas de autoridade em todos os sistemas políticos (MILL, 1910 apud PATEMAN, 1994, p. 51).

Um outro teórico, influenciado pelos pensamentos de Rousseau foi G. D. H. Cole, que escreveu um trabalho sobre o *socialismo de guilda*, onde ressalta a organização e a implantação de uma sociedade participativa, tentando ir além da teoria de Rousseau através das análises da democracia participativa na modernidade.

Cole considera que a base da organização social e política se dá na vontade dos indivíduos e que para que estes satisfaçam suas necessidades, devem cooperar em associações. São justamente os motivos que mantêm as pessoas unidas em associações e os “modos pelos quais os homens agem por meio de associações, suplantando e complementando suas ações enquanto indivíduos isolados ou privados” que Cole resolver investigar. Na teoria de Cole, as pessoas ao transformarem sua vontade em ação não devem afetar sua liberdade individual, ou seja, essa liberdade é garantida quando os indivíduos participam tanto na regulamentação quanto na organização da sua associação, pois, quando os indivíduos cooperam com seus iguais na realização das leis, estes são mais livres (COLE, 1920 apud PATEMAN, 1994, p. 52).

A teoria de Cole sobre a sociedade coloca a importância da associação dos indivíduos como um complexo que mantém as vontades dos membros unidas. Nesse caso, durante o processo de tomada de decisão nas associações, os indivíduos se auto-governam, na medida em que participam como membros; em contrapartida, se as associações quiserem se auto-governar, as mesmas devem possuir igualdade de poder político e liberdade para controlar seus próprios assuntos.

No pensamento de Cole, o princípio de função é muito importante para se entender a organização social; por isso, o teórico ressalta que a verdadeira democracia é aquela que surge com uma função e propósito pelos quais fora concebida; e cada associação, quando formada, também é baseada em uma função. No entanto, Cole alerta para as conseqüências políticas internas dos tipos de objetivos organizativos que algumas associações necessariamente vêm a possuir, pela lógica mesma de seu próprio desenvolvimento, de forma que

toda associação que se coloca qualquer objetivo superior à simplicidade mais rudimentar vê-se compelida a atribuir tarefas e deveres (e, com estes, poderes e uma parcela de autoridade) a alguns de seus membros, de maneira que o objetivo geral possa ser efetivamente perseguido (COLE, 1920 apud PATEMAN, 1994, p. 54).

Nesse caso, Cole persiste na formação da sociedade participativa na qual o princípio democrático deva se estender à política e a todas as outras formas de ação social de maneira integral, considerando que a aprendizagem da democracia se dá através da participação dos indivíduos no nível local e em associações locais, ou áreas políticas alternativas da sociedade. Segundo Cole (1920 apud PATEMAN, 1994, p. 55), o principal motivo que leva o indivíduo a não ter controle sobre o extenso mecanismo da política moderna é a falta de oportunidade que ele tem para aprender os “rudimentos do auto-governo dentro de uma unidade pequena”.

A teoria democrática de Cole foi realizada sob a análise das relações de subordinação e superioridade que aconteciam nas indústrias modernas, e é por isso que ele considera que

apenas se o indivíduo pudesse se auto-governar no local de trabalho, apenas se a indústria fosse organizada sobre uma base participativa, esse treinamento para a servidão poderia transformar-se em treinamento para a democracia, e o indivíduo poderia ganhar familiaridade com os procedimentos democráticos e desenvolver as características democráticas

necessárias para um sistema efetivo de democracia em larga escala (COLE, 1920 apud PATEMAN, 1994, p. 56).

Sendo assim, na teoria da democracia participativa tanto os indivíduos quanto as instituições devem ser pensadas de forma conjunta, em que todas as pessoas participem de diversas esferas da vida, ampliando assim os canais de participação e se desenvolvendo através da mesma.

Com a análise destes teóricos foi possível entender até nesse momento, que a função principal da participação é a educativa, que se amplia para os aspectos psicológicos do indivíduo que busca adquirir habilidades e conhecer os procedimentos democráticos. Sobre esse assunto, Pateman (1994, p. 61), ressalta que

não há nenhum problema especial quanto à estabilidade de um sistema participativo; ele se auto-sustenta por meio do impacto educativo do processo participativo. A participação promove e desenvolve as próprias qualidades que lhe são necessárias; quanto mais os indivíduos participam, melhor capacitados eles se tornam para fazê-lo. As hipóteses subsidiárias a respeito da participação são de que ela tem um efeito integrativo e de que auxilia a aceitação de decisões coletivas.

Assim, a teoria da democracia participativa mostra que a participação pode levar o indivíduo a participações futuras, na medida em que vai se desenvolvendo psicologicamente a prática de participar, através da experiência, na tomada de decisões nos espaços públicos. Ou seja, o modelo de participação envolve o máximo de participação das pessoas e inclui as decisões e o “desenvolvimento das capacidades sociais e políticas de cada indivíduo” (PATEMAN, 1994, p. 62).

Nas análises de Boaventura Santos e Leonardo Avritzer em *Democratizar a Democracia*, os autores relacionam a democracia representativa e participativa em busca de solução para os problemas de combinação entre a representação e a participação. Para Santos e Avritzer (2005), é através da coexistência e da complementaridade que se torna possível combinar a democracia representativa com a democracia participativa, ou seja, a coexistência seria a convivência em vários níveis das diversas formas de procedimentos, organização administrativa e variação de desenho institucional. Dessa forma, podemos entender que a democracia representativa nacional coexiste com a democracia participativa a nível local, que daí acentuam-se algumas características participativas em escala mais ampla.

A complementaridade pode ser entendida como uma forte articulação entre as duas formas de democracia; para Santos e Avritzer ela

pressupõe o reconhecimento pelo governo de que o procedimentalismo participativo, as formas públicas de monitoramento dos governos e os processos de deliberação pública podem substituir parte dos governos e os processos de deliberação pública podem substituir parte do processo de representação e deliberação tais como concebidos no modelo hegemônico de democracia (SANTOS, 2005, p. 76).

O objetivo proposto neste modelo é associar, ao processo de fortalecimento da democracia através das formas de renovação cultural, pautas de questões ligadas à pluralidade cultural e à inclusão da sociedade, considerando que essa renovação estaria ligada a uma nova institucionalidade no âmbito político (SANTOS, 2005).

Como exemplo, os autores falam da experiência da Índia e do Brasil, em que foi possível perceber o papel que os arranjos participativos exercem na articulação entre “argumentação e justiça distributiva”, além das transferências de ‘privilégios’ ou ‘vantagens’ do âmbito nacional para o local e da sociedade política para os arranjos participativos, nesse caso, os autores ressaltam que “a democracia representativa é convocada a integrar, no debate político-eleitoral, propostas de reconhecimento cultural e de inclusão social” (SANTOS, 2005, p. 76).

Nesse caso, o papel da sociedade política foi de articular participação e representação, diferenciando assim a complementaridade da coexistência, já que a complementaridade surge da sociedade política que decidiu ampliar a participação no âmbito local, transferindo as prerrogativas decisórias de domínio nacional para as instâncias participativas locais.

Diante do exposto, termino as discussões sobre democracia expondo alguns procedimentos que podem levar ao fortalecimento da democracia participativa, procedimentos baseados nas teses de Boaventura e Avritzer, quais sejam: 1) fortalecimento da demodiversidade; 2) fortalecimento da articulação contra-hegemônica entre o local e o global; 3) ampliação do experimentalismo democrático.

Fortalecer a demodiversidade implica em que a democracia possa assumir outras formas, pois o multiculturalismo, juntamente com as experiências participativas, são aspectos da deliberação pública ampliada, em favor das instâncias participativas. Quando os autores falam de fortalecimento da articulação

contra-hegemônica entre o local e o global, eles apontam para a necessidade que as novas experiências têm de apoio de atores transnacionais, ao passo que quando estas experiências são bem sucedidas devem ser disseminadas como formas alternativas que vão contra o sistema hegemônico, o que tende ao fortalecimento da democracia participativa. Por fim, a ampliação do experimentalismo democrático ressalta que as novas experiências, quando bem-sucedidas, são constituídas nas novas gramáticas sociais, que têm a participação adquirida experimentalmente (SANTOS, 2005).

Dessa forma, dados estes referenciais analíticos acerca da democracia representativa e participativa, estão dadas as pré-condições teórico-metodológicas ao entendimento de como as organizações da sociedade civil, através dos canais participativos institucionalizados e, em particular, das associações, influenciam as práticas políticas de outros atores sociais e contribuem para o fortalecimento da democracia a nível local. Partindo desse conjunto de perspectivas analíticas, discutiremos, a seguir, a teoria do associativismo e a importância das organizações da sociedade civil como elementos constituidores da democracia participativa.

2.3 Associativismo: a trajetória da Sociedade Civil no Poder Local

A trajetória do associativismo civil no Brasil é marcada por uma dupla debilidade histórica, a saber. Como marco histórico temos o final do século XX, em que o associativismo se configura, por um lado, pelo seu componente religioso, originado do período colonial e, por outro, pela homogeneização corporativa do movimento, antes deste se tornar plural, no qual se constituía de poucas associações e atores e tinha como principal exemplo o associativismo sindical.

Neste contexto, o associativismo se transforma, passando do seu caráter de cunho religioso a representar grupos de interesses (FERREIRA, 1999), e essa mudança deve ser entendida sob a perspectiva da incipiência da representação dos diversos setores da sociedade, a ausência de identidade plural desses movimentos e a falta de autonomia frente ao Estado. De acordo com Avritzer (1997, p.163), a “pluralidade e a autonomia em relação ao Estado não chegam a se firmar no associativismo brasileiro de final de século”, ou seja, o caráter homogeneizador do

associativismo no Brasil com sua influência religiosa, foi um empecilho para que as “instâncias de solidariedade se transformassem em fonte de pluralidade”.

Para o autor, a ausência de representatividade da sociedade e de pluralidade de atores no associativismo brasileiro nesta época, levaram à homogeneização do espaço público, no qual a sociedade passa a ser constituída sob a ótica de interesses idênticos e/ou indiferenciados representados no “setor popular”. Porém, em meados dos anos de 1970, acontecem mudanças no cenário social do Brasil, que levam ao rompimento dos aspectos homogeneizador e de debilidade associativa no país, com reflexos diretos nos padrões de ação coletiva.

De acordo com Avritzer (1997, p.161), os fenômenos envolvidos nestas mudanças, colocaram em cena a pluralização da ação coletiva, tais como: 1) a redução da influência da vida sindical nas formas de ação coletiva que, no Brasil, se destacou pela intensa renovação das práticas dos movimentos sindicais; 2) a abdicação da responsabilidade por parte dos regimes autoritários em relação à questão social, que diminuiu o acesso aos direitos e serviços da sociedade, fez com que surgisse um conjunto de novas práticas e formas associativas - tais como mutirões para construção de casas, movimentos de cozinhas e equipamentos coletivos - introduzidas por movimentos sociais e associações civis, buscando modificar esse quadro; 3) atuação coletiva de setores da classe média, devido à ruptura da idéia de que caberia somente ao “setor popular” o processo de participação, surgindo assim, um conjunto de movimentos corporativos e associações comunitárias locais, num espaço público plural; 4) surgimento de um conjunto de associações temáticas, tais como o grupo de direitos humanos (meados de 1970), grupos ecológicos e associações de gênero (anos de 1980), que se aliam à mudança do tipo de ação coletiva, pluralização e articulação da ação coletiva.

No trabalho *Um desenho institucional para o novo associativismo*, de Leonardo Avritzer (1997, p. 164), o autor afirma que o novo associativismo brasileiro é constituído de dois relevantes fenômenos, como “a substituição da funcionalidade pela territorialidade e a pluralização das formas de ocupação dos espaços públicos” e para ele:

o caso brasileiro expressa muito bem um aspecto do novo associativismo [...], que é a ocupação plural do espaço público, por outro lado ele deixa a desejar no tocante às formas de equilíbrio no interior do espaço societário e na relação entre os atores sociais e o sistema político. Em ambos os casos é necessário apontar um hiato entre as formas de ocupação do espaço

público e as formas de legalização da vida associativa e da relação entre a sociedade política e a sociedade civil.

Ressaltando que a sociedade civil pode ser considerada o berço do associativismo civil, do voluntariado e dos movimentos defensivos e propositivos oriundos do tecido social e comunitário (SHERER-WARREN, 1998), o cenário em que esta discussão se dá é de um processo de mudanças ocorridas no país, durante o século XX - como o aumento da urbanização acelerada pelo êxodo rural, a industrialização, a modernização implementada pelas elites brasileiras e o crescimento econômico – que emergem paralelas ao contexto de democratização, no qual as dinâmicas de organização do trabalho, da política e das relações sociais¹⁷ se modificam. Apesar de serem grandes o número de mudanças no cenário brasileiro, ainda era baixo o nível de organização da sociedade até o início do processo de democratização, como afirma Avritzer, no que diz respeito à baixa propensão associativa. De acordo com Afonso e Azevedo (1988), citado por Boaventura (2005), o medo do regime autoritário e o predomínio da tradição clientelista em nível local, eram alguns motivos que levavam à “ausência” de uma ampla organização coletiva nesta época, fato que é corroborado nas vastas literaturas escritas sobre clientelismo e mandonismo, em relação ao déficit sobre os escritos associativos (AVRITZER, 2004).

Neste contexto, um aspecto importante no processo de democratização, se dá pela transição de regimes, do panorama autoritário para democrático, mas também pela substituição gradual das instituições autoritárias por instituições democráticas, ou seja, compostas por estruturas representativas. Para Boschi (1987), somente nos anos de 1970 é que começam a surgir associações comunitárias independentes dos sistemas políticos autoritários e contrários a este, como um movimento associativo generalizado. Avritzer (1998) considera estas associações como uma expressão de mudança do tecido associativo brasileiro que, além da reivindicação da autonomia de organização em relação ao Estado,

¹⁷ “A relação social consiste, portanto, completa e exclusivamente na probabilidade de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não importando, por enquanto, em que se baseia essa probabilidade. Toda relação social, pode ser orientada, pelo lado dos participantes, pela representação da existência de uma ordem legítima. A probabilidade de que isto ocorra de fato chamamos ‘vigência’ da ordem em questão [...] as relações sociais pressupõem uma associação entre os indivíduos e que estes visam uma finalidade ou objetivo, seja, com coesão entre seus membros de maneira voluntária ou impositiva” (WEBER, 1995).

questionavam também a presença de mediadores políticos na distribuição de bens públicos.

De acordo com Boaventura (2005, p. 573), as “iniciativas populares”, tais como a organização de associações comunitárias, foram propostas da Assembleia Nacional Constituinte que fortaleceram a influência dos atores sociais em diversas instituições, garantindo assim, através da Constituição de 1988, a incorporação a institucionalidade emergente de novos elementos culturais surgidos na sociedade.

Por exemplo, no decorrer da década de 1990, houve a consolidação e a organização institucional do país com o regime democrático (NOGUEIRA, 2005). Tal fato é relevante por influenciar de forma quase que direta nas novas relações entre o Estado e a sociedade, na medida em que eliminam as instituições autoritárias, abre-se espaço para a inserção de grupos sociais¹⁸ organizados nos processos políticos e além de contribuir para a consolidação da democracia, mesmo que em longo prazo (BOSCHI, 1987). Para Nogueira (2005), com a democratização, as aberturas para a sociedade e para os processos de decisão no Estado passam a ser exigidos.

A partir dessa realidade, além da participação da sociedade nas discussões coletivas, os cidadãos através de sua organização, começam a manifestar como forma de pressão ao Estado, contra o aumento das desigualdades, por melhorias das condições trabalhistas e distribuição de renda e colocam nestes cenários novos atores políticos e sociais que se articulam de diversas maneiras e que procuram criar canais de participação na esfera pública, de forma a conquistar e ressoar as demandas da esfera privada.

No entanto, a organização da sociedade, predominantemente nos anos de 1990, ou seja, o associativismo neste momento não é derivado de processos de mobilização de massa e sim de processos mais pontuais. De acordo com Gohn (2003, p. 18), existe uma diferença entre esses dois aspectos, quais sejam: no primeiro aspecto, “a mobilização se faz a partir de núcleos de militantes que se dedicam a uma causa seguindo as diretrizes de uma organização”, diferentemente

¹⁸ De acordo com Weber, as relações sociais podem passar por etapas, até alcançar a formação de grupos sociais. Uma característica fundamental neste processo trata-se da integração entre diversos atores e sua contribuição efetiva na formação de comunidades e sociedades. Nesse sentido, quando existe um sentimento de pertencimento entre os participantes de um grupo, sendo estes motivados pela afeição ou tradição, podemos dizer que o resultado deste processo de integração é a formação de uma comunidade. Entretanto, quando as ações sociais dos participantes de um grupo, são motivadas por considerações ou ligações de interesses, este processo de integração pode levar a formação de uma sociedade.

do segundo caso, em que “a mobilização se faz a partir do atendimento a um apelo feito por alguma entidade plural, fundamentada em objetivos humanitários, seja esta entidade uma organização internacional, nacional ou local”. Para a autora, a participação cidadã¹⁹ é o elemento fundante para a construção do novo associativismo brasileiro, pois “requalifica a participação popular, interferindo, interagindo e influenciando na construção de um senso de ordem pública, regidos pelos critérios de equidade e justiça” (TELLES, 1994, p. 52). Sendo assim:

Este tipo de associativismo não demanda dos indivíduos obrigações e deveres permanentes para com uma organização. E a mobilização se efetua independentemente de laços anteriores de pertencimento, o que não ocorre com o associativismo de militância político-ideológica. Em suma, o novo associativismo é mais propositivo, operativo e menos reivindicativo – produz menos mobilizações ou grandes manifestações, é mais estratégico. O conceito que dá fundamento às ações desse novo associativismo é o de Participação Cidadã (GOHN, 2003, p. 18).

Dessa forma, percebe-se que foi durante o processo de democratização e com a presença dos movimentos sociais - principalmente nos anos de 1970 e 1980 - que o conceito de sociedade civil é resgatado, existindo assim vários estudos e linhas de pensamento sobre o assunto. Segundo Doimo (1995), durante os anos de 1970 e 1980 atores sociais importantes no cenário brasileiro iniciam a inserção em seus discursos do “povo como sujeito”. Para a autora, atores como a Igreja Católica, os intelectuais acadêmicos e os agrupamentos de esquerda, foram responsáveis pela recuperação da “capacidade ativa do povo”, através da valorização e resgate das culturas tradicionais e das estratégias de diálogos que questionavam as atitudes e as práticas autoritárias (resquícios de ditadura), levando então o “povo” ao *status* de protagonista na cena política.

Neste contexto, é importante lembrar a trajetória do conceito de sociedade civil no Brasil que, como dito anteriormente, coincide com o regime autoritário (militar). Para Costa (1997):

enquanto concepção política, a sociedade civil representava, no início dos anos 1970, uma plataforma de sustentação fundamental para o projeto de oposição ao regime militar. Com isso, a discussão sobre a plausibilidade

¹⁹ por contemplar questões como a inserção ativa dos indivíduos ou grupos na tomada de decisão, a atuação racional e coletiva em espaços de diversidade de interesses, de sujeitos diferentes, para os quais são atribuídas equivalência em habilidades e competências, em termos de ação, discussão e julgamentos. E, por último, a questão da cidadania no sentido de valorizar igualdade de direitos, responsabilidades e deveres.

empírico-analítica da categoria ficava relegada a um plano secundário. Ou seja, não cabiam especulações sobre a existência de uma sociedade civil no Brasil, buscava-se um marco conceitual capaz de dar suporte a organização da resistência contra os militares (COSTA, 1997, p. 13).

Como marcos históricos sobre o conceito de sociedade civil, sua origem é proveniente do latim *societas civilis*, ou seja, o termo utilizado por Aristóteles como “comunidade pública ético-política” de iguais, que existia um *ethos* compartilhado por todos os membros da comunidade social (COHEN e ARATO, 2001). Nesta definição, a sociedade civil encontrava-se fundida ao Estado.

Posteriormente, Hegel em seus estudos vai ressaltar que a sociedade civil é uma esfera que surge com a era moderna e localiza-se entre as famílias e o Estado, dessa forma ela irá englobar o sistema econômico, tal como o sistema jurídico, administrativo e a corporação²⁰ (COSTA, 1997). Para Hegel, a sociedade civil era muito mais ampla, pois, integrava a família ou seja, o âmbito privado e não somente o âmbito público.

Analisando estas questões, Bobbio ressalta a correlação e a compatibilidade existente entre o público e o privado. Em umas de suas análises o autor discorre sobre a *publicização do privado* e a *privatização do público*, conceituando-os respectivamente como o “processo de subordinação dos interesses do privado aos interesses da coletividade representada pelo Estado que invade e engloba progressivamente a sociedade civil” e como a “revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos” (BOBBIO, 2004, p. 26). Assim, passa a ser papel do Estado representar os interesses e anseios da coletividade, transformando as demandas da sociedade em políticas públicas e leis que possam beneficiar e garantir os direitos da maior parte dos cidadãos.

Bobbio realiza ainda uma discussão sobre o conceito de sociedade civil construídos por Karl Marx e Antônio Gramsci, que está diretamente relacionado à idéia de Estado. Sobre isso, o autor ressalta que a sociedade civil para Marx tem uma base material, dando destaque à infra-estrutura econômica. O Estado para Marx teria sua origem na divisão de classes da sociedade, possuindo assim a função

²⁰ A corporação, instituição fundadora da eticidade, representaria, por seu turno, o espaço social dentro do qual os indivíduos se apresentam solidariamente vinculados uns aos outros (COSTA, 1997, p.3).

de conservar essa divisão para assegurar “que os interesses particulares de uma classe possam se impor como o interesse universal da sociedade”. O Estado na teoria marxista seria a sociedade política (superestrutura) e a sociedade civil seria a infra-estrutura (COUTINHO, 1985, p. 57). De acordo com o autor, o Estado teria como função o “monopólio da coerção física legítima”. Esta concepção teórica de Estado em Marx, é denominada como a concepção ‘restrita’.

Para Carlos Nelson Coutinho, em seu livro *a Dualidade de Poderes: introdução à teoria marxista de Estado e revolução*, o autor ressalta sobre a substituição da concepção restrita de Estado para a ampliada. Segundo o autor, “a esfera política ‘restrita’ que era própria dos Estados elitistas – tanto autoritários como liberais – cede progressivamente lugar a uma nova esfera pública ‘ampliada’, caracterizada pelo protagonismo político de amplas e crescentes organizações de massa” (COUTINHO, 1985, p.59).

Na concepção de Estado ampliado de Gramsci, a sociedade política e a sociedade civil fazem parte da superestrutura, ou seja, a sociedade civil nesta teoria refere-se a um momento ou esfera da superestrutura²¹. De acordo com Rivera (2001), a diferença entre sociedade política e sociedade civil se manifesta precisamente no ponto em que a luta pelo poder se converte em principal e a comunicação de iniciativas e valores em secundário. Sendo assim, a sociedade civil, é para Gramsci, uma “esfera específica, dotada de legalidade própria, funcionando como mediação necessária entre a base econômica e o Estado em sentido estrito” (COUTINHO, 1985, p. 63).

As leituras sobre Gramsci, proporcionaram o entendimento acerca da sociedade civil que deram origem aos movimentos sociais, nos quais poderiam mudar a lógica da relação de classes, se articulados com instituições fora do mundo da produção. Passam a existir várias interpretações e vertentes a respeito do conceito de sociedade civil, sendo estas muitas vezes generalizadas, mas podemos falar em sociedade civil como uma categoria que “abriga o conjunto de associações e formas organizativas que se distinguem de outros grupos de interesse atuantes na esfera da política e da economia” (COSTA, 1997, p.17).

²¹ Designa o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores simbólicos, de ideologias, compreendendo o sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, as organizações profissionais, os sindicatos, os meios de comunicação, as instituições de caráter científico e artístico, etc. (COUTINHO, 1985, p. 60).

Para Avritzer (2001), o conceito de sociedade civil aparece associado em primeiro lugar ao processo de diferenciação entre Estado e mercado, direito privado e direito público; em segundo lugar, às potencialidades do sistema legal moderno (com o papel de conectar indivíduos sem a intermediação da autoridade política) e em terceiro lugar ao reconhecimento de instituições intermediárias entre o indivíduo por um lado e o mercado e o Estado por outro. Segundo este mesmo autor, a problemática da sociedade civil no Brasil aparece no contexto de democratização e corrobora com Costa (1997) quanto à relação desta discussão com o nascimento dos movimentos sociais, sendo o surgimento da sociedade civil associada a três fenômenos relacionados à modernidade ocidental:

1) el surgimiento de actores sociales modernos y democráticos; 2) la recuperación por parte de esos actores, de la idea de libre asociación en la relación Estado-sociedad, junto con el cuestionamiento de las formas privatistas de la relación Estado-sociedad y 3) la constitución de estructuras legales, públicas y políticas capaces de llevar a la institucionalización de los asideros politicoculturales de la sociedad civil. El proceso por el cual esos actores, adquieren una nueva identidad democrática, y pasan a presionar al Estado y al sistema político para adaptarse a nueva concepción acerca de la moderna institucionalidad democrática, fue muy largo y aún no llega al final (AVRITZER, 2001, p. 141).

Segundo este mesmo autor, dois desses fenômenos de surgimento da sociedade civil no Brasil, são conseqüências da constituição de novos atores sociais, enquanto o outro é independente da inovação social, porém extremamente relevante por sua capacidade de instituir uma vertente de crítica cultural, ausente até então na sociedade brasileira, ou seja, é o rompimento da Igreja Católica com o regime autoritário e com a forma de conceber a modernização da sociedade.

De acordo com o exposto acima, a Igreja Católica passa a contribuir com o processo de reflexão sobre as questões indivíduo e sociedade. Este processo encontrava-se presente na base de alguns movimentos sociais e no associativismo civil, surgidos no Brasil no final da década de 1970 (AVRITZER, 2001, p. 144). Pode-se destacar neste período, mobilizações populares significativas que contaram com a presença da Igreja Católica, na figura das comunidades eclesiais de base, das associações de moradores, dos sindicatos, dos partidos e dos movimentos sociais, estes “como agentes políticos no sentido de formar um movimento mais abrangente” (SHERER-WARREN, 2005).

Neste contexto, torna-se importante ressaltar que apesar da sociedade civil ter ampliado suas forças, com o apoio diversificado de atores sociais, durante o processo de democratização, ainda era incipiente no início desta época, uma base forte e organizada da sociedade civil que fosse capaz de articular e estabelecer vínculos orgânicos com a sociedade política (NOGUEIRA, 2005). Esse aspecto interferiu diretamente no desenvolvimento acelerado da democratização, tornando-a mais tênue, entretanto, não deixou de ampliar a participação da sociedade e gerar uma consciência mais democrática entre os atores sociais e políticos envolvidos neste contexto.

Uma das causas do surgimento de novos atores sociais está diretamente relacionado ao rápido processo de modernização que, segundo Avritzer (2001), fez com que estes atores formassem-se fisicamente e fossem construídos social e politicamente. No entanto, a grande dificuldade enfrentada pela sociedade civil durante o processo de democratização e abertura política, foi a inexistência de “instâncias capazes de agregar e organizar em nível superior (político-estatal) os múltiplos interesses sociais e, especialmente, de dar vazão e operacionalidade às reivindicações populares” (NOGUEIRA, 2005, p.21). Ou seja, a presença da pressão democrática era um fato reconhecido e de importante ressonância, porém, a consolidação dessa crescente participação era algo que não se completava. Avritzer (2001, p.145), ao falar no processo de surgimento da sociedade civil brasileira ressalta que:

La formación de una esfera de la sociedad capaz de adquirir institucionalidad propia y dentro de la cual las acciones del Estado y de los actores económicos van a ser juzgadas de acuerdo con la comprensión que los actores sociales y políticos van a tener de sus propios intereses, así como de los intereses de la sociedad como un todo. Lo que es interesante percibir es que la capacidad de criticar el poder del sistema no está inmediatamente relacionada con el anclaje de este último en la sociedad. La reconexión entre Estado y sociedad civil es un proceso que puede ocurrir o no, como demuestra la experiencia de la democratización brasileña.

Neste contexto, Arato (1995), estabelece uma diferença entre o conceito de sociedade civil. De um lado temos a sociedade civil como movimento e de outro a sociedade civil institucionalizada. Para o autor, a sociedade civil como movimento criaria e/ou constituiria a sociedade civil institucionalizada. No entanto, para Arato (1995, p. 20), “algumas formas de institucionalização certamente permitem o

reaparecimento de movimentos e ações que, por sua vez, podem ou não visar uma outra ruptura institucional”. De acordo com Bobbio (2004, p. 35), definir sociedade civil é muito difícil, principalmente pelas diversas acepções acerca do termo, porém para o autor, apesar dessa variedade de significados, muitas vezes contrastantes entre si, pode-se falar em sociedade civil como o “lugar onde surgem e se desenvolvem os conflitos sociais, ideológicos, religiosos, econômicos, que as instituições estatais têm o dever de resolver ou através da mediação ou através da repressão”²².

O papel do Estado ora de mediador e ora de repressor nos leva a análise sobre a relação deste Estado com o cidadão que participa ativamente dos conflitos sociais ou outros. Para Bobbio (2004, p. 51), o cidadão de participação ativa exige maior proteção do Estado e a partir do momento que ele exige esta proteção ele reforça o mesmo Estado do qual “gostaria de se assenhorear e que, ao contrário, acaba por se tornar seu patrão”. Sob esta ótica o autor infere que, a “sociedade e o Estado atuam como dois momentos necessários, separados mas contíguos, distintos mas interdependentes, do sistema social em sua complexidade e em sua articulação interna”.

Dessa forma, as discussões sobre o papel do Estado - mediador ou repressor - e sua redefinição no âmbito do poder local são abordadas pela autora Vera Telles (1994), que problematiza acerca do Estado e seu poder normativo e regulador da vida social. Para a autora, esse poder normativo e regulador vem sendo colocado em debate público aliado às exigências de uma modernização que seja conjugada com o processo de democratização. Dessa forma, os espaços plurais, redefinidos e ampliados de representação e articulação com a sociedade civil seriam abertos, construindo assim arenas públicas de participação, negociação e representação popular.

A presença de novos canais participativos e de novos atores sociais e políticos, perpassam a uma análise sobre a democracia no poder local, pois estes personagens ganham cena e se configuram neste espaço a partir da modificação e

²² Para Bobbio (2004, p.36), “os sujeitos desses conflitos e portanto da sociedade civil exatamente enquanto contraposta ao Estado são as classes sociais, ou mais amplamente os grupos, os movimentos, as associações, as organizações que as representam ou se declaram seus representantes; ao lado das organizações de classe, os grupos de interesse, as associações de vários gêneros com fins sociais, e indiretamente políticos, os movimentos de emancipação de grupos étnicos, de defesa dos direitos civis, de libertação da mulher, os movimentos de jovens etc”.

redefinição das relações de poder, adotando estratégias de convivência democrática através da participação e organização da sociedade civil. Para Habermas (2002), são nas lutas pelo reconhecimento de identidades, de defesa contra a opressão, marginalização e exclusão, que a sociedade se articula e busca através de práticas democráticas a luta política e as interpretações de interesses coletivos, seja em meio à comunidade do povo ou no âmbito de uma cultura majoritária.

Diante dessas discussões, legitimar o processo democrático em municípios/regiões em que o poder local ainda é um espaço utilizado, pelos detentores de poder, como arena de controle político que se pautam em práticas não democráticas (como ações de favores e trocas generalizadas, de relações hierarquizadas pautadas em interesses pessoais de famílias tradicionais, de controle dos recursos materiais e pessoais), talvez seja necessário ou signifique pensar na transformação do Estado, com mudanças nas relações de poder e de controle de elites locais. Uma transformação ampla que pretenda retirar e distanciar do domínio de “guetos” familiares tradicionais o poder econômico e político, muitas vezes consolidado a partir da apropriação de Prefeituras com gestões municipais de enriquecimento particulares e de reprodução de interesses pessoais e hierárquicos no espaço público (CACCIA BAVA, 1994). Significa ampliar os canais democráticos de participação e de representação da população nos espaços públicos de forma a protagonizar o social.

Analisando essas questões na visão de Habermas, sobretudo em suas discussões sobre a legitimação e a soberania popular, o autor considera que na concepção liberal a formação democrática da vontade serve para legitimar o exercício do poder político, enquanto na concepção republicana ela possui um sentido mais profundo, ou seja, a sociedade deve ser constituída como uma coletividade política. Nessas duas concepções, Habermas coloca como exemplo o papel da eleição nas sociedades inseridas sob tais regimes. Para o autor:

na concepção liberal, as eleições equivalem a uma licença para a tomada do poder governamental, ao passo que o governo tem de justificar o uso desse poder perante a opinião pública e o parlamento. Na concepção republicana, o governo não é apenas investido de poder para o exercício de um mandato sem maiores vínculos, por meio de uma eleição entre grupos de liderança concorrentes; ao contrário, ele está comprometido também programaticamente com a execução de determinadas políticas. Sendo mais uma comissão do que um órgão estatal, ele é parte de uma comunidade

política que se administra a si própria, e não o topo de um poder estatal separado (HABERMAS, 2002, p. 281 – **grifo nosso**).

Diante do exposto, percebe-se que a soberania popular pode variar de acordo com o contexto ou tipo de regime em que a sociedade está inserida, no entanto, a sua legitimação e visibilidade somente se concretizam no processo democrático, através das interações entre a vontade institucionalizada e as opiniões públicas mobilizadas, estas baseadas em associações civis do “mundo da vida”, distantes da economia e do Estado, ou seja, afastadas dos “sistemas”. É no “mundo da vida” que se pode criar os espaços para a linguagem e a negociação, numa dinâmica de articulação de opiniões coletivas e consensos, já dizia Habermas em sua teoria da ação comunicativa, na qual é possível pensar na reconstrução do conceito de sociedade civil. De acordo com (COHEN e ARATO, 2001), Habermas não discute uma teoria sobre o conceito de sociedade civil, mas através da sua distinção analítica entre as lógicas do sistema e do mundo da vida, permite o leitor localizar a sociedade civil inserida em um marco teórico geral que permite a análise acerca das diversas dinâmicas das sociedades ocidentais contemporâneas, sendo possível articular os aspectos positivos da sociedade civil moderna.

Segundo Habermas (2002), as opiniões públicas, servem como guias para direcionar a forma como se utiliza o poder administrativo, mas, sobretudo quando essas opiniões estiverem pautadas no poder da comunicação dos procedimentos democráticos. A forma como é utilizado o poder público ou administrativo, pode ultrapassar a concepção “negativa”²³ de poder local, principalmente ao considerar a democracia neste âmbito como um regime de abertura para as transformações e inserções de novos atores políticos e sociais.

Dessa maneira, a realidade contemporânea de um cenário de mudanças sociais, econômicas e políticas começa a ser visualizada de maneira mais efetiva, na qual o poder público passa a “ouvir” as opiniões públicas e começa a assumir o papel de gestões democráticas, tentando entender as mudanças aceleradas dos processos sociais de maneira mais crítica, exercendo ações menos reducionistas e focalizadas.

²³ Ao me referir à concepção negativa de poder local, estou associando o conceito ao tradicionalismo político e as práticas clientelistas locais.

Existe neste contexto atual, a preocupação com a valorização do local, com a ampliação do campo popular e a intervenção da sociedade nas instituições políticas através de alianças políticas, parcerias e estratégias de articulação em redes com outras organizações da sociedade civil, com apresentação de propostas e negociações no espaço público das diversas alternativas de melhoria da realidade local, procurando dessa forma angariar apoio e recursos para investir em projetos inovadores e empreendimentos criativos. Tais ações são desempenhadas pela sociedade civil em suas diversas formas de organizações que englobam, neste processo democrático, as práticas e ações participativas da sociedade, podendo levar à dissolução da concentração do poder político e do controle das elites locais.

Tendo em vista esta discussão e o que foi abordado anteriormente, em relação à substituição das instituições autoritárias e todo o benefício democrático que essa mudança alavanca, Boix e Posner (2000), dissertam sobre as instituições políticas e as decorrentes burocracias existentes nestas instâncias. Dessa forma, os autores tentam relacionar o bom governo com sua governabilidade²⁴ e para isso, reportam-se e baseiam-se na obra de Robert Putnam, *Making Democracy Work* e propõem um modelo de relação baseado no conceito de democracia perfeitamente competitiva.

Nesta relação, os autores ressaltam que na democracia perfeitamente competitiva, os eleitores bem informados se mobilizam rapidamente e punem os representantes políticos incompetentes. Segundo Putnam, essa seria a razão dos políticos procurarem satisfazer as demandas dos eleitores e governarem de acordo com as preferências dos mesmos, colocando em prática as políticas desejadas pela maioria dos eleitores e de forma mais eficiente, evitando os processos burocráticos das instituições políticas²⁵. Para Boix e Posner (2000, p. 173):

a participação ativa em associações pela comunidade permitirá aos cidadãos discutirem questões cívicas, incrementam seus conhecimentos dos problemas políticos, e debatem de forma apropriada quais alternativas são mais eficazes para melhorar o bem-estar coletivo. Uma comunidade cívica, de acordo com este argumento, estará mais preparada para fazer que seu governo seja responsável por suas ações. Sabendo que seus eleitores controlam e discutem seu comportamento, as elites políticas eleitas

²⁴ A proposta do trabalho não é de discutir e aprofundar no termo governabilidade, mas podemos entendê-lo como “as condições sistêmicas mais gerais sob as quais se dá o exercício do poder” (COELHO e DINIZ, 1995).

²⁵ Para Boix e Posner (2000), a capacidade dos cidadãos de responsabilizar a seus representantes a qualidade do governo, possui um reflexo direto na efetividade operativa dessas instituições.

se esforçam para governar com eficácia, simplesmente para evitar serem derrotados nas próximas eleições (**grifo e tradução nosso**).

Alguns aspectos e princípios democráticos, como os direitos e deveres dos cidadãos, perpassam esse novo cenário e constituem elementos fundamentais nas organizações da sociedade civil, que possuem objetivos comuns de ordem econômica e social, e que buscam, para a sua consolidação, uma convivência democrática. Para Nogueira (2005), com a expansão e a continuidade do processo de democratização, a sociedade civil passará a exigir um aumento cada vez maior de participação, como agentes políticos e sociais presentes nos espaços em que são tomadas as decisões. É nesses espaços, seja como grupos e/ou associações, que o poder do cidadão de votar e vetar propostas, por exemplo, modifica a representação política.

Nesse sentido, os direitos, os deveres, as tomadas de decisões dos indivíduos no processo democrático e, sobretudo, na gestão democrática de organizações e/ou instituições, entre outros atores políticos e sociais que se encontram como forças políticas nos poderes locais, constroem como base às condições de igualdade e liberdade dos cidadãos, já que todos estão inseridos num regime democrático e possuem os mesmos direitos e deveres. Podemos assim, lembrar de Habermas e de seu trabalho sobre a luta pelo reconhecimento desses novos atores no Estado democrático de direito, que passam a dispor, na figura da Constituição, a garantia aos cidadãos dos direitos que precisam ser reconhecidos mutuamente.

Para o autor, as relações de reconhecimento jurídico de um cidadão como igual e livre, requer destas próprias relações uma dinâmica cooperativa de prática civil, sem normas que levem ao constrangimento dos cidadãos. O papel do cidadão, após a institucionalização jurídica, se pautará no contexto cultural e político de liberdade (HABERMAS, 2002). De acordo com Touraine (1996), “nossas liberdades democráticas degradam-se porque deixam de tratar dos problemas sociais agudos” e que o hábito de falar sobre as minorias, exclusões e marginalidades reduziu a democracia à “mera gestão das relações entre demandas sociais dispersas e precárias, e exigências técnicas ou econômicas às quais é impossível resistir sem perder sua competitividade”, e tal prática não contribui para alimentar o processo democrático.

Ainda, podemos falar de democracia no sentido dado por Robert Dahl, como uma poliarquia. Estas são consideradas as democracias efetivamente existentes, distanciadas do ideal democrático. Para o autor, as poliarquias são “regimes relativamente (mais incompletamente) democratizados [...], são regimes que foram substancialmente popularizados e liberalizados, isto é, fortemente inclusivos e amplamente abertos à contestação pública” (DAHL, 1997, p. 31). Os processos inclusivos dos cidadãos, que se ampliam com as práticas democráticas e toma corpo nas manifestações públicas e na organização da sociedade civil, fazem parte de um novo contexto de competitividade e liberdade política, no qual as eleições se transformam em instrumentos importantes de decisão popular.

O autor considera a contínua responsividade do governo às demandas e preferências dos cidadãos politicamente iguais, como característica chave de uma democracia. Para Dahl (1997), aos cidadãos devem ser garantidas três oportunidades plenas, que são fundamentais à democracia: a de formularem suas preferências e de expressá-las a seus concidadãos e ao governo por ações individuais e coletivas e ainda, de que suas preferências sejam consideradas igualmente para o governo, sem discriminações quanto ao conteúdo ou fonte de preferência.

No entanto, para que as oportunidades plenas dos cidadãos sejam garantidas, Dahl estima oito condições: 1) liberdade de formar e aderir a organizações; 2) liberdade de expressão; 3) direito de voto; 4) elegibilidade para cargos públicos; 5) direito de líderes políticos disputarem apoio e votos; 6) fontes alternativas de informação; 7) eleições livres e idôneas; 8) instituições para fazer com que as políticas governamentais dependam de eleições e de outras manifestações de preferências.

Então, uma lógica democrática, pautada nas análises poliárquicas de Dahl e na liberdade e igualdade jurídicas de Habermas, onde todos os indivíduos, através de sua participação detêm o mesmo poder de decisão, podem influenciar na ruptura de ações clientelistas e acelerar o processo democrático e participativo em uma região?

Sabe-se que em regiões de “controle político”, com práticas clientelistas e relações pessoais, o poder de decisão e a dicotomia igualdade/liberdade praticamente inexistem para a população. O poder político e de decisão acontece

numa lógica verticalizada e hierarquizada, na qual as ações nem sempre se encontram voltadas para maioria marginalizada e sim para uma minoria “elitista”, “donos do poder”, que dependem do apoio das classes mais numerosas para se consolidarem no espaço público administrativo. Alain Touraine ressalta essa discussão e levanta alguns questionamentos sobre essa problemática, segundo o autor:

se um governo deve representar os interesses da maioria, é, antes de tudo, para que seja a expressão das classes mais numerosas para que se defina em favor de seu elo com os interesses das categorias populares, as que, além de serem as mais numerosas, são também as mais dependentes das decisões tomadas pelas elites (TOURAINÉ, 1996, p. 88).

E ainda para Touraine, a idéia popular de democracia está diretamente ligada ao princípio de igualdade em relação às desigualdades sociais, na qual a “reviravolta das hierarquias sociais [...] em nome da igualdade dos direitos não tem somente por efeito criar uma ordem política distinta da ordem social”, ela se transforma e, sobre isso, seria vago considerar a igualdade dos direitos, se essa não se traduzisse em pressões em relação à igualdade efetiva de condições.

Para Robert Dahl, existe o princípio da igualdade intrínseca, onde o autor ressalta a liberdade, a vida e a felicidade de um indivíduo, como direitos iguais e de mesma importância intrínseca, não podendo dessa forma variar de um ser para o outro. Dessa forma, “ao chegar a decisões, o governo deve dar igual peso ao bem e aos interesses de todas as pessoas ligadas por tais decisões” (DAHL, 2001). Nesse sentido, valorizar o princípio da igualdade intrínseca, no contexto da moralidade, prudência e igualdade, pode levar a não predominância do que Dahl chama de superioridade intrínseca, sabendo que esta se baseia em interesses pessoais dos governantes e de seus grupos mais próximos.

A respeito do significado descritivo da democracia e por sua tradição clássica, ela é uma das formas de governo em que várias pessoas podem exercer o poder, ou seja, reportando ao conceito de Bobbio (2004), “é a forma de governo na qual o poder é exercido por todo o povo, ou pelo maior número, ou por muitos”. Refletindo sobre esse conceito de democracia, percebemos que a sociedade civil representa uma imensa força política e que pode refletir e acentuar o processo democrático, sobretudo, pela capacidade de manifestar suas demandas e intervir nas decisões políticas, modificando a lógica da representação política através da participação social.

CAPÍTULO 3 : A CONJUNTURA POLÍTICA DE VALENTE E A HISTÓRIA DA APAEB

3.1 APAEB: da origem a consolidação

Neste primeiro momento será caracterizada a APAEB iniciando-se com sua contextualização histórica e geográfica. Isso será feito, na busca de compreendermos os caminhos percorridos por esse movimento e os atores envolvidos neste processo, nos possibilitando assim, entender melhor o seu destaque atual, como uma experiência de organização da sociedade civil que foi bem sucedida e que hoje é reconhecida regional, nacional e internacionalmente.

A APAEB/Valente está localizada na região semi-árida do Estado da Bahia, na cidade de Valente²⁶, de nome forte e coerente às suas ações inovadoras e que fazem jus à *lenda do Boi Valente*²⁷.

A conjuntura política que antecederia a fundação da associação, se perfazia sob a égide do regime militar e os municípios que constituiriam a APAEB, estavam inseridos neste contexto, de repressão e controle políticos.

No entanto, mesmo nesse cenário, já era possível perceber as primeiras articulações entre os pequenos agricultores da região, que se davam através do movimento de catequese, tendo vínculo com as pastorais²⁸ rurais, os missionários e representantes da Igreja Católica que, a partir dos “estudos bíblicos”, buscavam conscientizar e organizar os trabalhadores rurais, através de discussões sobre a

²⁶ Situado na região nordeste da Bahia, micro-região de Serrinha, no polígono das secas. O município foi criado em 1958 e está situado a 270 Km da capital do Estado, Salvador. Possui uma área de 871,2 Km², com uma população, estimada em 2005, de 19.969 habitantes, mas, de acordo com o último censo de 2000, a população se divide em 9.511 na zona urbana e 9.634 na zona rural, com densidade demográfica de 51,35 hab/Km². É caracterizado por ser eminentemente agrícola, sendo esta sua principal base econômica. O clima é semi-árido, com poucas chuvas e longos períodos de seca (IBGE, 2000)

²⁷ “ A lenda popular conta que havia um pequeno povoado no interior do sertão baiano, próximo à Fazenda Barriguda, onde os irmãos [...] abrigavam um boi tão tinoso que vaqueiro nenhum podia com ele. Certo dia, o boi foi cercado por vários vaqueiros e, na tentativa de escapular, acabou caindo num caldeirão (fosso de pedras). Esse foi um acontecimento comemorado e comentado por todo o sertão, contando e cantando em cordéis e aboios, do famoso boi que não se subjugava a ninguém e que, de repente, fora finalmente vencido. O povoado, então, ficou conhecido pelos viajantes como Caldeirão do Boi-Valente e, mais tarde, por Boi-Valente, enfim...Valente” (NASCIMENTO, 2003, p.15).

²⁸ Segundo Silva (1993, p. 60), “tratava-se de uma pastoral de minorias, ainda que superando o velho modelo de pastoral reduzida à oração e ao sacrifício”.

realidade e os seus interesses (MACEDO FILHO, 2003). Veja o depoimento de um pequeno agricultor citado por Silva (1993, p. 62): “era uma coisa estranha, porque a gente nunca havia trabalhado em grupo, começou a ver que as pessoas discutindo mais tarde ia ter força pra fazer um grupo maior e tentar combater essa exploração que tá aí”.

Apesar da falta de padres no meio rural, as celebrações coletivas foram ganhando um espaço maior e as relações comunitárias, ou melhor, esse novo tipo de consciência comum aumentava. Nas palavras de Nascimento (2003, p. 36 – **grifo nosso**), estes elementos de coesão social, “**tornariam** mais acessível e desfrutável a cada agricultor o que era produzido por todos”, e assim, contribuiriam para a reprodução da vida comunitária.

essas comunidades que se iam assim gestando, aparentemente simplórias e ingênuas, reunindo um número reduzido de pessoas [...] e dedicando seu tempo para a discussão dos problemas, se consolidaram como a grande renovação da Igreja Católica nas décadas de 70 e 80 (SILVA, 1993, p. 63).

Dessa forma, quando as pessoas perceberam que existia possibilidade de modificar suas condições de vida, através da canalização de suas forças, começaram a surgir um cenário de iniciativas associativistas, ou seja, formações de associações comunitárias, que buscavam atenuar as dificuldades vividas pelos pequenos agricultores.

Na verdade, os problemas no semi-árido sempre foram vários e todos se tornavam mais árduos para os agricultores, quando associados às mutilações²⁹ (mãos/braços) de trabalhadores no campo, devido o manuseio de máquinas de beneficiamento do sisal³⁰, tecnologicamente superadas, ou quando associados às restrições da natureza (seca) ou à dependência político-institucional que, na prática, resulta no clientelismo e na exploração do trabalho infantil. Porém, se considerarmos o descaso por parte dos detentores de poder em relação ao sertanejo, pobre, desprovido das mínimas condições de sobrevivência, se verá na “ausência” política uma catalisadora dessas dificuldades (MACEDO FILHO, 2003).

²⁹ Hoje, o número de mutilações decaiu significativamente, devido várias intervenções da APAEB em busca da melhoria das condições do pequeno agricultor (JORNAL FOLHA DO SISAL, 2005).

³⁰ Principal fonte econômica da região, denominada *Agave sisalana*, “é um gênero de plantas de consistência herbácea e escapo floral saliente, que dá origem a várias espécies fibrosas, entre elas o sisal (NASCIMENTO, 2003, p. 29).

Nesse sentido, a região semi-árida, que é marcada por várias desigualdades, sejam elas sociais, políticas e/ou econômicas, até hoje, passa a ser testemunha de um movimento popular, que inicia num processo lento e com auxílio externo, tal como o do MOC (Movimento de Organização Comunitária), fundado em 1967, no seio da Igreja Católica - com o objetivo de estimular e apoiar organizações e desenvolvimento de comunidades urbanas e rurais - que se encontra localizado na cidade de Feira de Santana, Bahia, passando a ser peça chave para a criação da APAEB. “Erguendo bandeira” a favor dos pequenos agricultores da região e estimulando discussões sobre a realidade destes, tais como: a valorização dos produtos dos pequenos agricultores, a denúncia das mutilações, o socorro à lavoura sisaleira e o combate ao trabalho infantil; o MOC se engaja na luta com os pequenos agricultores contra o ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) cobrado sobre os produtos, que estabelecia que todas as mercadorias deveriam circular com nota fiscal. Essa questão gerou muita polêmica e sobretudo revolta dos pequenos agricultores. Segundo Ildes Ferreira de Oliveira, assessor do MOC, num depoimento a Nascimento (2003, p. 44):

o MOC começa a buscar alternativas pra região e havia uma luta muito grande aqui (leia-se Feira de Santana) dos produtores em relação ao ICM. Havia uma pressão muito forte do fisco, bem mais que hoje [2003]. Os pequenos produtores levavam seus produtos pra feira pra vender e em [...] toda região, os fiscais do estado estavam à espera na entrada da cidade e multavam aquele produtor que vinha da zona rural. E a coisa era tão absurda que vinha 30, 40 produtores num pau de arara, cada um com um saco de feijão, de batata, de amendoim, o que fosse, o fiscal pegava, multava e a nota que tiravam era em nome do motorista, que, pela lei, o responsável pelo transporte era o motorista e o produtor que pagou o imposto ficava descoberto. Se ele não vendesse o produto e na semana seguinte fosse flagrado outra vez, ele pagava novo imposto. Isso se repetia até chegar ao ponto que vários produtores chegaram a entregar o produto, porque o imposto já estava mais caro que um saco de feijão.

É neste quadro que surge o “Movimento do ICM”, que ocorreu em 1979 em Salvador, como a primeira manifestação pública de camponeses no Estado da Bahia após 1964 (SILVA, 1993). Esse movimento reivindicava a “isenção do imposto para produtos agrícolas provenientes do excedente do autoconsumo das famílias rurais” (NASCIMENTO, 2003, p. 45). Para Silva (1993, p. 68), por mais que os resultados buscados não sejam suficientes em relação às demandas dos agricultores, esta manifestação “serviu para demonstrar que a sociedade estava disposta a ampliar o

espaço democrático já conquistado e para ajudar as pessoas a perder o medo nessas circunstâncias”.

Assim, o MOC na intenção de resolver tantos problemas, pensa na possibilidade de criar uma “Cooperativa Regional³¹” para garantir a comercialização dos produtos agropecuários originários da agricultura familiar. Porém, o fato da Legislação vigente³² (Decretos-Lei nºs 59 e 5.764, de 26/11/66 e 16/12/71, respectivamente) impedir a formação de cooperativas de pequenos produtores, foi criada a Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia/APAEB. (SEI, 2001).

Nesse sentido, a Associação de Pequenos Agricultores do Estado da Bahia foi o primeiro nome dado à Entidade, que passou a se chamar assim, devido ao desejo de seus idealizadores de expandirem o “Projeto APAEB” por toda a Bahia. Esses idealizadores localizam-se na região do semi-árido baiano, são os pequenos agricultores, apoiados por ONG’s nacionais e estrangeiras que, unidos e organizados, em busca de romperem com a “dura” realidade socioeconômica e política que viviam, se articulam com algumas idéias motivadores iniciais:

a união e a organização dos pequenos agricultores; a busca de gêneros de primeira necessidade diretamente das fontes de produção para repasse a preços mais acessíveis a seus sócios; valorização da produção dos camponeses, ponto de suma importância, **como uma política agrícola que beneficiasse os pequenos produtores** (SILVA, 1993, p. 18 - grifo nosso).

Fundada em 2 de julho de 1980 e sendo implementada³³ em cinco municípios da região semi-árida, destaques para Serrinha, Feira de Santana, Ichu, Araci e Valente, a APAEB inicia sua estrutura organizacional, com uma diretoria local em cada um desses municípios, distribuindo suas ações entre seus doze membros³⁴ (Presidente, vice-presidente, primeiro secretário, segundo secretário, primeiro tesoureiro, segundo tesoureiro, três conselheiros fiscais e seus respectivos suplentes), com a sede em Serrinha (1980 -1981), escolhida por sua localização

³¹ Associação foi criada assumindo informalmente características de cooperativa (Nascimento, 2000).

³² A Legislação só permitiria a formação de cooperativa se esta se submetesse a intervenções do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), para maior controle por parte do Estado.

³³ Para a implantação das APAEB’s foram utilizados recursos da Fundação Legião Brasileira de Assistência (LBA), da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), apoio do MOC, da MISEREOR (Alemanha), da Catholic Relief Services (CRS, dos EUA), órgão do governo do Estado e das Prefeituras Municipais de Serrinha, Araci e Valente.

³⁴ Atualmente essa estrutura foi modificada e sobre isso falaremos posteriormente.

geográfica estratégica, na qual se instalaria a Coordenação Executiva ou “Diretoria Geral”³⁵ (SILVA, 1993).

A intenção era que a APAEB deveria ser uma alternativa ao cooperativismo oficial, defendendo os interesses dos pequenos agricultores nos âmbitos políticos, sociais e econômicos em toda a Bahia, porém, as APAEB’s³⁶ passam a ser realidade nestes cinco municípios do semi-árido. Realizaram-se assim, as discussões e elaboração do Estatuto, com as conseqüentes burocracias junto à Secretaria da Receita Estadual, no processo de registro da entidade (SILVA, 1993).

A APAEB funcionaria de forma híbrida, como uma associação e como uma cooperativa, porque foi concebida para exercer um papel político, social e econômico simultaneamente, investindo em cidadania ativa, na reestruturação da pequena propriedade rural e na elevação do padrão de vida do agricultor sertanejo (NASCIMENTO, 2003, p. 50).

No início, os pequenos agricultores não entendiam verdadeiramente o sentido da associação, muitas vezes reduzindo o papel desta a uma “Casa Comercial”, na qual poderiam adquirir produtos industrializados mais baratos, através dos postos de venda. Por esse motivo, houve um grande esforço para clarificar o que realmente era a APAEB e seus objetivos. Porém, por mais que se tentasse explicar, as práticas predominantes realizadas pela Associação não tinham uma característica de comercialização, e sim predominava o consumo, o repasse de produtos aos pequenos agricultores com descontos. Essa questão gerou vários problemas e discussões, com posteriores reflexos na sua estrutura interna (NASCIMENTO, 2003).

Em busca de integrar e esclarecer os objetivos da APAEB, assegurar o envolvimento e a participação dos agricultores na condução dos trabalhos, foram organizadas comissões durante as reuniões da associação, baseadas na realidade e demandas de cada município, deliberando para equipes de agricultores determinadas atividades, tal como o armazenamento da produção para posterior comercialização e as atividades nos Postos de Venda. Apesar disso, as comissões não funcionaram de forma satisfatória, por vários motivos não raro oriundos da própria “ausência de experiências anteriores dos agricultores, falta de tempo para se

³⁵ Resolvia e decidia sobre todas as questões de todos os outros municípios, porém, a partir de 1984 passa a assumir o papel de supervisão das atividades.

³⁶ Adotaremos este termo para definir a APAEB nos cinco municípios.

dedicarem ao projeto, pouca compreensão e até desconfiança” por parte deles (SILVA, 1993, p. 73).

Nesse sentido, como os trabalhos da entidade não correspondiam ao esperado e a insatisfação por todas as partes se alargava, procurou-se alternativas para a solução destes problemas e uma das decisões tomadas foi pela contratação de um gerente, de forma a administrar melhor os recursos. Porém, esse gerente, não poderia deter em suas mãos todo o poder, ele assumiria as funções burocráticas da associação e qualquer decisão antes de ser tomada deveria ser aprovada pelos agricultores, tais como a venda do feijão, do milho armazenados nos Postos de Vendas (NASCIMENTO, 2003).

Como todas as decisões deveriam ser aprovadas pelos agricultores, e estas eram levadas a reuniões na Sede da APAEB, em Serrinha, demandando um certo tempo para reunir todos os sócios, várias oportunidades de comercialização da produção agrícola familiar foram perdidas, do que, seja pela ausência de compradores, seja pela falta de participação e organização no trabalho dos agricultores ou ainda pelo amadorismo de alguns gerentes, os Postos de Vendas começaram a dar prejuízo e, nos primeiros anos, somente o Posto de Venda de Feira de Santana deu bons resultados (SILVA, 1993).

Para Nascimento (2003, p. 55), “a rigidez da estrutura interna e as limitações no plano gerencial acabaram refletindo, de certa forma, na credibilidade da associação junto aos agricultores, levando a entidade a sofrer uma redução no quadro de sócios”, decaindo de 1200 a 800 sócios em 1986, já que a grande expectativa dos pequenos agricultores era de poder trocar sua produção agrícola por produtos industrializados, com 10% de desconto nos Postos de Venda e isso não estava mais sendo possível, sobretudo, pela desvalorização da produção, perda de produtos, devidos o mau armazenamento e a questão inflacionária. O mesmo autor ressalta que “mesmo a APAEB adotando uma estrutura administrativa formal que aparentava ser flexível, comportou-se na prática de maneira rígida e centralizadora”, pois todas as decisões deveriam passar pela aprovação da Coordenação Executiva e pelo Regimento Interno.

Assim, nos primeiros anos de funcionamento das APAEB's, mais precisamente em janeiro de 1982, o MOC declara que o “Projeto APAEB” na prática,

não está proporcionando os resultados desejados, exceto a experiência na APAEB-Valente, que conseguiu se destacar entre as outras filiais. Por exemplo, a APAEB-Valente soube aplicar de forma mais eficaz os recursos liberados para o Posto de Venda, economizando parte destes recursos e incentivando mutirões para construção de sua instalação; promoveu a gratificação para os sócios que tomavam conta do Posto de Venda, estimulando assim o bom desempenho e desenvolvimento do trabalho - sendo este responsável pelo processo de medir, pesar, armazenar e controlar os produtos – e, nesse contexto, percebeu-se que os problemas eram provenientes da falta de participação dos diretores e sócios, levando à sobrecarga dos gerentes, que passam a deter todas as funções em suas mãos. Esse fator levou a desconfianças por parte dos sócios em relação aos gerentes, ficando estabelecido que o Posto de Vendas seria administrado pelos próprios agricultores, tal experiência torna-se um fracasso, ficando provado que “ninguém é capaz de fazer tudo e os agricultores também não são” (SILVA, 1993, p.88).

Diante de tantas incertezas e ainda esperanças, em uma reunião de avaliação, realizada pelo Conselho Administrativo no ano de 1984, ganha corpo a idéia de “municipalização”, ou seja, formar em cada município uma Comissão que pudesse decidir autonomamente sobre suas atividades, no âmbito local.

Temos problemas diferentes em cada município e às vezes ficamos aqui resolvendo coisas miúdas, de um ou outro município, perdendo tempo [...] a idéia é de se fazer uma Comissão Municipal dando a esta Comissão poderes sobre aquele município, levando pares que não possam ser resolvidos nas comissões municipais. As assembléias de cada município podiam decidir sobre aquele município [...]. com isso os trabalhos nas bases poderiam crescer (APAEB, 1984 apud SILVA 1993, p. 93).

Assim, adota-se nos meados de 1984 as Comissões, destinadas a realizar os “trabalhos de base e armazenamento, Postos de Vendas, Moinho, Fabrico de Sabão e de Doces, casa de Farinha e Batedeira do Sisal³⁷” (SILVA, 1993, p.93), aumentando a participação e as relações entre os associados, dando um novo ânimo ao projeto; Segundo Nascimento (2003),

³⁷ Nome dado às usinas de beneficiamento de sisal para retirar os resíduos e fazer o enfardamento da fibra para comercialização. Teve o apoio financeiro da cooperação internacional: Agência Católica Holandesa de Cooperação Internacional e da Inter-American Foundation do Estados Unidos (MACEDO FILHO, 2003).

em 1985 aconteceu o enxugamento geral das atividades desenvolvidas pela APAEB, [...] prevendo afastamento imediato daqueles menos comprometidos e pior avaliados em seu desempenho pela assembléia de sócios. As lideranças dos agricultores voltam reanimadas a apostar nas várias atividades, mesmo que a viabilidade econômica de uma parte delas ainda não fosse possível.

Em 1984 a Batedeira do Sisal (Anexo) começa a funcionar em Valente, que inicia o processo de valorização da fibra na região, com seu foco agora mais voltado para a melhoria das condições do cultivo e recuperação das lavouras. Mas, também houve por outro lado, a preocupação sobre a forma como o produtor trabalhava com o plantio, os cuidados que ele tinha com a fibra, desvendando assim, as dificuldades e facilidades de cultivo e mão-de-obra. O que o pequeno produtor esperava com a Batedeira do Sisal da APAEB-Valente, era a eliminação dos atravessadores e o aumento do seu poder de barganha em relação às Batedeiras particulares, dos setores dominantes locais.

Com a estratégia da APAEB-Valente de investir no produto da região, o sisal, a associação vai angariando mais autonomia e destaque em relação às outras, sobretudo, por tentar controlar a principal atividade econômica do semi-árido, atividade essa que possui os seus dramas e traumas, tais como as mutilações sofridas pelos pequenos agricultores e o trabalho infantil. Desse modo, a descentralização realmente se amplia, no qual os problemas dos pequenos agricultores e trabalhadores rurais começam a ser levados ao conhecimento de instâncias locais, tais como STR's, Fórum da Cidadania. Ou seja, inicia-se com isso a inversão da primeira proposta da APAEB (que era de levar ao conhecimento da Diretoria Geral, todos os problemas municipais) e acontece a transferência das tomadas de decisões para o local e a conseqüente fixação regional da APAEB.

Fica assim oficializado o processo de descentralização da APAEB, no dia 26 de julho de 1986, na qual foi efetivada as Diretorias Municipais e a mudança do Estatuto. Segundo Nascimento (2003, p. 73),

a ascensão da APAEB-Valente em relação às demais APAEB's fica cada vez mais notória. Devido à decadência das demais APAEB's, cria-se um clima de hostilidade tal que o novo gerente geral da APAEB, que deveria servir a todas, não terá acesso a Valente. Valente terá seu próprio gerente [...], por sinal ex-gerente geral da APAEB em âmbito regional. A APAEB-Valente começará a construir um caminho próprio, pois já não queria se envolver com problemas e dificuldades pelos quais ela não passava mais,

apostando em novos rumos [...] Dessa forma, no final dos anos 80, a ascensão da APAEB-Valente como projeto de APAEB mais sustentável e consolidado permitiria vôos maiores.

Assim, a APAEB-Valente vai ganhando visibilidade nacional e internacional, através da sua política de valorização do sisal, realizando exportações para o mercado europeu, participando de reuniões internacionais, promovidas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) por exemplo, realização de eventos com poderes locais e do Estado sobre a problemática da região sisaleira, entre outras inserções.

Enfim, a APAEB-Valente passa a desempenhar um papel relevante, e será sobre ela que debruçaremos nossa análise, sobretudo, pelo seu poder de articulação regional, estímulo às lideranças locais e pequenos agricultores a manifestarem contra os problemas e dificuldades atravessados na região do sisal, valorização da principal atividade econômica, aproximando mais entidades nos seus atos de reivindicação. Assim, um histórico sobre a inserção da APAEB na região será abordado no próximo item.

3.2 Panorama Histórico: a Inserção Política da APAEB na Região Sisaleira

Num primeiro momento, existe a necessidade de desconsiderar a falsa independência entre os âmbitos políticos, econômicos e sociais de uma determinada sociedade. São três esferas que se interrelacionam e exercem influências diretas no desenvolvimento local ou regional. Os percursos seguidos pela APAEB, uma associação que possui formas de apresentar à sociedade, sejam como um movimento social, como uma associação de pequenos agricultores e/ou cooperativa de produção, em que compartilham os processos deliberativos com os atores estatais e os atores sociais, “mostrou que, para superar as adversidades, é necessário investir em atividades socioeconômicas que dêem suporte ao pequeno agricultor” e que esse “tipo de investimento ocorrerá sempre que houver

amadurecimento político e maior capacitação/habilitação dos pequenos agricultores” (NASCIMENTO, 2003, p. 109).

Nesse sentido, realizaremos um levantamento histórico a respeito das inserções da APAEB em sua região e os relacionamentos estabelecidos pela entidade e outras organizações da sociedade civil, ressaltando com isso, as estratégias de desenvolvimento econômico e social, que contribui para a mudança do cenário político, criadas pela Associação, de maneira a investir na cidadania, na melhoria de qualidade de vida dos pequenos agricultores e na consolidação do processo democrático.

Como citado anteriormente, a APAEB foi fundada em 2 de julho de 1980 e a sua trajetória foi permeada de vários eventos³⁸ econômicos, sociais e políticos, até que tivesse credibilidade, por parte dos associados e da população que mantinham relações direta e indiretamente com a mesma, através da atividade do sisal.

Os anos da década de 1980 foram fundamentais para a APAEB, principalmente ao considerarmos a situação que a Associação enfrentava em 1983. Nesta época, alguns setores do poder local, nos municípios da região sisaleira, como os sindicatos de trabalhadores rurais de Ichu e Serrinha, se declaravam oposição explícita a APAEB. Tais organizações estavam sob controle de latifundiários da região que eram os políticos locais. De acordo com Silva (1993, p. 81), quando a APAEB foi fundada:

os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, mesmo aqueles que já se encontravam sob o domínio dos trabalhadores, como os de Valente, mantiveram-se céticos e praticamente alheios à criação da entidade, somente passando a apoiar e a participar após os seus dois primeiros anos de fundação, quando constataram que a APAEB poderia ser uma aliada.

Outro problema que abrangia a população do semi-árido baiano e contribuía para aumentar a dificuldade e sofrimento dos agricultores rurais era a seca. Em 1983, a produção agropecuária e a qualidade de vida dos pequenos produtores rurais estavam ainda mais ameaçadas se associados às divergências de ordem política. Os sertanejos viviam em situação de completa dependência em relação aos políticos locais, aos comerciantes e os latifundiários. Na busca de água e alimentos,

³⁸ Maiores informações sobre a história da APAEB, ver Silva (1993).

os sertanejos procuravam o apoio de programas emergenciais com os políticos, vendiam sua produção a baixo custo para os comerciantes e a sua força de trabalho era pouco remunerada pelos grandes proprietários de terras. Silva (1993) ressalta que os comerciantes sentiam-se como caridosos, como se estivessem fazendo um favor, aos pequenos produtores ao comprarem suas produções.

Diante desse quadro, a APAEB sofreu muito com a evasão dos pequenos agricultores associados, pois estes devido à conjuntura e às condições que o sertão lhe oferecia, quase não tinham tempo de participarem de forma efetiva no projeto. E este era o momento ideal para os políticos locais enfraquecerem a APAEB (RELATÓRIO ANUAL DO MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA, 1982).

No entanto, as ações sociais, econômicas e políticas eram realidades na dinâmica da Associação. Em 1984, a APAEB de Serrinha promoveu a “ocupação” da agência local do Banco do Brasil tendo um efeito importante. Os agricultores a partir desta manifestação procuravam denunciar o descaso e a discriminação da instituição com os pequenos agricultores. O balanço deste evento para alguns pequenos agricultores e líderes inseridos neste processo, foi altamente positivo, pois houve mudança no comportamento dos servidores da agência no atendimento aos agricultores.

Um grande passo dado pela APAEB e que se tornou base da economia do semi-árido, garantindo maior autonomia aos pequenos agricultores, que dependiam de Batedeiras particulares para realizarem seus trabalhos, foi a criação também em 1984, da Batedeira do Sisal Comunitária da APAEB. Criada com o objetivo de permitir todo um aprendizado nos setores do beneficiamento e comercialização e favorecer inclusive o ingresso dos pequenos produtores, através da Associação, no mercado externo. A Batedeira do Sisal Comunitária, garante aos pequenos agricultores, antes dependentes e explorados pelos donos de Batedeiras particulares, um maior poder de barganha. Segundo Silva (1993), através dela surgiram diversas atividades que despertaram maiores atenções do governo e, conseqüentemente, levaram à valorização dos produtos provenientes do sisal. Outra questão importante que esta criação proporcionou, foi o apoio dado ao MOC, ou seja, parte da venda se destina ao movimento comunitário e 0,3% do total dos recursos são destinados aos associados, após a comercialização do o sisal.

De acordo com Silva (1993), com a inserção da APAEB no mercado e com a elevação do preço do sisal, valorizando o produto e fundamentalmente, beneficiando os trabalhadores e produtores rurais, a Associação passa a cumprir uma fundamental e importante função política. Dessa forma, a APAEB passa a se inserir no cenário de ações sociais e conscientização da população, denunciando, realizando manifestações, criando seminários sobre a crise do sisal e o descaso do governo para o setor, consolidando dessa forma a relevância dos procedimentos políticos e o do desenvolvimento das atividades econômicas.

No processo de iniciação da APAEB na trajetória associativa:

a APAEB estimula e apóia dentro das suas possibilidades, os movimentos reivindicatórios e de organização dos trabalhadores a níveis das comunidades dos municípios e da região, partilhando suas experiências também com outras entidades similares do país (SILVA, 1993, p. 21).

Outros exemplos de inserção da Associação na região sisaleira podem ser listados abaixo³⁹:

- a presença da APAEB junto aos trabalhadores rurais de Serrinha e Ichu para tomar o Sindicato de Trabalhadores Rurais das mãos de políticos e fazendeiros;
- apoio da entidade à luta dos trabalhadores rurais da região de Feira de Santana atingidos pela barragem de Pedra do Cavallo, o apoio às ocupações de terras ocorridas em Biritinga e Santa Luz onde centenas de hectares de terras estavam abandonadas e improdutivas;
- o esforço no sentido de acompanhar pequenas comunidades de base em processo de organização. No âmbito mais interno, tem procurado ajudar cada associado a compreender a importância da organização, difundindo o sindicalismo e estimulando a participação nos sindicatos.

Isso pode ser reforçado pelo depoimento extraído do livro de Silva (1993, p. 22), acerca da opinião de um agricultor sobre a APAEB nesta época: “Aqui em Serrinha a APAEB entrou de cheio na nossa luta pra conseguir que as mulheres

³⁹ Dados de Silva (1993).

pudesse ser sócia do sindicato porque os diretores não queria mas terminou sendo obrigado a aceitar” (Agricultor de Vertente – Serrinha).

No que diz respeito à inserção e participação política da APAEB no semi-árido, esta estimulou através de algumas estratégias, como seminários, assembléias, passeatas a participação dos associados em sindicatos de trabalhadores rurais (STR's), porém, deixando bem claro a diferença entre as duas entidades. No entanto, esse assunto causava confusão e de acordo com Silva (1993), a APAEB em alguns momentos assumia o papel de Sindicato, ou seja, em situações em que os STR's estavam sob a direção de pessoas que utilizavam essa máquina como instrumento de políticas hegemônicas, a APAEB assumia os interesses dos camponeses e trabalhadores rurais nestes espaços. O autor ressalta que:

em Serrinha já havia um “movimento de oposição sindical” organizado com membros da Pastoral Rural que vinha procurando tomar domínio do Sindicato e já tinha concorrido às eleições para a Diretoria, sem sucesso. A APAEB entrou, de corpo e alma nessa luta, especialmente nos períodos de eleição sindical quando a prioridade da entidade deixou de ser a compra e venda de produtos para se constituir no suporte de luta dos agricultores (SILVA, 1993, p.82).

A dimensão e as práticas sociais em que se destinava a APAEB era algo evidente, tal como a expressão utilizada nos seus objetivos educativos: “representar os agricultores, unir e organizar a classe, reforçando a luta dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e ajudando os agricultores a manterem-se coesos, solidários e cada vez mais fortes e expressivos”. A participação da Associação no Congresso dos Trabalhadores Rurais, que ocorreu em Brasília em maio de 1985, marca a sua inserção no cenário nacional e culmina com o apoio ao movimento internacional em prol do povo nicaragüense, que foram vítimas de uma grande guerra. As contribuições arrecadadas entre os associados foram enviadas juntas com doações de outras entidades (SILVA, 1993). Alguns acontecimentos que envolveram a presença da Associação e toda uma conjuntura política e social na região sisaleira, no final da década de 1980 podem ser visualizados no quadro 3.

Diante deste quadro, a argumentação de acordo com Silva (1993), é de que foi a APAEB Valente que exerceu fundamentalmente a liderança no processo de articulação entre as outras APAEB's, inclusive com as organizações sindicais,

estabelecendo uma rede de contatos e relacionamentos com os trabalhadores rurais de outros municípios sisaleiros.

Essa inserção nas lutas e movimentos sociais dá uma nova dimensão e nova cara a APAEB. Pouco adiantava as recomendações e as tentativas de alguns que chegavam a se angustiar com o fato de os sócios terem a APAEB como uma “simples casa comercial” [...] essa nova perspectiva ganha corpo com a atuação da entidade nos anos seguintes, imprimindo as duas faces da moeda: o aspecto propriamente econômico, expresso nas atividades de armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção, com todos os procedimentos a elas inerentes, e o aspecto de natureza político-social: os projetos econômicos precisam ter duas pernas, uma propriamente econômica, outra de natureza política e educativa (SILVA, 1993, p.111).

Nos anos de 1992 e 1993, além das lutas em favor das melhorias das condições de vida no meio rural, a APAEB se interessa por outros assuntos ligados aos municípios em que ela atua. Dessa forma, a interferência em assuntos de caráter público e a pressão sobre as administrações municipais, passaram a ser atividades da agenda da Associação, que conseguia participar através da formação dos Conselhos Municipal de Saúde.

Juntamente com o MOC e o programa “Cidadania em Ação”, cujo objetivo era estimular os agricultores a participarem da elaboração das Leis de Diretrizes Orçamentárias e da elaboração dos orçamentos municipais com dotações de recursos para atividades que consideram prioridade, a APAEB estabelece um quadro participativo e social que contribuiu para a melhoria da qualidade dos sertanejos (SILVA, 1993).

A esse respeito, uma outra grande conquista da Associação que foi dada principalmente, pelos laços construídos com entidades populares da região, como STR's e Associações comunitárias, a chamada “política de alianças”, que levou a implementação posteriormente do Centro Tecnológico do Sisal em Valente.

O respectivo depoimento do gerente da APAEB/Valente em 1993 sobre o respeito que a APAEB angariou durante esses anos na região, pode ser identificado na afirmação a seguir:

hoje nem todas as nossas reivindicações são atendidas pelas autoridades do município, mas o tratamento é outro. A gente percebe que há um respeito. Basta saber que a APAEB está no meio de alguma reivindicação, eles ouvem nossa proposta (DEPOIMENTO DO GERENTE DA APAEB DE VALENTE DE 1993 apud SILVA, 1993).

Quadro 3 - Panorama de acontecimentos da década de 1980 – o papel da APAEB

Ano	Um breve panorama de acontecimentos da década de 1980
1986	<ul style="list-style-type: none"> - Iniciativas reivindicatórias realizadas pela APAEB para chamar a atenção das autoridades para o drama daqueles que adquirem a subsistência através da produção da fibra de sisal. - A APAEB busca, também, o apoio dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais para a reivindicação de providências contra a mutilação de trabalhadores, exigindo do governo equipamentos de proteção. Assim, procura-se concretizar a dimensão social do projeto, interferindo junto aos poderes constituídos. - Surgimento, em Araci, de um grupo de pequenos produtores de sisal que se organizam para vender a sua produção a APAEB, fugindo assim dos intermediários locais.
1987	<ul style="list-style-type: none"> - Momento de crise nas atividades da APAEB: Postos de vendas e Armazenamento de Produtos. - Realiza-se um Encontro para discutir: porque os associados não acreditam na APAEB? e O que devemos fazer para que a APAEB beneficie seus associados e estes passem a acreditar nela? “O que se pode observar, hoje, é que estava em jogo uma questão de poder” (SILVA, 1993:105). - A APAEB coordena em conjunto com Sindicatos e Associações, um conjunto de manifestações públicas reivindicando melhorias nos serviços públicos de saúde, as aposentadorias para os mutilados do sisal e medidas contra a seca. - A APAEB coordena um processo de discussão entre as entidades representativas dos trabalhadores visando à obtenção de preços justos, através da Comissão de Financiamento da Produção (CFP) do Governo Federal, para os produtos agrícolas. - A primeira manifestação pública foi realizada no dia 26 de julho de 1987 e contou com a participação de cerca de quatro mil trabalhadores transportados em 80 veículos entre ônibus e caminhões, conseguindo interromper por algumas horas o tráfego de veículos nas BR-116 e BR-324. “Nós conseguimos instalar as frentes de trabalho com a participação dos Sindicatos que deixou os políticos tudo virado e também muitas aguadas” (Dirigente Sindical de Valente). - A APAEB passa a assumir um papel de liderança nesse processo reivindicatório, mesmo que quase sempre permanecendo numa posição de “retaguarda”. Estrategicamente, assumia funções desarticulação, mas colocava as entidades sindicais numa posição de vanguarda, perante a opinião pública, o que facilitou em muito a aproximação da Associação com essas entidades na região.

Fonte: SILVA, A. L. V. et al. **APAEB:** uma história de fibra, luta e subsistência. Valente, APAEB, 1993. 160p.

Assim, de uma forma mais ampla vamos resumir algumas outras ações realizadas pela Associação, com a inserção desta no semi-árido baiano:

- implementação pela APAEB/Valente de uma política de preços própria, de forma a interferir no mercado e reduzir a exploração dos atravessadores contra os produtores de sisal (Nascimento, 2003).

- Criação da poupança APAEB, em 1990, de forma a captar recursos financeiros para a Batedeira do Sisal, como capital de giro, na qual os produtores poderiam depositar a quantia que desejassem e solicitar a mesma a qualquer momento (Nascimento, 2003).
- Realização de campanhas “preserve o sertão” com fornecimento de mudas que estimulassem o plantio de plantas nativas e adaptáveis ao semi-árido. Essa ação demonstra a preocupação com o meio ambiente (Nascimento, 2003).
- Incentivo a coleta e armazenamento de água das chuvas, já que a seca é uma realidade na vida do sertanejo. Em mutirão, foram construídos reservatórios e atualmente a presença de cisternas é algo acessível na região.

As ações, atividades e projetos realizados pela APAEB desde a sua origem são diversificados e inúmeros. No entanto, é objetivo deste tópico fazer uma breve explanação acerca da inserção da Associação na região semi-árida e relembrar alguns momentos que serviram como experiência e base para o funcionamento da estrutura atual da APAEB. As descrições de ações e sua estrutura organizacional, presente em Relatórios Anual da própria entidade, serão detalhadas melhor no próximo item.

3.3 APAEB Hoje: sua estrutura organizacional e papel em Valente

Juntamente com a descentralização e desenvolvimento da APAEB-Valente, fundada em 02 de Julho de 1993, com sede na cidade de Valente, possuindo como área de atuação a Região Sisaleira, semi-árido do Estado da Bahia, passa a denominar-se Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. Esta vem se destacando através de suas ações no município e região, sob a missão de “promover o desenvolvimento social e econômico sustentável, visando a melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor rural da região sisaleira” (APAEB, 2003). Porém, deliberado em 24 de dezembro de 2004, através da aprovação do Estatuto Alterado, uma nova modificação é feita e a associação passa a chamar-se Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira.

A APAEB, se define como uma entidade civil, de fins não econômicos, integrando atualmente 750 associados e que possui como finalidades, segundo o Estatuto (2004):

- Promover o desenvolvimento social e econômico sustentável e solidário da Região Sisaleira buscando a elevação da qualidade de vida de sua população;
- Desenvolver atividades culturais, educacionais e de promoção social, estimulando a cooperação, a auto-ajuda e a solidariedade entre seus associados;
- Viabilizar o beneficiamento, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos oriundos dos agricultores e empreendedores familiares rurais, assim como o fornecimento de outros bens básicos consumidos por eles;
- Desenvolver atividades e projetos de assistência social, técnica e econômico-financeira que venham a contribuir com a elevação do padrão sócio-econômico dos seus associados;
- Contribuir para a formação da consciência crítica e da organização comunitária para interferir no processo político-social local e geral;
- Defender os direitos humanos e dos trabalhadores em toda a sua plenitude;
- Defender o meio ambiente com a adoção de medidas que garantam a preservação e recuperação do ecossistema;
- Representar os seus associados na defesa de seus interesses e direitos.

A estrutura organizacional da APAEB é formada por uma equipe que é distribuída entre uma Diretoria Executiva, Conselho Administrativo e Suplentes, Conselho Fiscal e Suplentes, Coordenadores de Setores, Gerência Comercial e Coordenadores de Setores, Assessoria e Consultoria, Fábrica de Tapetes e Carpets.

O Conselho Administrativo⁴⁰ (eleito pelos associados) é constituído de 9 membros, que escolhem entre eles a Diretoria Executiva⁴¹. A Diretoria Executiva é

⁴⁰“Art. 18º – Ao Conselho Administrativo compete: Promover o cumprimento das finalidades de Associação; Definir as linhas e os programas de ação da entidade; Definir sobre a constituição e mandatários e procuradores; Avaliar, permanentemente, o desempenho da Associação; Manter atualizado o Regimento Interno da entidade, submetendo as alterações à apreciação da Assembléia; Deliberar sobre contratação e demissão do Diretor Executivo da entidade; Apreciar a indicação para ingresso de novos associados à entidade; Aprovar a implantação de novos empreendimentos, a contratação de novos financiamentos de entidades públicas ou privadas no Brasil ou no Exterior” (ESTATUTO, 2004).

⁴¹ “Art. 19º – À Diretoria Executiva compete: Assumir e coordenar o andamento de todas as atividades da Associação; Administrar os bens móveis e imóveis da entidade; Providenciar o

composta por três associados eleitos em Assembléia Geral - Presidente, Secretário e Tesoureiro - e pelo Diretor Executivo nomeado pelo Conselho Administrativo. Existe, ainda, um Conselho Fiscal formado por três membros efetivos e três suplentes, responsável pela fiscalização dos atos da Diretoria Executiva e do Conselho Administrativo e pela emissão de parecer sobre os balanços financeiros da entidade (ESTATUTO, 2004).

A atuação da APAEB se dá junto aos agricultores e empreendedores familiares rurais⁴², não fazendo distinção entre de gênero, etnia, credo ou filiação político-partidária, nos municípios que constituem a sua área de atuação.

Em relação aos associados estes possuem as seguintes características: fundadores, ou seja, aqueles que assinaram a ata de fundação da entidade; efetivos: todos aqueles que, atendendo às condições estabelecidas no artigo 5^o, assinarem a ficha de inscrição, contribuírem com a taxa estabelecida pela Assembléia Geral e participarem regularmente das atividades da entidade, incluindo a participação em pelo menos 1/3 (um terço) das reuniões convocadas pelo Conselho Administrativo; colaboradores: todos aqueles produtores e empreendedores rurais que, não atendendo ao estabelecido no Art. 5^o, se dispuserem a ingressar na entidade com o espírito de colaboração, não podendo o seu número ultrapassar 20% (vinte por cento) do total dos associados classificados como efetivos; beneméritos: aqueles que se destacarem por serviços prestados à entidade, a juízo da Assembléia Geral, por indicação do Conselho Administrativo; De acordo com o Estatuto (2004),

- Os associados terão plena liberdade para ingressar e desligar-se da associação.
- Somente os associados classificados como efetivos e fundadores com atuação efetiva poderão votar e serem votados para os cargos eletivos da entidade.
- O associado que passar a prestar serviço como funcionário da entidade terá seus direitos de associado suspensos, enquanto durar o contrato.

cumprimento das decisões da Assembléia Geral e do Conselho Administrativo; Decidir sobre a contratação e demissão de funcionários; Apreciar as possíveis recomendações e críticas vindas dos associados, assessores, funcionários e da comunidade externa; Manter atualizada a documentação da entidade; Submeter, anualmente, à apreciação da Assembléia Geral: a) Relatório de Atividades do exercício anterior; b) Balanço Contábil com parecer do Conselho Fiscal; c) Plano de Trabalho da entidade". (ESTATUTO, 2004).

⁴² Art. 5^o: São considerados agricultores e empreendedores familiares rurais os trabalhadores que desenvolvem suas atividades econômicas tendo como base a mão-de-obra da própria família (ESTATUTO, 2004).

- Os associados colaboradores que forem também agricultores e/ou empreendedores familiares rurais poderão, secundariamente, participar dos benefícios de incentivo à produção e outros gerados pela entidade, a critério do Conselho Administrativo.

Exposta a estrutura acima, torna-se necessário ressaltar as ações desenvolvidas pela APAEB, numa estratégia de convivência e sobrevivência com o semi-árido, sob duas óticas. A primeira visão está relacionada às reivindicações e ações mais imediatas de combate à exploração e exclusão social do pequeno agricultor e a segunda ótica se destaca pelas maneiras e formas de conduzir o desenvolvimento local sustentável, no sentido de garantir condições de produção na agricultura familiar em períodos de seca, por exemplo.

A APAEB, de acordo com seu Estatuto pode instituir departamentos, gerencias, unidades e setores específicos de serviço para viabilizar o processo de trabalho, a critério da assembléia geral, devendo integrar o regimento interno. A infraestrutura da Associação é constituída de alguns setores com suas respectivas ações e projetos, no quadro abaixo:

Quadro 4 – Estrutura Organizacional e Funcional da APAEB

SETORES E PROJETOS	• DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E DAS ATIVIDADES
Fábrica de Tapetes E Carpetes	<ul style="list-style-type: none"> A indústria de tapetes e carpetes, funciona na lógica da economia solidária e busca valorizar a fibra do sisal. Empregando cerca de 500 funcionários. Uma das práticas da fábrica se dá pelo reaproveitamento das sobras das fibras, sendo estas utilizadas em outras atividades.
Batedeira Comunitária do Sisal	<ul style="list-style-type: none"> Faz parte do sistema de fabricação de tapetes e carpetes. Responsável pelo beneficiamento da fibra in natura. A batedeira recebe a fibra de 300 pequenos produtores e beneficia 1800 famílias. A APAEB também compra 28% da fibra de duas outras batedeiras particulares, gerando um total de 138 empregos.
Caprinovinocultura	<ul style="list-style-type: none"> Apoio à caprinocultura e ovinocultura, que são fontes alternativas de renda. Dessa forma, abre-se mercado para estes produtos.
Laticínio DaCabra	<ul style="list-style-type: none"> A matéria-prima vem da caprinocultura e ovinocultura. Os números de fornecedores são de 54, aumentando a renda dos produtores. Produz leite pasteurizado, iogurtes, doces e queijos.
Curtume	<ul style="list-style-type: none"> Unidade de beneficiamento de peles de caprinos e ovinos. Agrega valor e remunera melhor o produtor.
Couros Valente	<ul style="list-style-type: none"> Unidade que utiliza partes do couro beneficiado para a produção de bolas, bolsas, cintos, ou seja, artigos em couro. Esta atividade ainda depende de maquinários, para aumentar seu potencial. Gera 8 empregos diretos.
Posto de Vendas	<ul style="list-style-type: none"> Supermercado que possui quase 5 mil itens. Este supermercado viabiliza a comercialização dos produtos provenientes da agricultura familiar, vendem a preços mais baixos aos associados e funcionários da APAEB e regula os

	preços de produtos de necessidades básicas na comunidade. Gera 29 empregos e foi uma das primeiras experiências da APAEB.
Riquezas do Sertão e Artesanato	<ul style="list-style-type: none"> • Loja que se localiza na BA 120, com o objetivo de comercializar a produção artesanal na região. Gera dois empregos diretos e centenas de famílias que fazem os artesanatos. • A APAEB apóia as artesãs financeiramente e na logística.
Casa do Mel	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Valoriza a apicultura local e processa cerca de 300 quilos de mel por dia. A exportação do produto para a Itália é uma realidade.
Crédito	<ul style="list-style-type: none"> ▪ de forma a financiar os projetos, os pequenos agricultores contam com o Fundo Rotativo e com uma cooperativa de crédito a COOPERE.
Hidroponia	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto montado pela APAEB e administrado por uma associação de moradores. • Sistema de cultivo de hortaliças com pouca água, é uma alternativa para o sertão.
Escola Família Agrícola (EFA)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atende jovens oriundos das famílias dos municípios da região sisaleira. O sistema é de pedagogia da alternância, ou seja, os alunos ficam uma semana na escola e a seguinte em casa. A EFA realiza projetos produtivos que auxiliam nos estudos dos alunos e na manutenção da escola. A escola funciona também como um laboratório para experiências e pesquisas.
Escola de Informática	<ul style="list-style-type: none"> • Criada para que os alunos pudessem ter acesso a programas e sistemas de informática. É grande a demanda e temas como história, racismo, cidadania fazem parte do currículo da escola.
Net Sala	<ul style="list-style-type: none"> • Salas de acesso à internet pela população que atende cerca de 60 pessoas por dia.
Sertão Net	<ul style="list-style-type: none"> • Provedor de internet que oferece serviço de acesso discado a população de Valente.
Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • A APAEB mantém o programa Conversa da Gente em uma rádio vizinha na cidade de Conceição do Coité, apoiando ainda a Valente FM. Em 2003 foi aprovada a concessão da emissora, a Rádio Comunitária Valente FM. A TV Valente divulga as ações da APAEB, apresenta trabalhos da população e realiza reivindicações ao poder público local. O Jornal Valente, é uma experiência mais direta na televisão. A Folha do Sisal é um informativo da APAEB que divulga notícias da região e as atividades da associação, tendo uma abrangência maior. A Folha da APAEB é um informativo interno semanal, que contém instruções ao pequeno produtor, perfil dos funcionários, notícias da APAEB.
Clube Sócio-Recreativo	<ul style="list-style-type: none"> • O clube social é constituído de uma quadra poliesportiva, campo de futebol, piscinas, serviços de bar e restaurante. Possui 2075 associados e promove shows com artistas locais, abriga campeonatos e competições esportivas. O espaço garante o lazer e a integração entre os associados e funcionários
Recursos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Setor que possui como funções administrar conflitos, investir na integração e na convivência social, selecionar e capacitar pessoal.
Relações Públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Setor responsável pela integração entre comunidade e APAEB. organiza as agendas de visitantes a APAEB e seus projetos.
Pesquisas	<ul style="list-style-type: none"> • De tecnologias alternativas para o semi-árido.
Convivência com a seca	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência técnica permanente aos agricultores, ensino de técnicas para conviver com a seca e aumentar a produtividade, atendimento veterinário, laboratorial e melhoramento genético. Escavação de poços, construção de cisternas e o projeto de irrigação por gotejamento, que contribui para reservar água e para a produção de alimentos e criatório para as famílias sertanejas. Essas são alternativas criadas pela APAEB para que os sertanejos tenham acesso à água e adquira essas novidades por baixo custo.

Desenvolvimento Comunitário	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitação e estímulo aos moradores de comunidades rurais. • Integração da comunidade e técnicos da APAEB em busca do desenvolvimento sustentável.
Participação nos Conselhos Municipais E em Eventos	<ul style="list-style-type: none"> • A APAEB possui representação direta nos conselhos de saúde, educação, de Desenvolvimento Rural Sustentável e Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. • A APAEB participa anualmente em diversos eventos no Brasil e no exterior, de forma a trocar e aperfeiçoar conhecimentos.
Energia Solar	<ul style="list-style-type: none"> • Programa de aproveitamento da luz solar para levar eletricidade às casas localizadas na zona rural. Mais de 200 famílias já dispõem desta tecnologia.
Reflorestamento	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição de mudas de árvores nativas e outras adaptáveis a caatinga.
Educação e Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção de seminários, cursos, reuniões com as comunidades, peças de teatro, apoio a associações comunitárias, apoio ao Fórum da Cidadania.
Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Apoio a grupos musicais tradicionais da região, realização de movimentos culturais em Valente, apoio aos artistas da região.
Projeto Descobrir	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto educativo de arte-recreação, atende 120 crianças.
Casa da Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Sede da Casa Brasil, projeto do governo federal que tem como objetivo a “Inclusão Digital”. Além de acesso à internet, a população se beneficia da sala da leitura.

Fonte: Dados extraídos dos Relatórios Anuais da APAEB (1998 a 2004), Folha do Sisal (12/2004) e do Trabalho de Campo da Autora.

Após a exposição da estrutura da Associação e principalmente o seu funcionamento, pode-se destacar algumas outras ações desempenhadas pela APAEB e conquistas que contribuí para a melhoria da qualidade de vida da população do semi-árido e reconhecimento do projeto, tais como os méritos adquiridos por ser uma experiência brasileira bem sucedida de Gestão Local, que exportam produtos frutos do trabalho social, ou seja, uma organização da sociedade civil que investe em energias renováveis e desenvolvimento sustentável, entre outros trabalhos que foram reconhecidos⁴³.

A partir de dados de Relatórios Anuais e da própria pesquisa de campo, percebe-se que a Associação busca incentivar e apoiar alguns outros trabalhos que integram a população à melhoria da qualidade de vida. Ao falar em qualidade de vida, alguns trabalhos realizados sobre esse tema⁴⁴ demonstram o envolvimento entre diversos aspectos, tanto subjetivos quanto objetivos. Muitas vezes, adotando

⁴³ No total somam mais de 10 premiações concedidas por tais Entidades: Fundação Kanitz, Fundação Getúlio Vargas, Banco do Nordeste, Fundação ABRINQ, Fundação Schwab, SESI, Caixa Econômica Federal, Câmara de Comércio Árabe Brasileira e a RENOVE (Rede Nacional das Organizações da Sociedade Civil) (RELATÓRIO ANUAL DA APAEB, 2005)

⁴⁴ Ver Macedo Filho (2003).

modelos conceituais de qualidade de vida, chegam a resultados significativos para a realidade da região.

A APAEB contribuiu para a melhoria da qualidade de vida, tanto no âmbito da casa quanto do roçado. Considera-se que o sucesso de tal ação foi fruto da participação popular, da força das decisões e motivação dos atores sociais, que propiciaram relações de confiança entre lideranças, técnicos e associados, envolvendo questões econômicas, sociais, políticas e culturais em torno de objetivos comuns, que valorizaram a identidade do sertanejo e, ao mesmo tempo, promoveram inovações que possibilitavam a inclusão dos indivíduos (MACEDO FILHO, 2003, p. 112).

Essas informações são importantes para conhecermos as inovações que possibilitam a inclusão social e as ampliações da APAEB nos espaços políticos através da participação popular. Sendo esse o motivo provável da candidatura do diretor executivo dessa Associação nas eleições para Prefeito em 2004, que tinha como proposta uma mudança no controle político municipal de Valente. Importa perceber melhor como as experiências da APAEB, podem direcionar o rumo de Valente no sentido da educação e valorização do pequeno produtor rural.

3.4 VALENTE E A APAEB: uma reflexão teórica sobre a participação, o clientelismo e os interesses

Para entender a importância do tecido associativo em Valente e suas conquistas, faz-se necessário pensar na conjuntura política em que a APAEB surgiu e que está inserida atualmente. O clientelismo político, apesar de ter como característica original, a República Velha, ainda é muito presente no município de Valente (TEIXEIRA, 2001). De acordo com Nunes (2003), o clientelismo não deixou de existir no período autoritário brasileiro, nem se extinguiu com a industrialização e com a abertura política e ainda se mantém forte em tempos democráticos.

Valente teve em sua história de vida política a concentração do poder nas mãos de dois grandes grupos políticos, ligados à mesma família da região, que se “alternavam” nas gestões municipais local há anos, ou melhor, há 49 anos, datando da emancipação política do município em 1958. Esse modelo de política se perpetua por ações de caráter clientelista, ou seja, o estabelecimento de relações políticas que se pautam na dependência das pessoas e na dominação de grandes

fazendeiros locais (NUNES, 2003). De acordo com SAES (1994, p.90), trata-se principalmente de uma dependência das pessoas pelos políticos, na concessão de terras, que “exprime-se ideologicamente como obrigação subjetiva de lealdade para com o senhor da terra, ou, em um nível mais diretamente político, como fidelidade ao chefe político local”.

Este fator pode ser pensado como uma prática assistencialista⁴⁵, desempenhada por parte dos políticos locais que, através do controle social dependente e verticalizado, barganhavam a força política do município. No entanto, estas são ações que apesar de construídas durante toda a história de Valente, ainda fazem parte do seu cenário contemporâneo⁴⁶. Oligarquias que ficaram cada vez mais ricas e que mantêm o poder político até hoje, foram construídas em um processo de exploração sobre o sertanejo no âmbito econômico, que contribuiu para o distanciamento destes da vida social e política (SILVA, 1993).

A história do sertanejo lutador, tão explorado no seu meio e excluído, principalmente do processo decisório nos diversos âmbitos da vida, sobretudo, no âmbito político, ainda é uma realidade que pode ser presenciada em diversas regiões do Brasil. No caso da região sisaleira baiana, os produtores rurais buscam alternativas e formas de “contrabalançar o clientelismo”, dirimindo as redes personalistas que se estendem a diversas instituições públicas e organizações sociais (NUNES, 2003).

Ou seja, em busca de melhores condições de vida, os pequenos produtores rurais de Valente, que se sustentavam e se sustentam através da agricultura familiar, buscavam sua sobrevivência e independência financeira, social e política, por meio da criação de uma cooperativa de pequenos agricultores, iniciando um movimento organizativo no final da década de 1970.

Nesse sentido, entende-se que a década de 1970 foi um marco importante para se pensar as formas organizativas da sociedade e as principais vicissitudes surgidas contra um regime autoritário. A ditadura, proveniente do Golpe de 1964, foi um regime de tutela militar que se estendeu por vinte anos, na qual a vida política

⁴⁵ De acordo com Farias (2000), o assistencialismo muitas vezes se pauta na distribuição de bens materiais que se reduz a uma estratégia eleitoreira, sem trazer vantagens duradouras para o grupo ou setor beneficiado.

⁴⁶ Informações extraídas de entrevistas e observações realizadas pela autora, durante o trabalho de campo na cidade de Valente e análises de bibliografias sobre o município desenvolvidas por autores como Teixeira (1993), Nascimento (2003), Macedo Filho (2003) e Silva (1993).

era controlada pela vontade militar e não era “possível vínculos fortes com a sociedade, a fixação de práticas e procedimentos políticos universalmente respeitados ou o fortalecimento da representação” (NOGUEIRA, 2005). Para este autor:

os desdobramentos do golpe de 64 colocaram-se à experiência nacional das décadas seguintes com alto poder de determinação. A ditadura foi antidemocrática e anticomunista, prendeu, espancou e torturou a torto e a direito, disseminou ódio e pavor, abusou do arbítrio e da repressão. Seus porões foram indignos e repulsivos. Milhares sofreram barbaridades em suas mãos, tiveram vidas destroçadas, morreram trucidados e violentados. Mas a ditadura não chegou a ser propriamente reacionária, no sentido específico de que nunca freou nem bloqueou o desenvolvimento capitalista do país e a modernização da sociedade (NOGUEIRA, 2005, p. 17).

Neste contexto, Marco Aurélio Nogueira em seu livro *Um Estado para a sociedade civil*, destaca que a ditadura foi responsável pela grande movimentação da sociedade e que juntamente com as diversas mudanças econômicas do país, refletiu com intensidade o âmbito político, “alterando comportamentos, fazendo proliferar novos interesses e transformando os padrões de participação”, ou seja, através do desenvolvimento da economia, as mudanças nos estágios das forças produtivas, a ocupação de territórios e a distribuição espacial da população, foram fatores que contribuíram para a diferenciação da sociedade, levando à miséria, que influenciou nos padrões de relacionamento entre as pessoas e no modo de vida. De acordo com Nogueira (2005, p. 19), esses aspectos “incrementaram a tensão social”, levando a uma reorganização de interesses e ao associativismo.

Como resultado da tensão que se ampliava pelo país, de forma gradativa e lenta, o regime foi obrigado a distender. Embora, o processo de democratização aparecesse de forma tímida, por volta dos primeiros anos de 1970, “avançava a consciência democrática e ampliava-se à participação” (NOGUEIRA, 2005, p.21). Lutando contra a opressão militar e leis que eram impostas, a sociedade brasileira através de ações coletivas, tais como greves, paralisações, passeatas, entre outros tipos de manifestações populares, entram na cena política do país e passam a conquistar alguns espaços, anteriormente de domínio militar (SHERER-WARREN, 1999).

Diante desta breve explanação sobre o contexto político nacional, época em que surge a APAEB, percebe-se que a organização da sociedade representava um

instrumento importante para as conquistas sociais em meio ao regime vigente e no caso dos pequenos agricultores do semi-árido baiano, transformou-se na arma principal contra o mandonismo e a concentração de renda no sertão nordestino. Assim, a idéia de formar uma cooperativa, consolidou-se estruturalmente em uma associação e a criou-se a APAEB⁴⁷ a partir do movimento social que angariou vários adeptos que fortaleceu o ‘espírito de luta’ dos parceiros, no sentido de enfrentar as situações de exploração e dominação, que viviam as famílias sertanejas.

Nesse sentido, percebemos que a presença da Igreja foi fundamental para o processo de conquista de direitos da sociedade, através de seus agentes de pastoral rural que tinham como base a Teologia da Libertação⁴⁸, visando construir uma sociedade nova que fosse de encontro à democracia. De acordo com Sherer-Warren (2005, p. 55), a Igreja Católica pode ser considerada como “a principal estimuladora das formas comunitárias de organização social”, pois através de seus mediadores afirmaram novas relações societárias, com a reapropriação da política por parte da sociedade a partir das relações comunitárias. Em relação à contribuição da Igreja Católica para a construção de uma nova sociedade e formação de movimentos sociais, Doimo ressalta que:

a grande parte dos movimentos sociais que vêm ocorrendo no Brasil [...] valorizam os laços interpessoais, a solidariedade, a ajuda mútua, a participação entre ‘iguais’, as decisões tomadas coletivamente etc. Características que se contrapõem a valores fundamentais do capitalismo (competitividade, individualismo, atomização da existência, etc.), e à tradição política brasileira (centralização de poder, populismo, paternalismo etc.). Esses movimentos sejam eles urbanos, rurais ou operários, organizados com base no modelo “comunitário”, promovem mudanças significativas no plano da cultura política (DOIMO, 1986 apud SHERER-WARREN, 1995, p. 55).

É neste quadro que a idéia de formar uma “Cooperativa Regional⁴⁹” para garantir a comercialização dos produtos agropecuários originários da agricultura

⁴⁷ A APAEB foi criada em cinco municípios do semi-árido e posteriormente houve a descentralização das APAEB's, ganhando destaque a APAEB/Valente. Tal assunto será abordado melhor nos próximos capítulos.

⁴⁸ De acordo com Doimo (1995), a Teologia da Libertação surge com a definição de metas centradas na organização autônoma da sociedade civil, que abandona estratégia de desenvolvimento baseada no Estado-Nação.

⁴⁹ Associação que foi criada assumindo informalmente características de cooperativa (NASCIMENTO, 2000).

familiar, foi se fortalecendo no semi-árido baiano. No entanto, a Legislação vigente⁵⁰ impedia a formação de cooperativas de pequenos produtores e isso levou a criação em 2 de julho de 1980, da entidade associativa denominada Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia, de caráter regional (SEI, 2001), que passa a denominar-se Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), através da aprovação do Estatuto em 24 de dezembro de 2004.

O contexto de criação da APAEB é oriundo de uma influência negativa do clientelismo, de uma história de controle da máquina política e manipulação das informações públicas, que reflete diretamente no desenvolvimento da região sisaleira e conseqüentemente na qualidade de vida⁵¹ da população de Valente, se considerarmos a participação política da sociedade como condição para o desenvolvimento regional. Para Becker (2002), quanto mais participativa politicamente for uma sociedade, mais desenvolvida e democrática ela será. Sendo assim, percebemos através das organizações sociais algumas mudanças nas relações de poder, com a entrada em cena de novos atores sociais e políticos na esfera pública de discussão e tomada de decisão. A APAEB pode ser percebida como um novo ator que a partir da organização da sociedade civil de Valente, proporcionou o desenvolvimento na região do semi-árido baiano (MACEDO FILHO, 2003).

Nesse sentido, uma das alternativas propostas por Edson Nunes para equilibrar o clientelismo ainda existente na sociedade contemporânea e complexa seria o universalismo de procedimentos (Nunes, 2003, p. 33) que, “baseado nas normas de impersonalismo, direitos iguais perante a lei, poderia refrear e desafiar os favores pessoais”. Para o autor, a sociedade critica o clientelismo de maneira cada vez mais forte e efetiva e, nesse contexto, se abre espaço para a participação política da sociedade contra essas práticas adentrando nesse cenário “novos atores políticos”, baseados em uma sociedade civil organizada, mais ampla e democrática. Para Nunes (2003) de uma forma mais generalizada, o universalismo de procedimentos se associa ao conceito de cidadania e de igualdade, sendo estes procedimentos regidos por governos representativos.

⁵⁰ A Legislação só permitiria a formação de cooperativa se esta se submetesse a intervenções do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), para maior controle por parte do Estado.

⁵¹ Ver Macedo Filho (2003).

Dessa forma, alguns grupos sociais são oposições as formas políticas clientelistas e de patronagem, insistindo na alocação de benefícios e encargos públicos sob o conjunto de regras e procedimentos universalísticos, tais como algumas associações “que veiculam suas demandas por maior participação universalística nas decisões relevantes para seus membros, exigindo regras mais impessoais e mais universalismo de procedimentos” (NUNES, 2003, p. 35).

Sendo assim, o conceito de universalismo de procedimentos se associado à cidadania e a igualdade, possibilita pensarmos no que Jasmin (2000) chama de ‘A comunidade contra o despotismo’, que, através da análise de *A Democracia na América* de Tocqueville, o autor ressalta que “na medida em que os cidadãos são forçados a se ocupar com os assuntos públicos, são tirados necessariamente do meio de seus interesses individuais e arrancados, de tempos em tempos, do olhar para si próprios” (JASMIN, 2000, p.77), elogiando as experiências políticas comunitárias em oposição à política fundada na competição dos interesses particulares.

Neste contexto, vale a pena identificar que na busca de interesses particulares, as ações e decisões de caráter político, são utilizadas como instrumentos de acúmulos de poder, prestígio e dinheiro, como práticas políticas hierarquizadas, muitas vezes pautadas em “trocas de favores”, entre famílias tradicionais e detentoras do poder econômico, social e político da região e a sociedade marginalizada.

um quadro baiano (...) que nos parece, ainda nos dias de hoje, marcado por uma cultura política regional assentada na reprodução de um Estado patrimonialista autoritário e em relações sociais mediadas por estruturas corporatistas e clientelistas, ou seja, um quadro muito pouco efetivo no enfrentamento das desigualdades sociais e na distribuição de bens públicos (IVO, 2001).

No sertão baiano, é comum a presença de coronéis⁵², a figura dos donos de terra, os latifundiários, como constantes personagens desse espaço e fazem parte da história dos sertanejos nordestinos. Esses personagens passam a ser protagonistas nesse cenário de desigualdade e de acordo com Nunes (2003), eles geram uma série de laços pessoais entre a população, como o compadrio, a

⁵² [...] chefe de máquinas políticas urbanas, pequenos chefes locais ou mesmo líderes que controlam máquinas sindicais (NUNES, 2003).

proteção e a lealdade política, e dessa forma conquistam sua manutenção no poder, sua sobrevivência e força política.

Mesmo Valente possuindo esses traços podemos considerá-la como uma cidade de forte tecido associativo, sendo sede de várias organizações civis da região sisaleira, com um espaço de inovações coletivas, em que transformações criadas pela sociedade civil organizada puderam contribuir para a melhoria da qualidade de vida do município (MACEDO FILHO, 2003). Ao organizar-se, a sociedade participa e passa a se apropriar das questões políticas e vê nesse processo a oportunidade de decidir sobre suas vontades, trabalharem e discutirem idéias coletivas e criarem propostas de desenvolvimento local que beneficie a maioria dos indivíduos. Com isso, a lógica de dependência se inverte e através das discussões, das deliberações e das ações entre os novos atores sociais e políticos tendem a ser, na maioria das vezes, mais horizontalizada, na qual a participação política da sociedade pode ser percebida como um fortalecimento da rede democrática deste meio (TEIXEIRA, 2000).

A participação quando disseminada através de organizações associativas e/ou outros tipos de entidades, tende a equilibrar o clientelismo que também se canaliza nas próprias organizações sociais, além das instituições públicas. Pois, na medida em que a participação disseminada expõe os interesses reais e visíveis dos indivíduos, pode ajudar a conter as tendências às práticas de auto-interesses e de relações pessoais, muitas vezes existentes no sistema democrático (BORDENAVE, 1994).

Alguns autores consideram as organizações associativas como um processo social que envolve a interação e que sendo construída pela sinergia de forças sociais, econômicas e políticas, serão sempre reflexos das ações e práticas das pessoas nelas envolvidas. Dessa forma, “por serem processos movidos por pessoas, grande diversidade de interesses estará presente. São interesses subjetivos, sociais, econômicos e políticos” (SATO, 1999, p. 220).

Diante das formas de se pensar as organizações civis, a integração da sociedade e a criação de canais participativos são necessárias para que as reivindicações do âmbito privado ressoem no âmbito público. Algumas organizações da sociedade civil, como cooperativas, sindicatos, associações são criadas com base em movimentos populares e posteriormente, se institucionalizam para

representar a vontade dos membros associados e tornam-se forças econômicas que incentivam ações sociais e modificam a dinâmica política local, neste caso, as instituições públicas também detêm o poder de realizar políticas públicas efetivas e fortalecer o processo democrático.

Nesse sentido, tanto as organizações da sociedade civil quanto as instituições públicas podem ser geridas de forma democrática, como podem também reproduzir a lógica clientelista de ações, de cunho concentrador, hierarquizado e elitista. Isso porque, como já dito anteriormente, são instituições/organizações de pessoas que possuem interesses diversos e que os mesmos se confundem, unindo os interesses comuns e separando os interesses opostos e isso se reflete nas práticas e nas tomadas de decisões (SATO, 1999). Neste contexto, as formas de gestão, sejam de Instituições Públicas ou de Organizações Cívicas, demandam estratégias participativas que possam garantir a mudança de um sistema que 'governe para poucos' ou pelo menos reduzir a lógica de reprodução de práticas assistencialistas, de caráter eleitoreiro.

Para isso, ao observar as estratégias participativas destas organizações/instituições e os níveis de ações das mesmas, se estas se dão sob forma de pressão, gestão, subordinação de acordos, convênios, torna-se relevante entender as práticas políticas da APAEB, sua influência na vida política de Valente e como são administrados os diversos interesses existentes nesse contexto.

CAPÍTULO 4

4.1 AÇÕES E RELAÇÕES DA APAEB NOS ÂMBITOS DA SOCIEDADE E DAS DECISÕES POLÍTICAS

O presente capítulo tem como proposta dialogar com o trabalho de campo e da literatura estudada. Como ponto de partida para essas reflexões consideramos a democracia representativa como um sistema que vem sendo colocado em 'xeque' nas sociedades contemporâneas, observando atualmente o associativismo como um dos seus elementos constituidores para o tema da democracia participativa.

A democracia pode ser entendida como um conjunto de regras onde são estabelecidos os responsáveis para as tomadas decisões coletivas e seus respectivos procedimentos e que para que ela se sustente como regime necessita de um equilíbrio de forças entre os grupos sociais (BOBBIO, 2004). Nesse sentido, para que a sociedade tenha a oportunidade de formular e exprimir preferências e para que estas preferências sejam igualmente consideradas nas decisões do governo, é necessário que existam algumas garantias institucionais, ou seja, requisitos para que a democracia aconteça para um grande número de pessoas.

Será neste contexto que buscamos integrar a teoria à prática, através da análise sobre as ações e relações da APAEB em Valente, entendendo se o conteúdo dessas ações e relações contribui para o fortalecimento da democracia no município, nas diversas esferas dos âmbitos da sociedade e das decisões políticas.

Como elementos de análises da pesquisa utilizamos indicadores democráticos de Norberto Bobbio e Robert Dahl, que nos possibilitaram compreender se houve ou não o fortalecimento da democracia em Valente, tais como: a formação do cidadão educado, a transparência na gestão, a criação de fontes alternativas de informação, a realização de eleições livres e idôneas, o tipo de agenda (a natureza e conteúdo das ações e relações que compõem uma agenda), a representatividade política, o tratamento com o opositor (conflito ou consenso), os impactos nas decisões políticas e a possibilidade de contestação pública (Quadro 5).

QUADRO 5 – ELEMENTOS DE UMA DEMOCRACIA⁵³

1. Formação do Cidadão Educado
2. Transparência na gestão
3. Fontes alternativas de informação
4. Eleições livres e idôneas
5. Tipo de Agenda (a natureza e conteúdo das ações e relações que compõem uma agenda)
6. Representatividade Política
7. Impactos nas decisões políticas
8. Tratamento com o opositor (Conflito ou Consenso?)
9. Possibilidade de contestação pública

4.1 APAEB: contestação pública, informação e educação

As ações e relações da APAEB foram analisadas nos âmbitos da sociedade e das decisões políticas, partindo do pressuposto de que o processo democrático garante aos indivíduos alguns mecanismos de participação que levam à formação do cidadão educado, em que “a educação para a democracia surgiria no próprio exercício da prática democrática” (BOBBIO, 2004, p. 43-44).

Alicerçados ao acesso a informações esses cidadãos criam possibilidades de tomada de decisões e de mudanças através da contestação pública, pois o cidadão passa a ter mais condições de julgar conscientemente as propostas advindas das diversas instâncias da sociedade, principalmente se inserido num processo organizativo. No regime democrático em que substancialmente existe a liberalização e a popularização, este pode ser considerado fortemente inclusivo e conseqüentemente aberto à contestação pública (DAHL, 2005), ou seja, quanto maior o direito de participação da sociedade na contestação pública, mais inclusivo democraticamente o sistema o é, sendo mais fácil romper com os auto-interesses de grupos dominantes.

Nesse sentido, as associações podem ser grandes fontes de educação cívica e de esclarecimento da sociedade sobre seus deveres e direitos. Como ressalta Dahl (2001), as organizações e/ou associações proporcionam informação aos cidadãos e além disso, cria possibilidades e instrumentos para deliberar, discutir e adquirir habilidades políticas. Sobre a importância da informação iremos analisar

⁵³ Baseados principalmente nas idéias de Robert Dahl e Norberto Bobbio

as ações da APAEB em Valente, para entender o impacto destas ações na formação de cidadãos educados, capazes de contestarem publicamente suas demandas.

Valente é uma cidade em que as informações sempre estiveram concentradas nas mãos dos grupos políticos locais e por conta disso, a concentração das ações políticas e das condições em que as decisões são tomadas nas instâncias públicas do município sempre foi motivo de contestação e alvo de reivindicação por parte dos movimentos sociais da cidade, assim como aponta o diretor executivo da APAEB a seguir:

Sempre foi muito difícil, quer dizer, uma política tradicional, clientelista, absurda que existe aqui, continua. O poder público trabalha contra e sempre trabalhou. Não é agora não, na nossa história nunca tivemos o poder público municipal apoiando a APAEB, os movimentos sociais (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

No entanto, além dos problemas políticos existentes em Valente, ainda temos que considerar o baixo nível educacional da região, que também é um grande entrave à sociedade. Segundo o presidente da SICOOB-COOPERE a educação é um fator que deve ser levado em consideração, ao se pensar nas questões sociais, políticas e econômicas do município, onde:

[...] a Bahia que você deve saber e todos que moram aqui na Bahia sabem, que temos um governo de Estado, que controla tudo, que é extremamente autoritário, e não permite a participação, não é? Que permite que nós fiquemos em último lugar em Educação, quer dizer, é um péssimo governo que eu não desejaria a nenhum outro Estado Brasileiro. E isso prolonga para o interior nas práticas de suas prefeituras. Não dão abertura, são fechadas e controladoras (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DA SICOOB-COOPERE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Esse quadro negativo da educação, fez com que a APAEB buscasse alternativas para reverter essa condição e uma de suas ações foi a criação da EFA (Escola Família Agrícola), na intenção de amenizar os problemas educacionais da região sisaleira, investindo em informação para que fosse possível a formação de uma sociedade mais crítica, com argumentos mais dialógicos. Percebemos essa preocupação na fala do diretor executivo da Associação, em que para ele: *“a APAEB buscou fazer um trabalho muito mais independente, de conscientização, um trabalho*

de democratização mesmo, de abertura, de abrir a cabeça das pessoas, de refletir, de questionar” (ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

A EFA de Valente foi fundada em 1996 e é mantida pela APAEB e também recebe contribuições da comunidade e convênios internacionais. O presidente da SICOOB-COOPERE ressalta que:

[...] a gente fez uma escola adaptada, quer dizer, reproduzindo o modelo da pedagogia da alternância, e eu consegui convencer os pais de que esta pessoa deveria ir pra escola, porque ele tinha uma missão, que ele tinha que ensinar os demais agricultores, e essa pessoa aí é um técnico que trabalha com a gente, ou tá trabalhando com o Banco do Nordeste, você tá entendendo, então tem resultado (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DA SICOOB-COOPERE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

A relação da EFA com a APAEB vai além das questões financeiras e de assessoria técnica e educacional, possui um caráter político, já que a Associação representa a Escola nos fóruns de decisão, indicando um avanço da presença da comunidade na gestão da EFA (SOUZA, 2002, p.141). Os objetivos da EFA são contribuir para o desenvolvimento sustentável do meio rural, através da orientação de jovens para uma melhor produção agropecuária, fortalecer a agricultura familiar e diminuir o êxodo rural (RELATÓRIO ANUAL DA APAEB, 2005). O coordenador de comunicação da APAEB diz que a EFA busca: *“fortalecer o processo democrático, com a educação, valorizar o homem do campo através da EFA, ensinar a ser um cidadão, conhecer seus direitos e deveres, entender a sua realidade para poder cobrar do poder público e propor”* (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB - ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

A EFA atende os filhos de pequenos agricultores familiares da região e oferece o ensino baseado na pedagogia da alternância⁵⁴ e possui uma área de abrangência em torno de 38 comunidades e 8 municípios do semi-árido, matriculando em 2005, um total de 85 estudantes (APAEB, 2005), conforme ressalta o entrevistado:

A escola, que é uma das coisas mais amadas assim, especialmente por mim, que sou um dos fundadores da escola também, junto com a APAEB, e

⁵⁴ “A pedagogia da alternância permite que o estudante passe uma semana em casa e outra semana na escola. Assim, o jovem e a jovem podem integrar a teoria com a prática e por isso é que incentivamos a participação dos pais na escola” (SÓCIO E MEMBRO DA COORDENÇÃO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA APAEB, DADOS DA PESQUISA DE 2006).

nós lutamos muito para convencer a comunidade que aquilo é o caminho para que...bom, todo mundo tá dizendo que tudo parte da educação, então, nós estamos com a escola há 10 anos funcionando (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DA SICOOB-COOPERE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Outras ações de caráter educativo, desenvolvidas pela APAEB são as de inclusão digital, de acesso à internet, de serviços de comunicação e leitura para a sociedade. Estes serviços são oferecidos pela Casa Brasil, que foi um projeto do governo federal que contemplou a APAEB, sendo esta a primeira organização escolhida no país para dar início a essa experiência. Nesse espaço são oferecidos cursos de informática e de cidadania, acesso livre à internet, um telecentro utilizado como recreação e ensino (RELATÓRIO ANUAL DA APAEB, 2005).

A APAEB possui um Centro de Aprendizagem e Intercâmbio de Saberes (CAIS) que foi financiado pela *Fundação Kellogg* e proporciona cursos e treinamentos de convivência⁵⁵ com o semi-árido para a comunidade de Valente. A Casa da Cultura também é um espaço de ações educacionais, inaugurada pela APAEB em outubro de 2004 e funciona como um local de eventos da comunidade, aberto a palestras, lançamento de livros, apresentações artísticas, seminários, exibição de filmes, além de conter a “Arca das Letras”, que fez parte de um projeto do governo federal, constituída de 200 livros que são distribuídos nas comunidades rurais para o acesso à literatura por parte da população (RELATÓRIO ANUAL DA APAEB, 2005).

Outras ações de caráter educativo desenvolvidas pela APAEB são o projeto “Bola da Vez”, que incentiva o esporte e lazer no município e funciona como uma extensão ao processo escolar, o Clube Sócio-Recreativo da APAEB, que faz parte das atividades educacionais da Associação, local onde se promove as competições esportivas, shows com artistas da região, valorizando a cultura local (RELATÓRIO ANUAL DA APAEB, 2005). Para o coordenador de comunicação da Associação:

⁵⁵ Ver quadro 4 - assistência técnica permanente aos agricultores, ensino de técnicas para conviver com a seca e aumentar a produtividade, atendimento veterinário, laboratorial e melhoramento genético. Escavação de poços, construção de cisternas e o projeto de irrigação por gotejamento, que contribui para reservar água e para a produção de alimentos e criatório para as famílias sertanejas. Essas são alternativas criadas pela APAEB para que os sertanejos tenham acesso à água e adquira essas novidades por baixo custo.

A APAEB usa alguns instrumentos que contribui para que a Prefeitura tenha posturas mais democráticas e são instrumentos que fortalece o processo democrático, como os espaços que ela criou, o CAIS, a Casa da Cultura, projetos específicos, acesso à informação de uma forma geral. E contribui para a formação política e consciência das pessoas (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB - ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

A influência das ações da APAEB para que o Poder Público Municipal tenha posturas mais democráticas, pode ser entendido no exemplo da Casa da Cultura fundada pela Associação. Baseadas em depoimentos, durante a idealização do projeto e busca de recursos para a realização da “Casa”, foi solicitado apoio da Prefeitura que se negou em vários momentos a dar a sua contribuição, mas que após diversas negociações cedeu o terreno a APAEB. No entanto, a própria Prefeitura construiu após esse apoio o “Centro Cultural Camilo Calazans de Magalhães”, uma casa de cultura mantida pela Prefeitura Municipal de Valente e a Secretaria de Educação (DADOS DA PESQUISA DE CAMPO – 2006) e se negou a comprar os equipamentos para a Casa da Cultura da APAEB com os recursos provenientes do Ministério da Cultura (FOLHA DA APAEB, 2004).

Ainda sobre o processo de educação, a APAEB democratiza as informações em Valente e a cidadania através da divulgação de seus trabalhos e de outras organizações sociais da região, ressaltando a dinâmica da convivência com o semi-árido e abrindo espaço para o diálogo com a comunidade através da Rádio Comunitária e TV (projeto para TV comunitária), dos jornais (Folha do Sisal e Folha da APAEB – VER ANEXO) e pela internet, onde mantém uma página. Com base nas informações do Relatório Anual da APAEB:

os meios de comunicação ligados aos movimentos populares são um importante diferencial em um contexto de comunicação em que predominam os grandes grupos econômicos, de propriedade dos mandatários políticos ou comprometidos com eles, aos quais devem suas concessões para a operação das emissoras (RELATÓRIO ANUAL DA APAEB, 2005, p.15).

A Rádio Comunitária Valente FM é montada por uma equipe de comunicação da própria APAEB sendo mantida pela mesma e possui uma programação de 18 horas por dia, com informações sobre as ações da Associação, que conta com participação dos agricultores, associados e a comunidade em geral no programa *Conversa da Gente*. A Folha da APAEB é um boletim informativo

impresso, publicado semanalmente e de circulação municipal. E o setor de comunicação da APAEB realiza programas de TV para a emissora regional e são transmitidas no telejornal de Valente, que abrange informações culturais e interesses comunitários (RELATÓRIO ANUAL DA APAEB, 2005).

Para Dahl (2001), as instituições políticas da moderna democracia representativa são aquelas em que se encontra presente as fontes de informação diversificadas, onde os cidadãos independentes de outros têm o direito de buscar essas fontes, tal como de especialistas, jornais, revistas, telecomunicação e outros. Característica essa que a Prefeitura não apresenta e, por conta disso, não sinaliza para a preocupação da sociedade civil organizada (sindicatos, cooperativas e a própria APAEB) em criar canais educativos de informação e formação, como mostra o depoimento:

A APAEB é preocupada com democratizar a informação, em dar a voz à população, ela buscou financiamento pra rádio comunitária Valente FM, por exemplo, que é uma rádio aberta a toda população, entrar em contato pra fazer sua reclamação, apresentar sua cultura e etc, e a própria TV, que é mantida pela APAEB em parceria com a cooperação internacional, então é uma natureza jornalística, essa natureza já permite uma aproximação maior da comunidade, ela é feita para a comunidade e a assessora é feita para a APAEB, para divulgar atividades específicas da APAEB, aproximar mais APAEB e população (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB – ENTREVISTAS REALIZADAS EM SETEMBRO DE 2006).

Pode-se ressaltar que o investimento da APAEB em ‘democratizar’ as informações, acarretou em uma mudança na postura política do poder público local, já que o próprio município até 2004 não possuía nenhum tipo de jornal, sendo criada a Tribuna do Sisal, de caráter municipal, que completou o segundo ano em 2006. As principais notícias da Tribuna do Sisal, estão pautadas nas ações da Prefeitura de Valente e seus respectivos projetos. Dessa forma, a população passa a ter acesso a informações diversificadas, provenientes de fontes diferentes, favorecendo a formação de opiniões e os debates públicos.

O coordenador de comunicação da APAEB ressaltava que: *“Com a comunicação, através da rádio comunitária, você tem acesso pra expor sua cultura, sua opinião, cobrar do poder público e o Projeto de TV Comunitária pretende ampliar o poder da comunidade a nível regional”* (ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006), já que a falta do direito de exercer oposição, ou seja, a falta do direito de participar restringe o nível de contestação pública da sociedade (DAHL:

2005). O presidente da SICOOB-COOPERE, manifestando-se sobre esse assunto, ressalta,

A APAEB diz que a comunicação é de fundamental importância, então vamos fazer uma rádio, mas ela teve essa capacidade de mobilizar a comunidade, as organizações da sociedade civil, os comerciantes e tal e mostrou que isso era importante. Ela democraticamente, construiu junto com a comunidade em geral e as associações comunitárias, com as ONG's aqui da região e foi construindo. Assim, como a experiência da TV comunitária, envolvendo a sociedade, dentre outras coisas mais, pois não temos essa cultura de transparência (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DA SICOOB-COOPERE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Alguns depoimentos mostraram que através dos meios de comunicação, como o boletim informativo, o *site* da internet, o carro de som e a rádio comunitária, é que a APAEB se relaciona diretamente com a população de Valente, onde ela apresenta suas atividades, além de garantir um espaço de diálogo com a comunidade no Clube Social, na Casa Brasil e da Cultura, que permite que a comunidade se interesse sobre os trabalhos da APAEB e possa debater e expor suas opiniões (DADOS DA PESQUISA DE CAMPO, 2006). Já os associados além destes espaços ainda possuem a Assembléia da APAEB, que é o local de contato direto entre associado e diretoria, em que procura esclarecer as dúvidas e questionamentos,

[...] a gente já criou uma associação pensando na participação dos associados, e todas as experiências que a gente conhecia de cooperativa, no início dos anos 80, era uma forma de manipulação permanente, era sempre trampolim político pra alguém, de enriquecimento de alguém, então por isso criou-se uma associação, onde o seu estatuto foi discutido e aprovado pelos agricultores, e isso garantiu a APAEB uma maior participação (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Sendo assim, percebemos que a APAEB na maioria das suas ações vem incentivando a partir da criação de espaços para debates e de eventos a oportunidade para que a sociedade se expresse, através do acesso a fontes alternativas de informação. A partir da articulação do processo de informação com a inserção da sociedade, a APAEB amplia o campo democrático de Valente, na medida em que faz da informação um elemento de inserção social.

4.2 APAEB: Eleições, Representatividade e Transparência

Na esfera das decisões políticas, o direito de voto em eleições livres e idôneas permite que a sociedade formule e exprima suas preferências, a partir de um instrumento político e social presente no processo democrático. A garantia deste direito faz com que as pessoas envolvidas neste processo democrático caminhem para a cidadania inclusiva (DAHL, 2005).

Da mesma forma, no âmbito interno da vida associativa, a APAEB garante em seu Estatuto, aos associados e a diretoria executiva, os direitos de voz e de voto nas decisões, assim como a participação dos mesmos nas reuniões e assembléias, conforme aponta o diretor executivo da APAEB: *“O estatuto tem garantido isso, né, entra um grupo, depois entra outro, e continua assim, então assim, esses associados participam do processo decisório, e de informação junto às comunidades”* (ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Em alguns depoimentos e atas, foi possível identificar um número significativo de participação dos associados nas assembléias, por volta de 30%, ou seja, em média 200 sócios participantes. Estudos como o de Espiñeira Gonzalez (1997), mostra que esse é um número considerável de participantes em assembléias de associações. Para o coordenador de comunicação da APAEB, esse percentual é considerado regular, mas a APAEB vem tentando aumentar o número de associados em assembléias (DADOS DA PESQUISA – ATAS DE 2004 a 2006). A fala a seguir mostra a situação das assembléias na Associação, na qual

a APAEB tem uma assembléia a cada dois meses, normalmente participam duzentas a trezentas pessoas. É uma participação importante, é claro que no dia a dia nem todo mundo pode estar participando, mas eu acho que o esforço que tem se feito tem dado resultados positivos, no envolvimento das pessoas na participação (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

As atas das assembléias e reuniões mostraram que a APAEB se preocupa com a participação dos associados, por isso, realiza discussão sobre a importância dessa participação para que os sócios tenham o poder de decidir e votar, pois na medida em que não se participa, ou participam somente as mesmas pessoas, o poder de decisão e de voto se restringe a uma minoria, embora o direito seja garantido a todos. O depoimento a seguir mostra um dos aspectos que leva a

preocupação da APAEB sobre o assunto, já que na sua origem os tipos de reuniões aconteciam nas bases das comunidades agrícolas e hoje modificou um pouco esse quadro, devido à dimensão que a associação alcançou e o número maior de ações que desenvolve, onde

[...] teve um período que a APAEB tinha as reuniões na base e isso facilitava, que ela ia lá na comunidade reunir e discutir, e o associado se via perto da APAEB como uma entidade coletiva. E era até mais fácil para o agricultor participar. Hoje muitos associados já são aposentados e ficam mais distantes, lá na agricultura (SÓCIA DA APAEB E SECRETÁRIA DE FINANÇAS DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Atualmente, foi reduzido o número de assembléias na APAEB, passando de mensais para bimensais, devido à atenção da Associação estar voltada para a resolução da crise econômica que vem passando nestes últimos tempos, sendo este assunto a principal pauta de discussão de várias assembléias e reuniões, onde são expostos os problemas que a crise trouxe no que tange a continuidade dos projetos sociais, educacionais e econômicos, além dos problemas gerados como atraso de pagamentos aos funcionários da fábrica e desconfiança por parte das oposições políticas a APAEB. O entrevistado a seguir relata esse quadro, para ele

[...] as assembléias hoje são bimensais, elas aconteciam todos os meses, mas com essa crise, o foco hoje é outro, é solucionar o problema financeiro, o problema administrativo, então, a APAEB está um pouco amarrada no sentido de trabalhar mais a questão educacional de seus sócios, ou seja, aproximar mais eles da administração, capacitá-los, para eles terem um maior conhecimento do que é o trabalho da organização, que muitos ainda não conhecem a fundo, o que é a APAEB. É uma média de 700 sócios (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Sendo assim, percebemos a importância da participação dos associados em assembléias, pois estes exercem seu poder de votar e de fazer parte do processo de decisão. Na esfera da vida associativa, a APAEB contribuiu para a formação do cidadão educado, na medida em que ressalta a importância do voto para os associados e pequenos agricultores, que vai além de um instrumento de decisão, mas também como instrumento para se auto-valorizarem e se perceberem como cidadãos. Para o diretor executivo da APAEB a sociedade passa a mudar a sua concepção sobre o seu papel de cidadão,

quer dizer, no passado apenas se dizia que essa região não tinha jeito, era lugar de miseráveis mesmo, né? Acho que a APAEB conseguiu mudar um pouco essa vida, e fazer o sertanejo ver que não, que ele é importante aqui e que ele pode, que ele não tem valor apenas na hora do voto. Mas, que ele pode viver melhor, com dignidade, e nessa caminhada teve assistência técnica, projetos com crédito, valorização da produção dele [...]. (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Da mesma forma, no âmbito das decisões políticas, o voto é um mecanismo de participação política e eleitoral que leva os cidadãos ao conhecimento das questões públicas, sendo capazes de decidir sobre assuntos diversos e demandar direitos, pois o voto garante a oportunidade igual e efetiva para todos dos cidadãos (DAHL, 2001). No tocante ao campo institucional de Valente, nas últimas eleições para prefeito no município, a APAEB lutou junto com a parceria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com a COOPERE, e outras organizações e instituições locais, por um processo político mais livre e idôneo. Nesse evento político, ocorrido em outubro de 2004 (Figura 3), o diretor executivo da APAEB foi candidato a prefeito pela oposição e contou com o apoio do Sindicato de Trabalhadores Rurais, do Partido dos Trabalhadores e dos movimentos sociais e perdeu por uma diferença de 95 votos, apesar do seu prestígio apontado no depoimento abaixo:

O candidato da oposição é uma pessoa reconhecida, que é um grande líder, que é uma pessoa que tem um papel fundamental no processo, é reconhecido por várias organizações do terceiro setor, ele tem um currículo, uma vida já há muito tempo, né, são quase três décadas que ele mantém relação com as organizações, tanto nacional como internacional (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DA SICOOB-COOPERE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006 – **grifo nosso**).

Para estas organizações que apoiaram a candidatura, esta foi uma disputa para ganhar e a fala da representante do STR mostra isso: *“se a gente não fosse roubado [...], a gente tinha ganhado [...] teve até vítimas de agressões policiais e tudo mais”* (SÓCIA DA APAEB E SECRETÁRIA DE FINANÇAS DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006). Para o coordenador de comunicação da APAEB: *“as pessoas que estavam na direção do sindicato, as lideranças, o apoiaram quando ele foi candidato, assim como o SICOOB-COOPERE e as lideranças sociais. Existe um bom relacionamento entre o candidato e as lideranças das outras organizações”* (SÓCIO E COORDENADOR DE

COMUNICAÇÃO DA APAEB - ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Existe na cidade pelos diversos grupos da sociedade civil e do poder político, uma controvérsia sobre a participação do diretor executivo da APAEB nas eleições, referente à positividade ou não da sua candidatura. No bloco dos que vêem sua participação como positiva estão os dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, das Cooperativas, Associações e Movimentos Sociais. No campo institucional existem também controvérsias e as opiniões se dividem entre os representantes dos Poderes Legislativo e Executivo. Como podemos observar nas informações a seguir sobre a candidatura,

acho que estamos numa democracia e para o povo de Valente foi bom, pois eles tiveram mais um candidato para escolher. Mas, nós ganhamos, pois o povo acredita na trabalho da Prefeitura, pois melhoramos a vida destas pessoas. Em relação à APAEB, eu acho que ela não deveria ter misturado política com a Associação. Deveria continuar a fazer o bom trabalho junto aos agricultores e não prejudicar o povo. Existe aí a crise da APAEB, que está fazendo o povo sofrer. Eles poderiam ter apoiado outro candidato, que não estivesse ligado a Associação (SECRETÁRIO DA AGRICULTURA DE VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Em outros depoimentos percebemos que a APAEB não foi prejudicada pela eleição do diretor executivo, pois a crise já existia antes do processo eleitoral acontecer, conforme aponta a secretária do STR: *“A disputa do diretor executivo não foi ruim pra APAEB, porque a crise que tá aí, não é uma crise porque ele foi candidato. Nada a ver, a crise tem, claro vários aspectos, do dólar que diminuiu, da gestão que deveria ser repensada, descentralizar”* (SÓCIA DA APAEB E SECRETÁRIA DE FINANÇAS DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).



Figura 3 – Passeata a favor da candidatura do Diretor Executivo da APAEB
Fonte: Jornal Folha da APAEB de 2004

Entrevistas e documentos comprovaram que as eleições municipais em Valente foram marcadas por práticas não democráticas (por parte da situação), tais como compras de votos, coerção policial, trocas de favores e manipulação da máquina política e que essa eleição em específico se estendeu a processos judiciais sob acusação por parte da oposição de compra de votos, sendo julgado em várias instâncias, estando o processo atualmente em Brasília (JORNAL FOLHA DA APAEB, 2006). Assim como afirma o depoimento abaixo, a atitude da APAEB em denunciar e comprovar essas ações serviu para "moralizar" a política de Valente e garantir que nas futuras eleições esses tipos de práticas sejam amenizados, onde

sempre ocorreu essa questão de compra de votos em Valente, sempre houve essa disputa ferrenha e o candidato dos movimentos sociais foi derrotado por 95 votos de frente, depois se conseguiu reunir algumas provas de que houve compra de votos, de utilização da manipulação da máquina pública, e a gente tem certeza que a partir da próxima eleição, independente de quem seja o candidato, as eleições serão mais limpas, menos descaradas em relação à má fé, para a aquisição de votos. De 2004 pra cá, eu acho que Valente é uma nova cidade, mais madura politicamente (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

O Poder Municipal de Valente sempre foi concentrado nas mãos de dois grandes grupos políticos que mantém uma relação de oposição com os movimentos sociais locais (SILVA, 1993). Estes movimentos viram nas eleições a possibilidade de terem um representante que se diferenciasse da tradição política da cidade, pois

a candidatura do diretor executivo da APAEB deu oportunidade a população de ter pela primeira vez na história de Valente, uma proposta política diferente, que as pessoas pudessem ter uma maior participação, onde o candidato não viesse da mesma base política que sempre governou Valente, o carlismo, e eu acho também que foi importante para moralizar as eleições (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

E ainda:

O diretor executivo da APAEB pra mim foi bom ele ter sido candidato. A gente tinha a esperança dele ser o prefeito e a gente ia ter um apoio maior, com relação à prefeitura, porque a gente tem o apoio mas é muito pouco, e ele sendo o prefeito a gente achava que os movimentos sociais e culturais ia ter um grande apoio, na verdade o prefeito não apoiava e a gente achou bom o diretor da APAEB ser prefeito. Mas, infelizmente ele não chegou a vencer (DIRETORA FINANCEIRA DA COOPERAFIS – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Segundo alguns entrevistados a candidatura do diretor executivo da APAEB, teve um impacto negativo sobre a Associação e suas ações, pois relacionaram a crise da APAEB devido aos gastos com campanha. Representantes dos movimentos sociais ressaltaram que: *“a estrutura da APAEB não estava a serviço de campanha, tendo sido mantida neutra, fazendo o trabalho dela enquanto instituição”* (SÓCIA DA APAEB E SECRETÁRIA DE FINANÇAS DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006), embora o Poder Público afirme o contrário:

Eu não entendo como a APAEB pode estar em crise, o tanto que ela produz e está em crise. Eu não consigo entender isso. Eu gostaria que o diretor executivo continuasse fazendo o trabalho que ele fazia antes e não prejudicar a população, fazendo o povo sofrer. Eu sou primo dele, não sou inimigo (SECRETÁRIO DA AGRICULTURA DE VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Para um representante da APAEB: *“foi um preço que a APAEB teve que pagar. Porque as relações com o poder público local hoje são mais terríveis ainda, você perde e deixa de trazer desenvolvimento e novos projetos por causa desse impasse”* (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006). Ou seja, esse impasse entre os representantes dos âmbitos da sociedade e das decisões políticas de Valente pode ser visto na fala seguinte:

Tudo que a APAEB precisa, dependendo do Prefeito atual não sai nada. Qualquer projeto do governo federal via prefeitura de Valente, não vem. Então, a relação é de praticamente nem se falar. E se não fala, não tem relação. O gestor principal da Prefeitura é o prefeito, né? Então se não tem relação pessoal com ele nem nada, é muito complicado (SÓCIA DA APAEB E SECRETÁRIA DE FINANÇAS DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Essas entrevistas demonstraram que a campanha eleitoral da oposição procurou separar a APAEB da figura do candidato (diretor executivo), colocando o mesmo como o representante dos movimentos sociais e de uma corrente da Igreja Católica. Na história e tradição de Valente, a política partidária é muito destruidora, ela destrói relações. O assessor do MOC sobre essa questão resalta que: *“Isso está muito presente até hoje na região e traz uma coisa muito negativa, pois reflete na APAEB, porque foi o diretor executivo que entrou nesse embate e não fazem*

separação. Esse percurso é muito doloroso” (SOCIOLOGO E ASSESSOR DO MOC – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006), ou seja, tanto a dimensão da cidade quanto à própria cultura política local dificultaram esse trabalho de separação,

você tá vendo o cara todo dia trabalhando, seu nome vinculado a APAEB, em 2 e 3 meses de campanha você não consegue separar, por mais que você tenha toda uma estrutura. Talvez por isso, a APAEB também sofra, porque ele foi o candidato, a APAEB não, mas, o poder público encara como a APAEB é que é inimiga (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Para o representante do Poder Público Municipal de certa forma a APAEB contribui para que a vida política como um todo em Valente, seja mais democrática, mas, esse mérito é dedicado ao povo de Valente e não a Associação em si, e também ao apoio que a Prefeitura oferece a essas organizações,

o nosso povo pratica muito o associativismo, são várias associações aqui, todas registradas e que distribuimos recursos. Estamos abertos a discussões junto a associações, APAEB, Sindicato. Eu sei que lá eles vão falar o contrário, mas é só perguntar pro povo o quanto à prefeitura faz bem pra Valente e estamos dispostos a ouvir (SECRETÁRIO DE AGRICULTURA DE VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Essa afirmação de que a “Prefeitura faz bem pra Valente” é contestada na fala da secretária de finanças do STR/Valente:

O pessoal vinha visitar a APAEB e Valente, e o que todo mundo, sem reserva e sem exceção questionava, por que Valente tinha tanta experiência, mas, na Prefeitura, o poder público continuava do lado oposto, continuava inviabilizando? (ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Percebemos que havia uma cobrança, por parte das entidades de Valente e das pessoas que visitavam o Projeto APAEB e da população, no sentido de haver um representante municipal que não fosse dos mesmos grupos dos políticos que se mantinham no poder desde a emancipação de Valente, em 1958.

Nesse sentido, seria necessário garantir o direito de dirigentes de organizações sociais disputarem as eleições, de forma livre e idônea, sem qualquer tipo de repressão ou coerção, fazendo do voto um instrumento de decisão autônoma e não uma mercadoria de troca ou venda. Nas entrevistas identificamos que, na

própria sociedade civil organizada, questionava-se sobre a dificuldade em conseguir mudar esse quadro político.

Como vocês conseguem fazer um projeto tão interessante, que gerou emprego, que discute o meio ambiente, a participação, o exercício da cidadania, em tantos anos e porque que não consegue chegar ao poder? Pra fazer com que o Poder Público cumpra com o seu papel, ou seja, a sociedade, a organização que tem o destaque que tem a APAEB em Valente, e se tivéssemos gestores públicos que fizesse e que trabalhasse respeitando a participação na representação da sociedade civil, poderia avançar muito mais, e eu, acredito nisso, e, bom, então foram várias tentativas, com outras lideranças, de fazer um governo democrático, participativo, então, isso é uma luta de muitos anos, né, e aí na última eleição, o diretor executivo da APAEB foi o candidato destes movimentos e desse anseio (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DA SICOOB-COOPERE - ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Embora a representatividade da sociedade civil não seja contemplada no âmbito do poder público municipal de Valente, a APAEB, através da elegibilidade de representantes, participa dos canais institucionalizados na esfera pública seja através das Comissões, seja através dos Conselhos e Órgãos Colegiados. As Comissões possuem funções temporárias e procuram, entre outros objetivos, elaborar propostas (TEIXEIRA, 2001), ou seja, a APAEB participou de várias articulações na região visando a criação da Comissão Municipal do Meio Ambiente como ponto de partida para implantação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. A APAEB possui representação direta nos Conselhos de saúde, de educação e no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Ao lado de outros parceiros, a APAEB participa também na representação da sociedade através de órgãos colegiados em defesa do desenvolvimento local e regional. Essa representação se dá através do Conselho Gestor de Fundo Rotativo (COGEFUR), do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira da Bahia (CODES) e de Conselhos Municipais, como o Conselho de Assistência Social, Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável e o Conselho Municipal de Educação (RELATÓRIO ANUAL DA APAEB, 2005).

Através dessas instâncias públicas e/ou canais institucionalizados, a APAEB consegue, de certa forma, fortalecer a sociedade civil e a democracia em Valente, na medida em que tenta modificar o tipo de cultura política local. Cabe ressaltar a importância da relação dos movimentos sociais com as instituições existentes e a questão da instrumentalização quando esses movimentos se aproximam do patamar

organizacional das instituições (RUSCHEINSKY, 1999). Assim, além de incentivar a participação, a APAEB garante a sua participação em Conselhos Municipais e a rede que se estabelece com outras organizações e instituições fortalecem a cidadania, a partir da criação de um espaço público no qual se pode acompanhar de perto as ações do poder público, controlar suas atividades e propor projetos (TEIXEIRA, 2001).

A participação da APAEB na esfera pública, além de demandar a criação de instâncias representativas da sociedade, está presente na apresentação de propostas e projetos que são referentes a assuntos de interesse da cidade, da parte da camada popular da sociedade. Estes projetos, na medida em que são institucionalizados, podem garantir um direito maior aos cidadãos, no sentido de pressionar os políticos locais face aos temas presentes nos projetos aprovados, levando assim, como consequência, a uma dinâmica institucional mais transparente.

Outra questão também levantada pelo membro do STR/Valente foi sobre o papel da APAEB enquanto representante dos agricultores familiares. Ressalta-se que a Associação, durante os anos, mudou o seu papel social de representação, na medida em que passou a ser também uma empregadora, com a fábrica de tapetes e carpetes,

na medida em que ela (APAEB) passa a ser empregadora também, então tem esse dilema aí, esse paradoxo, que ao mesmo tempo em que é representação dos trabalhadores, ela também é patroa dos trabalhadores, então muda um pouco esse cenário, esse papel de representação. Tanto é, que hoje precisa que sindicatos represente os trabalhadores, que outrora era ela que representava. Então representa pra negociar com ela, que é o caso do (SINDITÊXTIL), que hoje representa os trabalhadores dela (SÓCIA DA APAEB E SECRETÁRIA DE FINANÇAS DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Mediante este depoimento, percebemos nas ações e relações da APAEB uma complexidade e pluralidade de papéis, mas, como forma a clarificar essas funções, a APAEB vem investindo na separação de seus setores, conforme ressalta o presidente do STR,

Inclusive tão com a demanda aí de dividir, um lado empresarial e outro social, com dois grupos um para cada lado, com duas diretorias. Que os próprios bancos e técnicos acham que é uma forma melhor da APAEB tá desenvolvendo seu papel (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Segundo o coordenador da comunicação da APAEB: *“de forma a otimizar e deixar mais transparente a gestão, a APAEB está concluindo a criação da Fundação APAEB, um setor responsável para gerir todos os projetos sociais da Associação”* (ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006). No depoimento a seguir, podemos comprovar a pluralidade do papel da APAEB e o impacto dessas ações para a sociedade de Valente.

A APAEB mudou ao longo da sua história e todos nós temos que estar mudando no dia a dia. A APAEB como uma instituição diferente, nova, com visão do futuro tem que tá se adequando, se adaptando e se modernizando, tivemos que evoluir na questão administrativa, na questão participativa, na parte de projetos, pra você vê, nós começamos com uma pequena bodega e hoje? Sabemos que não somos os donos da verdade e que temos muito mais a aprender, e essa mudança é permanente (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Nesse sentido, mesmo a APAEB sendo definidora da política econômica de Valente e da região sisaleira, através da compra e venda dos produtos da agricultura familiar, além de agregar valor e definir os preços dos mesmos, ela não perde o seu papel social, em sendo uma associação, sem fins lucrativos. Alguns autores como Nascimento (2003), Macedo Filho (2003), ressaltam que, desde a sua origem, a APAEB possui várias funções, sendo idealizada para ser uma cooperativa, que ela se efetiva na prática como uma genuína associação, além de exercer um papel social, econômico e político específico, reestruturando a propriedade rural, melhorando a qualidade de vida dos pequenos agricultores familiares e investindo na cidadania ativa,

Se você fizer uma avaliação das famílias envolvidas nesse processo, a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas em relação a cinco, dez anos atrás. E isso foi uma contribuição da APAEB e de suas parceiras, com o sindicato, as cooperativas, a Igreja e muitas outras. Então eu acho que foi um bocado de coisa acontecendo aqui em Valente, que teve a participação da APAEB. Em algumas ela é gestora da ação, outras ela é parceira, mas essa junção de esforços, da APAEB e das outras, que faz com que Valente tenha uma outra cara hoje, em relação aos anos atrás (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Segundo Teixeira (2001), outra forma de representatividade da APAEB entre outras organizações do semi-árido, se dá através das participações em sessões da Câmara de Vereadores, onde vem tentando cobrar do Poder Público Municipal que

ele discuta e fiscalize a aplicação de recursos, exigindo ainda dos Conselhos Municipais que funcionem de forma mais democrática, como aponta a fala a seguir:

É importante ter pessoas ligadas a APAEB que faz parte hoje dos conselhos municipais e isso contribuiu pra democracia de Valente e ajuda a fiscalizar o município e isso é importante, qualquer prefeito hoje tem a oportunidade de ter pessoas ligadas à oposição pra fazer parte dos conselhos. Então, isso é importante tanto ter vereadores da oposição pra fiscalizar e corrigir se tiver algum erro, como também ter a parte das associações, como a APAEB, vim ajudar o prefeito a consertar e com uma crítica construtiva dizer onde tá errando pro prefeito consertar. Então isso é importante, pra corrigir o erro, ter pessoas ligadas a APAEB em conselhos (VEREADOR DA SITUAÇÃO PELO PL E LÍDER DO PREFEITO – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

No tocante ao diálogo entre a APAEB e o Poder Legislativo, nota-se atualmente uma relação mais próxima, principalmente porque, nessa última eleição, conseguiu mudar parte dos componentes do Poder Legislativo, tendo a APAEB o apoio de pelo menos quatro vereadores. Segundo o vereador da situação,

A Câmara é democrática, aqui é a casa do povo, nós temos um relacionamento muito bom e aqui defendemos a APAEB, ninguém é contra a APAEB, afinal é a APAEB que leva o nome de Valente ao exterior, certo. Então, se é ruim com ela, pior sem ela (VEREADOR DA SITUAÇÃO PELO PL – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Neste depoimento encontra-se uma frase que encerra um campo ambíguo de interpretação, podendo significar não já a valorização da APAEB, mas sim uma certa “tolerância” imposta, pois a Associação não é muito aceita pelos governantes locais; mas as conquistas e realizações da APAEB têm uma grande importância para o desenvolvimento de Valente. O entrevistado a seguir ressalta essa ambigüidade,

Hoje a gente tá vivendo um momento muito interessante em Valente, em que há uma oposição, há um debate de idéias maior dentro do Poder Legislativo. Então, por parte da Câmara, por parte dos vereadores, eles entendem, vêem o projeto com bons olhos, tem uma aproximação, uma boa relação e defendem algumas coisas dentro do Poder Legislativo. O ambiente é bem melhor do que com o Poder Executivo. Com vereadores da situação, essa relação não ocorre, ocorre uma melhor relação com vereadores da oposição. Não sei se por interesse dos vereadores da oposição, mas há uma relação melhor com vereadores da oposição (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Isso pode ser comprovado a partir das próprias reivindicações que a APAEB, os Sindicatos, as cooperativas, as associações e outros grupos políticos de apoio aos movimentos sociais (vereadores), vêm fazendo ao longo da existência da APAEB, caracterizadas por debates, manifestações e discussões provocadas pela APAEB e com a APAEB. Estas entidades reunidas funcionam como grupos de pressão na tomada das decisões governamentais através da criação de instrumentos político-sociais como a formulação de propostas e projetos apresentados nos canais públicos.

4.3 APAEB: Impactos nas decisões políticas

Os impactos que a APAEB exerce nas decisões políticas de Valente podem ser analisados através de suas ações e relações. As relações de parceria estabelecidas entre APAEB e outras entidades políticas podem influenciar positiva ou negativamente nas decisões políticas. Por exemplo, a relação da APAEB com o sindicato dos trabalhadores rurais passou por etapas diferentes, a saber: existiam momentos em que as entidades se aproximavam e se distanciavam, até se transformarem em parceiros efetivos, possuindo os mesmos objetivos e ideais políticos. Os dados da pesquisa revelam que a relação entre a APAEB e o Sindicato vem desde sua criação e que, do ponto de vista político, principalmente nos primeiros anos de 1980, existia uma grande divergência entre as entidades, onde o sindicato assumiu por anos as mobilizações sociais e o enfrentamento com o Poder Público Municipal, enquanto a APAEB se mantinha nos âmbitos das ações sociais e econômicas, distanciada, portanto, das questões de natureza política (SILVA, 1993).

Segundo a Secretária de Finanças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais/Valente, as pessoas que exerciam os cargos de direção na APAEB sempre foram de centro/esquerda (PPS e PT) e, por ter o sindicato na sua direção pessoas vinculadas ao PT, isso causou certa divergência entre as entidades (ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006). Para o Diretor Executivo da APAEB, os conflitos que aconteciam com o sindicato e a APAEB,

são conflitos de idéias, mas que sempre são resolvidos. A gente senta numa mesa e aí continua o trabalho, porque o objetivo maior todo mundo sabe, é o desenvolvimento e melhoria de vida do camponês (ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Conforme a declaração a seguir:

A APAEB sempre veio na retaguarda. Isso é um ponto divergente. A APAEB não se somava ao sindicato politicamente para realizar um protesto ou evento, mas contribuía com transporte, com recurso, com uma coisa ou outra (SÓCIA DA APAEB E SECRETÁRIA DE FINANÇAS DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Essa afirmação pode ser problematizada porque ela pode se traduzir também como a expressão de uma perda de poder do sindicato na cidade, poder que vem sendo ocupado pela APAEB, e isso leva a um impacto negativo na conquista de melhoria das condições de vida de seus representados e nas decisões políticas,

A APAEB causa um grande ciúme em outras organizações porque ela ganhou uma grande dimensão e quando são realizadas parcerias pra determinados projetos, a APAEB leva muito o nome do projeto, como se fosse a dona, como se fosse a porta-bandeira, isso às vezes arranha um pouco as relações com as demais organizações. Um ressentimento de outras organizações - eu não trabalho diretamente assim, com as questões dos projetos - mas, eu percebo isso, por comentários, há um ressentimento das outras organizações, como o sindicato por exemplo (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

A partir destas informações percebemos que existia uma demanda maior, por parte do sindicato - nos primeiros anos de fundação da APAEB - de maior participação política da Associação nas questões do município e nas condições de vida da sociedade, já que a mesma tinha um caráter regional e poderia intervir forte e politicamente nas decisões,

A divergência maior que a gente tinha com a APAEB era ela não se envolver em política. Ela era um ser neutro, e não podia existir neutralidade, a associação do jeito que ela representava os trabalhadores e ela surgiu com esse intuito, com essa missão, não poderia ser neutra, então, tivemos muita divergência no início porque “ela era muito em cima do muro” (PRESIDENTE DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Atualmente, a parceria Sindicato-APAEB é mais efetiva e sem divergências do ponto de vista político, se unindo nos encaminhamentos de propostas, na articulação e realização de ações de cunho social, econômico e político. Segundo a Diretoria Executiva da APAEB, o relacionamento e parceria com o sindicato é muito

bom atualmente, e tem se fortalecido nesses últimos anos, principalmente porque as duas entidades passaram a entender melhor o papel e função que cada uma tem em relação aos trabalhadores e/ou agricultores rurais.

Um exemplo do impacto dessa relação nas decisões políticas, foi o de garantir os direitos dos trabalhadores rurais no Fórum da Cidadania, através de projetos apresentados ao poder municipal. No caso do sindicato, por ser uma instituição política, em muitos momentos, até para que o mesmo pudesse captar recursos para desenvolver alguma ação para os trabalhadores rurais, se aliava a APAEB, que fazia a captação de recursos, usando os nomes das duas entidades em parceria. A secretária de finanças do STR diz que: *“Pra muitas coisas, era a gente que definia, mas era a APAEB que elaborava o projeto e buscava o recurso”* (SÓCIA DA APAEB E SECRETÁRIA DE FINANÇAS DO STR/VALENTE - ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Na medida em que o distanciamento entre as organizações locais diminui, o tecido associativo de Valente se fortalece e pode influenciar mais efetivamente nas decisões públicas do governo municipal, através da participação destas entidades em Fóruns, Comissões, Conselhos Municipais entre outros canais de decisões políticas. Embora tenha existido um momento em que o sindicato considerava a APAEB muito distante da vida política, hoje o que predomina entre as entidades é a relação de parceria institucional e política, em que atualmente não existem divergências, principalmente porque grande parte do quadro social do sindicato, é representante e associado da APAEB. Conforme depoimento do dirigente do STR/Valente que ressalta esse aspecto como um dos fatores responsáveis pelo bom relacionamento entre as entidades,

A gente tem trabalhado como forma de combinação, em conjunto nas questões políticas e nas questões sociais dos agricultores, devido à participação dos diretores daqui estarem trabalhando lá. Existe o envio das pessoas de lá pra aqui, para se filiar e realizar projetos em conjunto e batalhar conquistas nos espaços políticos (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Em relação às instituições partidárias como um caminho que pode influenciar as decisões políticas, a pesquisa demonstrou que embora os partidos tenham uma função política importante (que vai desde a organização da sociedade até a

realização de manifestações e formação de grupos de pressão, e que de certa forma influenciam nas políticas governamentais), a APAEB enquanto instituição, se coloca como apartidária e não estabelece nenhuma relação formal com partidos políticos, mesmo porque, do ponto de vista jurídico, não é permitido; mas estabelece parcerias com os movimentos sociais e organizações de característica mais popular, que representam partidos mais populares. Segundo o diretor executivo da Associação,

A APAEB não tem envolvimento com partidos, porque aqui dentro tem pessoas que vota em gente que tá no PT e no PFL. A APAEB em si como organização tem procurado deixar muito claro isso, ela não se envolve com partido nenhum. Nós funcionários, gestores, lideranças, temos nosso compromisso, cada um tem seu compromisso, mas nós somos independentes em cada eleição em defender a bandeira que quiser defender e temos feito isso com muita clareza, sem misturar as coisas, sem usar a estrutura da APAEB pra isso, nós temos o ponto de vista como cidadão, eu não posso me negar pelo fato de ser da APAEB como diretor executivo, não tá cumprindo lá fora a minha função de cidadão, em defender o que eu penso, e isso eu faço com a maior naturalidade e sem nenhuma dificuldade nisso (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

De um lado, percebe-se a aprovação da ação do representante da APAEB (diretor executivo) em se posicionar como um cidadão e liderança e de outro lado existe a reprovação acerca do distanciamento de partidos pela APAEB e principalmente da escolha do partido pelo diretor executivo. O presidente do STR relata a sua opinião sobre o comportamento do diretor executivo da APAEB:

Na época da eleição, eu acho que ele se posicionou de maneira correta, mostrando que ia haver eleição e que ele estava ali como liderança local, apresentando quem eram os candidatos nossos, dos movimentos sociais, dos trabalhadores, para as pessoas dali tomarem uma decisão, pra depois as pessoas não dizerem que ele como liderança não procurou avisar. Politicamente ele agiu bem, ele não chegou impondo os candidatos e partidos, ele deixou à vontade a população, ele foi um orientador e fez valer a democracia (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Embora o diretor executivo da APAEB ressalte o distanciamento da Associação dos partidos, existe a confusão sobre o papel da entidade. Para o representante do Sindicato, a partir do momento em que a APAEB se apresenta em Valente e região como um projeto inovador, que visa o desenvolvimento social,

econômico e estimula a cidadania, a mesma não deveria ter como representante principal de direção alguém ligado a um partido de direita (PPS). Para a sindicalista,

Ninguém que está num projeto diferenciado hoje, estaria num partido conservador, de direita. Eu acho que isso ainda precisa melhorar muito. A APAEB tem que se definir, e é complicado porque a base dela, a base hoje que forma ela, que dá sustentabilidade são os funcionários e não associados, e essa base, é muito pulverizada, tem gente de todos os partidos. Aí, ou ela se define enquanto corpo diretivo por um partido mais decente, ou é complicado (SÓCIA DA APAEB E SECRETÁRIA DE FINANÇAS DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

A APAEB, através de suas relações e parcerias, vem tentando influenciar as decisões políticas locais, tendo como principais parceiros entidades ligadas à base popular (sindicatos, pólo sindical, cooperativas, movimento de organização comunitária e os movimentos sociais em geral), ou seja, parceiros ligados a partidos como o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PPS, uma parte do PMDB e outros partidos do Governo Federal e atualmente, o Governo Estadual. Com o apoio dessas entidades e dos Governos Federal e Estadual, aumentam-se as possibilidades de conquistas e mudanças no âmbito público.

Entendemos também que a participação de dirigentes e funcionários da APAEB em partidos políticos não tem um grande impacto no desenvolvimento da Associação, pois o partido pode ser entendido, nesse contexto, como um caminho dentro do processo democrático, via que torna possível o acesso ao poder político.

O sindicato e a APAEB têm estado juntos em diversas ações políticas, e existem mesmo nessas relações, segundo o diretor executivo,

divergências naturais de qualquer trabalho, que são discutidas e resolvidas, não há nenhuma divergência de princípios e objetivos e todos nós estamos na mesma caminhada de desenvolvimento, o que for importante para os trabalhadores nós estamos juntos sempre (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Para o coordenador de comunicação da Associação,

O sindicato é um parceiro da APAEB, até o quadro social da APAEB é muito parecido com o quadro social do sindicato, que é formado por agricultores. Então os dois atendem a praticamente uma mesma classe, de agricultores familiares. O que diz respeito à agricultura familiar, aos projetos ligados a

agricultura familiar, há uma parceria muito forte. Assistência técnica, com o PRONAF, capacitação de agricultores, o projeto de turismo rural, uma série de atividades que pode ser citadas, como fontes de relação entre sindicato e APAEB (SÓCIO E MEMBRO DA COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

De forma a atingir as decisões políticas de Valente, a APAEB também se integra a entidades externas, como a *RedLayc* (Rede Latina Americana e do Caribe de Nutrição Humana e Desenvolvimento Sustentável), com os objetivos de promover um movimento permanente e aberto de mudança social e política, formar uma sociedade com instituições críticas, desenvolver a capacidade das pessoas de influenciar as políticas e as ações públicas e fortalecer os processos organizativos, além de contar com os apoios financeiros, para a realização de seus projetos, da *Fundação Kellogg* (Estados Unidos), da CONAB (Brasil), a *Disop* (Bélgica), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (Brasil), do MOC (Brasil), do Ministério dos Esportes (Brasil), Refaisa (Brasil), da *Schwab Foundation* (Suíça), SICOOB-COOPERE (Brasil), da *Simfr* (Bélgica), *SOS-PG* (Bélgica) e da *Zukunftsstiftung Entwicklungshilfe* (Alemanha) (RELATÓRIO ANUAL DA APAEB, 2005).

Além do caráter político dessas parcerias, a APAEB consegue, através dessas relações, realizar projetos de agricultura familiar, assistência técnica, capacitação de agricultores, projetos de turismo rural, fortalecer as redes com os movimentos sociais e mostrar a importância dos mesmos, discutir apoios políticos e uma série de outras atividades já citadas neste trabalho. Essa dimensão de ações e relações gera um impacto nas decisões políticas do governo de Valente que, de certa forma, se vê pressionado em aumentar o número de suas ações e viabilizar projetos significativos para a sociedade.

4.4 APAEB: Tipo de Agenda , Natureza e Conteúdo

A natureza e o conteúdo das ações desenvolvidas pela APAEB e as relações que a Associação estabelece, têm formação na sua origem e, por isso, nos permite entender se as suas práticas atuais perpetuam seus princípios de origem. As ações e relações da APAEB foram analisadas nos âmbitos da sociedade e das decisões políticas. Como foi apontado no capítulo anterior, a APAEB nasceu em um regime de autoritarismo. Por outro lado, a sua criação teve a influência dos movimentos sociais,

através da organização dos pequenos agricultores familiares do semi-árido baiano, da Igreja Católica (inspirada nos ideais da Teologia da Libertação), do Movimento de Organização Comunitária e de outros líderes locais, com a proposta de discutir os problemas da comunidade, dos agricultores e da população de uma forma geral, como podemos ver no depoimento do diretor executivo da APAEB,

Eu sou um dos que ajudou a criar a APAEB, com vários outros companheiros. O trabalho começou aqui no início dos anos 70, as reuniões ligadas à Igreja, às comunidades eclesiais na época e, no final dos anos 70, os grupos começam a discutir sobre o que se podia fazer além do que era feito. Reunir é bom, refletir era bom, discutir solidariedade era bom, mas não era só isso, né! Daí a gente começa a refletir em criar uma associação, uma cooperativa e havia uma discussão na região, estimulada pelo MOC e outros municípios, então se juntou força e agricultores de outros lugares e deu nisso, né, em julho de 1980 a criação da APAEB (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Baseados e motivados pelos ideais da Teologia da Libertação (uma vertente de esquerda da Igreja Católica) e buscando, através da formação dos cidadãos, uma organização para suprirem suas necessidades e demandas sem precisarem se submeter a atravessadores para comercialização de seus produtos, os agricultores puderam ir além, até a própria luta contra a cobrança abusiva de impostos por parte do governo, com a constituição de uma associação civil. Historicamente, alicerçados aos princípios da libertação a APAEB se formou e ampliou a dimensão de sua proposta inicial (MACEDO FILHO, 2003), conforme aponta o coordenador de comunicação da Associação,

[...] essa mentalidade da teologia da libertação, foi o que provocou o surgimento, sem dúvida alguma, da APAEB e de tantas outras organizações populares da região do sisal, em tantos outros lugares e do Brasil afora. E a luta inicial dos agricultores era para se livrar dos impostos, que eram altos; não compensava vender sua produção para o mercado, devido aos altos impostos e também a questão dos atravessadores, que não valorizava o produto deles. Então, eles acharam como um melhor caminho para seguir e suprir essas demandas foi fundar uma associação, onde eles poderiam vender em blocos e não ficou restrito apenas a questão da comercialização, mas veio junto aí, todo o investimento na área social, junto com seus direitos e deveres (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB - ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Desde a sua origem, a APAEB estabeleceu em Valente e região, relações com entidades da sociedade civil, incentivando outras práticas organizativas, relações comprovadas por sua trajetória de valorização das ações coletivas, dos debates sobre os assuntos públicos que permeiam a vida dos agricultores familiares. Através da organização da sociedade e da participação, foi possível disseminar os interesses coletivos e se pôde, de alguma maneira, conter as tendências a práticas de auto-interesses e clientelistas presentes na região sisaleira,

Na verdade, no início teve um pouco o MOC, a Igreja Católica no trabalho de organização voluntária, que ajudou nessa reflexão e na organização do agricultor, em despertar o agricultor para refletir sobre as suas questões, então eu acho que no início foi isso. A partir daí, foi todo um trabalho que foi se enraizando, com o sindicato de trabalhadores rurais, novamente a igreja, o pólo sindical, e várias outras organizações que foram sendo criadas nessa caminhada (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Na medida em que o indivíduo participa do espaço público tende a reduzir de certa forma o caráter predador dos auto-interesses, já que, para os cidadãos obterem seus direitos - até para que exista o bom funcionamento das instituições democráticas -, eles devem ter também o direito de formar organizações relativamente independentes (DAHL, 2001). Isso é o que Bobbio (2004, p. 43), também chama de cidadão educado, ou seja: o processo em que “a educação para a democracia surgiria no próprio exercício da prática democrática”, que envolve a participação política da sociedade no sentido de reivindicar direitos e criar organizações que garantam seu sustento, como cooperativas.

Nesse sentido, pode-se perceber que a natureza das ações da APAEB foi investir na organização popular através da criação de cooperativas locais, influenciando na formação de outras organizações da sociedade civil e que hoje garantem a sustentabilidade de seus membros e a autonomia dos mesmos. As práticas organizativas da origem da APAEB são reproduzidas na contemporaneidade.

Um exemplo é a SICOOB-COOPERE, a Cooperativa Valentense de Crédito Rural, criada no início dos anos de 1990, com o apoio da APAEB. A criação da SICOOB-COOPERE deveu-se ao trabalho que a APAEB desenvolvia há anos, em relação aos créditos ‘cedidos’ aos pequenos agricultores, ou seja, o que foi chamado

de Poupança APAEB e de Fundo Rotativo, que tinham em sua essência a idéia do cooperativismo de crédito, mesmo sendo este, no momento, um conhecimento insuficiente por parte das lideranças da APAEB.

A APAEB então, partiu para os estudos sobre o funcionamento de uma cooperativa de crédito, com participação em seminários e visitas a outras entidades, até decidir pela criação de uma cooperativa que denominaram COOPERE. Conforme aponta o presidente da cooperativa: *“A base financeira da COOPERE foi inicialmente constituída pelos recursos captados pela Poupança APAEB e pelo Fundo Rotativo que foram depositados na cooperativa”* (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DA SICOOB-COOPERE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

A cooperativa cresceu rapidamente e segundo dados da entrevista com um dos fundadores da cooperativa: *“a credibilidade inicial da COOPERE junto à comunidade era um patrimônio herdado da APAEB e que foi muito importante em sua origem”* (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DA SICOOB-COOPERE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Sendo assim, a cooperativa de crédito foi uma ferramenta para que o município de Valente tivesse acesso a recursos oficiais para investir em desenvolvimento rural e ainda a sociedade de Valente passou a entender a importância de se organizarem e relacionarem para a conquista de seus objetivos,

A relação hoje da COOPERE com a APAEB é uma relação de parceria, a cooperativa nasce a partir de uma experiência vivida pela associação, é uma filha da APAEB, que cresceu e está autônoma, mas que tem uma relação de amor muito grande, muito próxima e parceira. Então a cooperativa tem 13 anos de história, mas é uma relação de parceria com a APAEB (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DA SICOOB-COOPERE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE PESQUISA, 2006).

Outra organização da sociedade civil que teve o incentivo da APAEB foi a COOPERAFIS (Cooperativa Regional de Artesãs Fibras do Sertão), criada com o propósito de valorizar a pluralidade da sociedade, tal qual a diversidade cultural, social e econômica de Valente, investindo na mão-de-obra local e dando sustentabilidade a essas pessoas. Conforme a diretora financeira da Cooperativa de Artesãs,

A COOPERAFIS começou no final do ano de 98, com um curso de infestaria, promovido pela APAEB (a comunidade solidária) e esse trabalho foi iniciado com as pessoas das frentes de serviço que tinha aqui na região, elas trabalhavam nas 'aguadas' limpando as lamas e fazendo as estradas, então foi iniciado com essas pessoas. Elas aprenderam durante 2 meses de curso dado pela APAEB. A gente trabalha com o sisal e o caroá, o sisal é fornecido pela APAEB (DIRETORA FINANCEIRA DA COOPERAFIS – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE PESQUISA, 2006).

É interessante ressaltar que esta cooperativa é constituída em grande maioria por mulheres. Elas se sentem mais valorizadas na sociedade após se inserirem na COOPERAFIS, e isso é um aspecto importante para pensar nos limites que são rompidos por essas mulheres e como a liberdade de organização levou ao reconhecimento delas enquanto fortalecedoras do tecido associativo de Valente e isso é percebido no depoimento a seguir:

Então pra mim é uma grande felicidade, saber que a gente formou uma cooperativa, e que todas as mulheres estão envolvidas e até a valorização da mulher na sociedade, e pra mim é uma honra muito grande (GERENTE DA COOPERAFIS - ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE PESQUISA, 2006).

Para essas mulheres, a cooperativa foi uma forma de conquistar o mercado, valorizar o trabalho cultural, tendo o artesanato como fonte de renda, em que a APAEB apoiou na formação da mão-de-obra e na de logística,

A gente tá conquistando mercado, desenvolvendo atividades, o nosso trabalho é um trabalho cultural e a APAEB valoriza a nossa cidade, a nossa matéria-prima que vem daqui mesmo da nossa região. Agora com o artesanato eu tô tendo uma renda, então melhorou muito. A gente nasceu através da APAEB, desde daí a nossa relação com a APAEB é de nossa parceira e nossa cliente, e esta estrutura aqui não é nossa, ainda é da APAEB, já começou por aí - a gente não tinha onde ficar - a comercialização era feita com a APAEB, assessorando, pois a gente ainda não sabia como isso funcionava e aí a gente foi aumentando, aprendendo e crescendo e aí a APAEB disse, "agora vocês estão preparadas para tocar o barco sozinhas", então a gente resolveu ser cooperativa em 2002. Ela além de ser nossa parceira, é nossa cliente, ela coloca nossos produtos para vender aí na loja dela, na 'riquezas do sertão'. É muito forte a ligação que a gente tem com ela. A gente tem essa ligação de afeto com a APAEB (GERENTE DA COOPERAFIS – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO 2006).

Com base nessas informações, percebemos que a APAEB é uma associação que buscou, historicamente, através de suas ações coletivas, ser

valorizada e entendida como uma organização que vai além de uma ‘casa comercial’ que provém recursos, que não se limitava às trocas de sisal por alimentos (entre outros produtos) pelos pequenos agricultores da região,

A APAEB busca valorizar a cultura, a nossa cultura, as pessoas passam a entender de que ela não é apenas uma associação comercial, eu acho que o sucesso dela foi justamente por isso, fez as pessoas entenderem a importância e a necessidade da organização (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DA SICOOB-COOPERE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE PESQUISA, 2006).

Existe nas falas dos entrevistados, como característica da APAEB, a valorização do pequeno agricultor e a preocupação de que a sociedade entenda o sentido de uma organização e a importância de se viver em grupo. Segundo depoimentos dos representantes da APAEB e da SICOOB-COOPERE em relação às ações da APAEB em Valente, podemos entender o incentivo da entidade neste aspecto e o aumento de sua área de extensão, ou seja,

Eu acho que houve uma mudança no papel da APAEB durante os anos, ela ampliou suas ações, mas ela continua na linha de valorizar a produção do homem do campo, valorizar a cultura local, mas claro que hoje de uma forma mais expandida, ela alcança mais, a missão dela era valorizar o pequeno produtor rural da região sisaleira, hoje é a população da região sisaleira. Ela percebe que ela alcança um número maior de pessoa, uma classe maior da sociedade (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB - ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE PESQUISA, 2006).

Esses foram dois exemplos de organizações do âmbito da sociedade civil que tiveram a presença da APAEB, desde a idealização até a consolidação efetiva, estabelecendo relações de parceria e ações de caráter social, econômico e político.

Ainda podemos ressaltar outros tipos de ações desempenhadas pela APAEB que contém um objetivo de informar e envolver a sociedade de Valente, ou seja, através de diversos debates e seminários propostos pela APAEB, visando discutir assuntos polêmicos, de cunho social, econômico e político, a Associação reproduz suas práticas de origem, como podemos perceber nos principais temas discutidos nas instâncias da Associação descritos no seguinte quadro 6:

Quadro 6 – Principais Temas e Tipos de atividades desenvolvidas pela APAEB

Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Oficinas de organização da sociedade e a sua vivência em coletividade. • A importância de um maior trabalho de base com as comunidades. • Discussão sobre a importância dos movimentos sociais no fortalecimento das redes coletivas. • Debate sobre a transposição do Rio São Francisco. • Debate sobre o desenvolvimento com justiça social. • Discussão sobre a amamentação infantil.
Educacionais e Culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Oficinas de organização da sociedade e a sua vivência em coletividade. • Cursos de capacitação. • Participação em eventos e seminários. • Debate sobre a utilização de armas (plebiscito). • Debate sobre a transposição do Rio São Francisco. • Debate sobre o desenvolvimento com justiça social. • Palestra/Debate contra o trabalho infantil.
Econômicas	<ul style="list-style-type: none"> • Agricultura Familiar e Projetos de valorização da produção local. • A crise econômica da APAEB e as alternativas de melhorar as condições financeiras da Associação. • Convênios, recursos e financiamentos. Parcerias (SICOOB, STR, MOC, Banco Nordeste, etc). • Incentivo a produção e comercialização de Produtos locais (mel, campo de sisal). • Debate contra o trabalho infantil.
Políticas	<ul style="list-style-type: none"> • Debates políticos entre candidatos a prefeito de Valente, promovido pela APAEB. • Debate sobre recursos vetados pela Prefeitura e apoios de organizações. • A importância da organização dos movimentos sociais para apoio nas eleições. • Discutir apoios políticos com partidos e organizações civis. • Discussão sobre a importância dos movimentos sociais no fortalecimento das redes coletivas. • Participação em Assembléias. • Debate sobre a utilização de armas (plebiscito).
Administrativas	<ul style="list-style-type: none"> • Alternativas de melhorar as condições financeiras da Associação. • Demanda de maior participação de associados em assembléias. • Viabilizar os Projetos da APAEB. • Apresentação do plano de trabalho da APAEB. • Apresentação do balanço anual da APAEB. • Eleição da Diretoria da APAEB. • Mudança do Estatuto.

Fonte: Atas de Reuniões e Assembléias da APAEB – 2004 a 2006.

Estes assuntos foram as principais pautas de algumas reuniões e assembléias da APAEB, retirados das atas de 2004 a 2006, da mesma entidade. Existe uma uniformidade de discussão nos diversas esferas da sociedade, seja ela política, social, econômica, administrativa ou cultural. No entanto, a participação da APAEB em seminários e eventos também faz parte de sua agenda e alimenta a discussão sobre justiça social. Segundo os relatórios anuais e os editoriais da

Associação destacamos alguns eventos externos que a APAEB esteve presente, seja como participante ou como palestrante (QUADRO 7).

Quadro 7 – Eventos com a Participação da APAEB

Eventos
Seminário de Oportunidades de Negócios e Inovação na Base da Pirâmide – São Paulo (SP), 2005.
3ª Edição da Conferência Internacional BAWB Brasil – Curitiba (PR), 2005.
Curso de Licores – Boa Fé (BA) – 2005.
2ª Feira Regional do Mel – Valente (BA), 2005.
Seminário de Turismo Rural na Agricultura Familiar da Região Sisaleira – Valente (BA), 2005
II Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária, Brasília (DF), 2005.
Expo Brasil de Desenvolvimento Local – Fortaleza (CE), 2005.
III Feira do Semi-árido – Feira de Santana (BA), 2005.
Seminário Baiano de Radiodifusão Comunitária – Salvador (BA), 2005.
Encontro da EDUPOP (Educação Popular em Movimento) – Maceió (AL), 2005.
Palestra Seja líder de si mesmo – Valente (BA), 2005.
III Encontro Ser Tão Brasil, Lafaiate Coutinho (BA), 2005.
Seminário sobre assistência técnica e extensão rural no processo de turismo rural – Valente (BA), 2005.
Expo Fome Zero – São Paulo, 2004
Encontro da Rede de Apicultores do Semi-árido baiano – Capim Grosso (BA), 2004
Curso Caprinovinocultura, Feira de Santana (BA) – 2004.
Reunião do grupo dinamizador da Rede Latinoamericana e do Caribe para a nutrição humana e Desenvolvimento sustentável, cidade do Panamá (Panamá), 2004.
Intercâmbio sobre exportação do mel, Picos (PI), 2004.
Curso sobre a cultura do sisal no assentamento Nova Canaã, Euclides da Cunha (BA), 2004.
Encontro da RedLayc, Peru, 2004.
Seminário Serviços financeiros e tecnologias alternativas como eixos promotores do desenvolvimento rural – Moreno (PE), 2004.
Seminário da Rede de Parceiros da Terra, Feira de Santana (BA), 2004.
Seminário sobre agricultura familiar (Procaf), Serrinha (BA), 2004.
Seminário Água da chuva para a produção de alimentos, Juazeiro (BA), 2004.
Encontro Regional da Escola de Formação Quilombo dos Palmares, Recife (PE), 2004.
Treinamento em análise parasitológica de fezes – Feira de Santana (BA), 2004.
XV Congresso de Apicultura e I Congresso de meliponicultura e 1ª Feira internacional do mel, Natal (RN), 2004.
Seminário de agricultura familiar – Fortaleza (CE), 2004.
II Reunião do grupo dinamizador da RedLayc – Valente (BA), 2004.
Seminário na Conab: diagnóstico participativo (produção e comercialização de produtos da agricultura familiar e do agroextrativismo) – Salvador (BA), 2004.

II Feira do Semi-árido – Feira de Santana, 2004.
Reciclagem movimentos sociais e redes – Caruaru (PE), 2004.
Seminário organização da sociedade civil e políticas públicas – Feira de Santana (BA), 2004.
Curso formação de lideranças e educadores rurais – Camarajibe (PE), 2004. Encontro da FAO – Colômbia, 2004.
Seminário Encontro Nacional das Cooperativas da Agricultura familiar e economia solidária – Brasília (DF), 2004.
Assembléia da RENOVE (Rede Nacional de Organizações da Sociedade Civil) – Belém (PA), 2004.
Curso agricultura orgânica – Jacobina (BA), 2004.
Curso de agentes de ATER (Assistência técnica e extensão rural) – Salvador (BA), 2004.
Seminário atualização em educação popular – Recife (PE), 2004.
IV Seminário internacional de comércio ético e solidário – Manaus (AM), 2004.
I Feira Nacional de Turismo Rural – São Paulo, 2004.
II Reunião do grupo dinamizador da RedLayc, El Salvador, 2004.
Encontro Mundial entre as Comunidades do Alimento (Terra Madre) – Turim (Itália), 2004.
Global Summit 2004 – São Paulo (SP), 2004.
V Encontro Nacional de Articulação do Semi-árido (ECONASA) – Teresina (PI), 2004.
I Fórum Social Nordeste – Recife (PE), 2004.
FENAGRO 2004 – Salvador (BA), 2004.
I Feira Nacional de Agricultura familiar e reforma agrária – Brasília (DF), 2004.

Fonte: Folha da APAEB e Relatórios Anuais da APAEB (2004 – 2005).

Também podemos destacar que a APAEB incentiva o debate público através de participação em fóruns, congressos, plenárias, seminários, encontros, conferências, que acontecem periodicamente e que ainda publiciza essas idéias e as informações discutidas nesses eventos, através do setor de comunicação da APAEB. Esses eventos exigem dos envolvidos uma certa preparação, divulgação e formulação de propostas. Em grande parte destes eventos a APAEB é convidada para expor a sua experiência e consegue aliar isso às capacitações técnicas e às mobilizações da sociedade.

Neste trabalho foi possível entender a extensão de alcance das ações e relações da APAEB, sejam elas sobre as práticas da sociedade civil de Valente ou Poder Público, mas também sobre o reconhecimento que a mesma possui no âmbito nacional e internacional. A APAEB recebeu durante sua trajetória diversas premiações pelo trabalho desenvolvido, tais como (quadro 8):

Quadro 8 – Premiações a APAEB

Premiações	Data	Entidade
Melhores Práticas em Gestão Local	2003/2005/2006	Caixa Econômica Federal
Projetos de Inovação Social	2005	CEPAL
Empresa Amiga da Criança	2000/2005	Fundação Abrinq
Destaque de atuação e implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)	2005	PETI
Representação no Fórum Econômico Mundial em Davos – Suíça – como o projeto social de maior destaque do mundo	2005	Fórum Econômico Mundial
Cidadania Brasil de Exportação	2003	Câmara de Comércio Árabe Brasileira
Educação e Responsabilidade Social – alfabetização de funcionários	2002	SESI
Empreendimento XXI – Melhor empresa da área rural	2001	Fundação Schwab
Parcerias para o combate a pobreza	1998	Fundação Getúlio Vargas
Bem Eficiente	1997	Fundação Kanitz

Fonte: Relatórios Anuais da APAEB (1997-2005)

Os dados nos apresentaram a importância da APAEB em diversos aspectos do desenvolvimento de Valente e região, bem como a extensão de sua área de influência. A associação possui uma característica muito própria, sendo formada por pessoas da região e que continuam na trajetória da APAEB, exercendo uma intensa influência nas mobilizações de grupos públicos e de organizações locais, além de ser modelo para outras experiências de desenvolvimento local.

Durante o ano de 2006, a APAEB recebeu, em média visitas de 1700 pessoas que representam entidades da sociedade civil do Brasil e do exterior, universidades, membros do poder público e de organizações internacionais de cooperação. O principal objetivo dessas visitas é o interesse em conhecer a experiência da APAEB e o desenvolvimento local (RELATÓRIO ANUAL DA APAEB,

2005). Outro dado importante refere-se ao número de pessoas que vieram visitar a associação nos últimos cinco anos: 8707 pessoas.

Entre os visitantes, podemos citar os estudantes de graduação, mestrado e doutorado que pesquisam sobre essa experiência, demonstrando assim que a APAEB tem um grande alcance, nacional e internacionalmente, e que suas áreas de extensão e atuação são muito amplas (RELATÓRIO ANUAL DA APAEB, 2005). Conforme aponta o diretor executivo,

A APAEB por ter sido inovadora em praticamente tudo que tinha acontecido aqui, e isso foi um grande obstáculo, quer dizer, na verdade a gente não teve em quem se espelhar e de onde copiar praticamente nada, tudo aqui foi o aprender fazendo. Então quando se falou em 1980 em uma associação comercializar, comprar e vender, ninguém acreditava nisso, quando em 1984 falamos em uma batadeira para comercializar o sisal também ninguém acreditava nisso, quando em 1989 falamos em exportar a fibra diretamente, foi outra né, todo mundo dizia que a gente era doido. Quando em 2004 dissemos que ia montar uma fábrica de tapetes e carpetes, nos chamaram de mais doido ainda e por aí vai (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE PESQUISA, 2006).

Diante do exposto, identificamos a natureza das ações e relações da APAEB e como essas práticas foram levadas adiante nas atividades atuais da Associação, bem como a importância que essas ações possuem no cenário contemporâneo dos âmbitos associativo e político de Valente.

4.5 APAEB: Tratamento com o opositor

Neste item mostraremos a relação da APAEB com os seus opositores, no caso, com a Prefeitura Municipal e com alguns vereadores da situação, ou seja, com representantes que são de partidos ligados ao governo municipal. A partir das entrevistas realizadas em campo, foi possível perceber que a relação entre APAEB e o Poder Executivo é de muito conflito e de embates, do ponto de vista político. Com a Câmara a relação é melhor, se comparada com a travada com a Prefeitura; existem vereadores que apóiam os projetos apresentados pela APAEB, enquanto a maioria é oposição, existindo inclusive divergências do ponto de vista pessoal, o que, de certa forma, prejudica as discussões e alguns encaminhamentos de projetos da

APAEB, a exemplo dos Projetos de ampliação do laticínio e de aquisição de veículos para assistência técnica.

Os âmbitos da vida associativa e das decisões políticas são dois pólos políticos de Valente, com princípios diferentes, que envolvem mecanismos de pressão por parte da Associação em busca de acordos e aprovação de projetos. A contrapartida, por parte do Poder Público, é sua franca oposição a tais ações, objetivando manter-se no poder,

a prefeitura é uma oposição aos projetos da APAEB e para se manter no poder político de Valente utiliza outras práticas como coerção, subordinação e trocas de favores, difamação pública, entre outras ações não democráticas. As divergências vêm mais no campo do poder local, da política, nisso aí as coisas se complicam porque são objetivos muito diferentes, e isso aí não tem dúvida (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB - ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Assim, não existe um repertório comum de ações entre essas forças políticas, embora exista tentativa de consenso de propostas, na busca de desenvolvimento de projetos, de parcerias por parte da APAEB, através de convites para eventos e debates na Associação, geralmente a resposta é negativa por parte do Poder Municipal. A partir dos dados discutidos anteriormente, entendemos que a APAEB estabelece uma boa relação com todas as organizações pesquisadas, entrando mais em conflito com o Poder Público de Valente, como percebemos na entrevista com o diretor da APAEB:

Na verdade, o projeto da APAEB é muito diferente do projeto do prefeito e da Câmara de Valente, o nosso projeto é de socialização da informação, democratização da informação, desenvolvimento das pessoas, o deles não, é um projeto de perpetuação do poder, é muito diferente do que a gente pensa, quer dizer essa relação é sempre de conflito (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Embora existam divergências de idéias e propostas, foi possível perceber, por parte da APAEB, um respeito com as entidades parceiras e opositoras e suas sistemáticas tentativas de equilibrar essas forças opostas, na medida em que lhes mostra, persistentemente, a dependência de uma com a outra para o desenvolvimento do município. Para o diretor executivo da APAEB,

quantas vezes se convida o prefeito pra eventos na APAEB e a diretoria coloca aqui para as organizações participantes, como sindicatos, cooperativas, Igreja, que com o Governo Lula a região começou a ter certo suporte em torno do sisal e vários projetos de investimentos têm que ser via prefeitura, e não pode ser direto com a associação (ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Dessa forma, um dos obstáculos enfrentados pela APAEB no município de Valente, que merece especial destaque, é a dificuldade de implantar projetos e de formalizar convênios de investimento público, já que existe certa limitação constitucional para que as associações tenham acesso aos recursos federais, estaduais ou municipais. Para o representante da Cooperativa de Crédito de Valente, os projetos realizados pela APAEB juntamente com as outras organizações seriam de muito maior alcance se houvesse a parceria da prefeitura de Valente com ela, ou seja: *“a Prefeitura precisa valer a frase Governo de Parceria, que não é governo de parceria nada, enfim, a parceria que a gente sonha, que a gente deseja”* (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DA SICOOB-COOPERE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

No que diz respeito ao município, há uma dificuldade da APAEB ter acesso aos recursos financeiros e isso pode ser ilustrado com os vetos de diversos projetos apresentados pela APAEB à Prefeitura e que a mesma recusou a assinar e dar apoio, tais como os citados projetos de ampliação do laticínio e de a aquisição de carros para assistência técnica, afora o de investimento na EFA, entre outros. Os argumentos do secretário da Prefeitura Municipal foram de que a APAEB enviava projetos incompletos e não dava nenhuma satisfação e/ou informação ao prefeito, além de não aceitarem que a APAEB gerisse a verba destinada a compra de equipamentos e veículos para o laticínio (DADOS DA PESQUISA DE CAMPO, 2006). Sobre isso, o líder do prefeito ressalta que,

quem ia gerir o dinheiro era o pessoal da APAEB e o prefeito ia só simplesmente prestar conta do convênio? O prefeito achou por bem não atender esse projeto, porque se o dinheiro que foi colocado no projeto não desse pra comprar os caminhões e as máquinas, o município de Valente imediatamente deveria dar a contrapartida e se o prefeito não tivesse a contrapartida e se gastasse o dinheiro, na hora de prestar conta quem ia ‘pagar o pato’ era o prefeito. E nesse caso aí ia ficar o município de Valente endividado, poderia ficar sem prestar contas. Se o prefeito fosse comprar os equipamentos e tivesse o controle de tudo, ele poderia repassar pra APAEB e pro laticínio (VEREADOR DA SITUAÇÃO PELO PL E LÍDER DO PREFEITO – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Percebemos nesse depoimento que existe uma grande desconfiança por parte do Poder Público sobre o destino dos recursos enviados a APAEB e ainda é importante ressaltar que a Prefeitura busca de alguma maneira ter o controle dessa verba, para que ela possa administrá-la e distribuí-la. No entanto, através de uma reportagem publicada na Folha da APAEB em dezembro de 2005, entendemos que os recursos financeiros destinados à realização destes projetos são provenientes do Governo Federal, mas, para que o mesmo seja aplicado em Valente, depende da assinatura em algumas documentações do Prefeito da cidade e que, em grande parte, não é necessário uma contrapartida nem gastos do Poder Municipal; o que existe, na verdade, são alguns procedimentos burocráticos (FOLHA DA APAEB, 2005). Segundo o diretor executivo da APAEB, esses problemas não são recentes,

O prefeito passado negou a assinar um projeto aqui pra nós, de aumentar o laticínio para beneficiar o povo da gente, então é uma visão muito estreita, atrasada. Na comunidade local ele diz “vou assinar”, mas quando a gente chega lá ele não assina. Quer dizer, é muito um jogo político, que na Bahia sempre teve esse jogo, e é reproduzido aqui na comunidade. Os projetos são vetados e quem perde é a comunidade. O projeto vetado era do leite da cabra que beneficia mais de 10 mil pessoas, se triplicasse o laticínio chegaria a 30 mil pessoas e essa é a realidade (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Outros projetos que segundo a Associação dependem do apoio da Prefeitura, podem ser citados no Quadro 8. É importante ressaltar que essas informações são democratizadas através das publicações dos jornais da APAEB, que são distribuídos à comunidade e estão disponíveis na internet para o acesso da sociedade como um todo.

Quadro 9 – Projetos não apoiados pela Prefeitura Municipal de Valente

- | |
|--|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Compra de equipamentos para a Casa da Cultura no valor de R\$ 130 mil. É uma emenda ao Orçamento da União, do deputado federal Colbert Martins. O dinheiro vem do Ministério da Cultura. 2. Ampliação do laticínio da Cabra através de projeto do CODES (Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia), no valor de R\$ 272 mil. Já aprovado pelo MDA, mas dependendo da assinatura do prefeito. 3. Implantação da rede elétrica na EFA (Escola Família Agrícola Avani de Lima Cunha) e no CAIS (Centro de Aprendizagem e Intercâmbio de Saberes Lúcia Gonçalves de Oliveira). Aprovado pela Eletrobrás, depende de recurso da Prefeitura como contrapartida. Como a APAEB está achando difícil a Prefeitura entrar com essa participação, está estudando como assumir essa despesa e salvar o projeto. |
|--|

4. Implantação do Centro de Coleta Seletiva de Lixo do Município de Valente. O projeto foi apresentado à Secretaria de Combate à Pobreza e Desigualdades Sociais do Estado da Bahia. O empreendimento está orçado em R\$ 240 mil. Para que entre em funcionamento, dependia dos municípios de Retirolândia, Santaluz, São Domingos e Valente concordarem em ceder o lixo. A única prefeitura que até agora não aceitou foi a de Valente.

5. Existe ainda outro projeto que não é especificamente da APAEB, mas que foi conseguido através de emenda ao orçamento da União, de autoria do deputado federal Colbert Martins, para a construção de quadra poli esportiva para servir aos moradores dos bairros de Juazeiro e Petrolina. São R\$ 60 mil, já aprovados e com o dinheiro disponível na Caixa Econômica Federal. Basta o prefeito de Valente pegar o recurso e começar a construção da quadra.

FONTE: Folha da APAEB - Edição 246 - 04 de Dezembro de 2004

Um aspecto que ilustra essa falta de apoio da Prefeitura, é o projeto de Implantação do Centro de Coleta Seletiva de Lixo do Município de Valente, o mesmo foi aprovado por todas as prefeituras da região que seriam beneficiadas com o projeto, somente o Poder Municipal de Valente não assinou. Segundo o depoimento do Presidente do Sindicato,

a APAEB fez o projeto do esgoto, porque o esgoto prejudica a população, e ia garantir emprego pro pessoal, o prefeito não assinou e teve também o projeto do lixo regional e que todos os outros prefeitos assinaram, menos o prefeito de Valente (ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Para o representante do Departamento de Desenvolvimento Comunitário da APAEB foi apresentado um projeto para a Prefeitura de Valente, de aquisição de dois carros para serem utilizados na assistência técnica junto aos agricultores, e a Prefeitura local não aceitou; já o prefeito da cidade vizinha se mostrou interessado, então a APAEB apresentou o mesmo projeto junto a Prefeitura de São Domingos e esses carros vieram através de São Domingos (Ver anexo). Sobre esse projeto, o coordenador da comunicação da APAEB ressalta,

[...] eu coloquei no jornal, uma reportagem sobre esse apoio, e o título foi, Parceria da Prefeitura, justamente porque o slogan da Prefeitura aqui de Valente, é de um governo de parcerias, eu coloquei pra chamar a atenção das pessoas. E esse é um problema, há uma tentativa do lado da APAEB de se aproximar do Poder Público, pra fazer novos investimentos, mas há essa questão política aqui, que emperra o processo (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Dessa forma, é possível entender que o papel da APAEB diante da Prefeitura tem um caráter de polarização e que a busca por acordos, investimentos e convênios com o Poder Público é marcada por interesses pessoais de poder. A APAEB utiliza alguns instrumentos político-sociais de forma a mobilizar ou pressionar o apoio da Prefeitura, seja através de notas e denúncias públicas, protestos públicos, campanhas, publicações em jornais e boletins, além de divulgar suas ações em exposições, feiras e outros eventos.

Segundo o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente, a relação da APAEB com a prefeitura atual não é boa, sempre existiram divergências, grande parte da APAEB, do ponto de vista político faz oposição a Prefeitura e vice-versa: *“teve uma época que a APAEB conseguia marcar reuniões com mais facilidades e discutir projetos. Mas hoje, não tem conversa. O prefeito atual só promete, mas, na prática, não faz”* (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Pensando na relação entre a APAEB e o Poder Municipal no âmbito das decisões políticas, o diretor executivo afirma que,

na gestão anterior, conseguimos recursos para investir na Escola Família Agrícola e atender mais crianças, mas, o dinheiro retornou aos cofres da União, pois a prefeitura não se dispôs a tomar as providências para liberação (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB apud FOLHA DA APAEB, 2005).

Também um sócio da APAEB afirma que nesse âmbito: *“[...] existe uma divisão política muito forte, e acaba atrapalhando a Associação como um todo”* (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006). Podemos ver o depoimento do diretor executivo da APAEB ao jornal, buscando explicar essa relação e a falta de apoio:

A APAEB acredita que o impasse deve-se ao trabalho incansável da sociedade civil na busca de novos projetos. A conseqüência é que os políticos da região sentem-se ameaçados porque não fazem o que seria obrigação deles. O desenvolvimento é uma soma de esforços onde cada um precisa cumprir seu papel. Nós cumprimos o nosso. Quando o prefeito se recusa a contribuir, não causa prejuízo nenhum a APAEB. A população é que sai prejudicada. Por isso mesmo, é que defendemos que a própria população deve reivindicar e exigir que a Prefeitura faça a parte dela (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB apud FOLHA DA APAEB, 2005).

Para o representante da Secretaria da Agricultura de Valente, a maior oposição em Valente, hoje, ao Prefeito, é o diretor executivo da APAEB, e tanto a Prefeitura quanto a Câmara dos Vereadores procuram ajudar as associações locais a buscar projetos que beneficiem a todos, sejam aqueles ligados ao prefeito ou à oposição. Para o representante da Câmara de vereadores e líder do Prefeito, existe em Valente a democracia e a Câmara é a 'casa do povo' e que nesse espaço de decisão política existe o respeito pela APAEB (ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Nesse caso, percebemos que existe semelhança nos discursos de ambas as entidades (Prefeitura e Câmara), no sentido de apoiar as ações e projetos da APAEB, embora grande parte da sociedade civil de Valente afirme o contrário. Segundo o diretor executivo da APAEB, quando o Poder Público inviabiliza um projeto ele está prejudicando a comunidade de Valente e não a APAEB e ainda ressalta que os benefícios para a Prefeitura são mais positivos do que negativos, quando apóiam o trabalho da associação. Para o presidente do STR,

não existe uma combinação entre as ações da APAEB e da prefeitura e perdemos tantos projetos por causa de divergência política. A APAEB tem bons projetos que beneficiam tanto ela como a população em geral, que a prefeitura não assina (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Essa questão pode ser corroborada também na fala do entrevistado a seguir:

Quando a APAEB gera aqui mais de 900 empregos diretos, beneficia quem tá no campo produzindo e comercializando, mais de 2000 pessoas, tá gerando indiretamente mais de 3000 empregos, essas pessoas com certeza estariam aí dependendo da prefeitura pra sobreviver, então isso é uma contribuição importantíssima. Quando a APAEB tá aqui gerando riqueza no município, gerando serviço, tá gerando receita pra prefeitura e cada centavo colocado aqui que gera mais um emprego no posto, no supermercado, no restaurante, no hotel, a prefeitura ganha com isso (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB - ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

A partir dos depoimentos foi possível entender que em Valente o papel de opositor ao Poder Público é atribuído a APAEB e seus dirigentes, em específico o diretor executivo, assim como o Poder Público é a principal força política que se opõe às ações e projetos da APAEB. Segundo o vereador de oposição,

a prefeitura acaba misturando o “Ismael” candidato a prefeito, com a APAEB. A relação não é boa, inclusive ela vem negando assinar alguns compromissos como o governo federal, se a APAEB consegue um convênio e isso tem que vir via Prefeitura, então é vetado. O laticínio que seria a reforma e ampliação, perdeu esse dinheiro, voltou pra Brasília porque a prefeitura não assinou o termo necessário. Alguns veículos que a Fundação Banco do Brasil doou a APAEB, tiveram que vir pela prefeitura de São Domingos, porque a Prefeitura de Valente não se dispôs a isso. Nós políticos da cidade, independente de partidos, ficamos triste com isso (VEREADOR DA OPOSIÇÃO PELO PPS – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Identificamos que as relações acirraram ainda mais entre a APAEB e a Prefeitura após as eleições de 2004, talvez por ter saído dos quadros da APAEB, da sociedade civil, um candidato que foi contrário a atual administração e, conforme relata o sócio e coordenador de comunicação da APAEB,

isso de certa forma causou um rompimento nas relações, que na verdade nunca foram boas, nunca foram próximas, justamente porque são pensamentos diferentes e talvez esse seja o principal problema da APAEB a nível municipal (ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Nesse sentido, fica claro que, após a candidatura do diretor executivo da APAEB, a distância aumentou entre essas duas entidades. Embora o discurso do Poder Público Municipal seja de disponibilidade de contribuir com a APAEB em seus projetos, a maioria dos depoimentos mostraram o contrário, a saber: que, na realidade, não existe empenho por parte da Prefeitura nesse aspecto. Segundo entrevista com o vereador da situação, após a eleição, a APAEB começou a entrar em dificuldades financeiras e isso se deve a candidatura do diretor executivo da associação, que teria como intenção “tomar a prefeitura” do prefeito atual,

a crise da APAEB hoje infelizmente se deve a eleição de 2004 que tentaram concorrer e até hoje eu ainda digo, é um absurdo uma associação tentar concorrer numa eleição contra a prefeitura, que tem muitos recursos, que tem apoio do governo, que tem apoio de deputado ligado ao governo, e que uma prefeitura que recebe recursos da União e Estado em dias e que não faz financiamento. Então a associação, que precisa de recurso e financiamento, eles tentaram, eles gastaram, pra tentar tomar a prefeitura, o poder público e não conseguiram e hoje a APAEB tá nessa situação (VEREADOR DA SITUAÇÃO PELO PL – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Podemos inferir que existem dois pontos de vista em relação à crise financeira da APAEB. Para o Poder Público de Valente a crise está relacionada à

candidatura do diretor executivo da associação nas eleições para Prefeito em 2004, alegando que o candidato gastou dinheiro da APAEB para fins políticos. Atentamos para a seguinte nota pública feita pela Associação a respeito dessa questão, nota divulgada no Jornal Folha da APAEB (Quadro 10).

Quadro 10 – Nota Pública

<p>Nota Pública</p> <p>Desde a campanha eleitoral, a APAEB vem sendo vítima de calúnias, algumas públicas e outras covardes, anônimas.</p> <p>Naquele momento, até para contribuir com a tranquilidade do processo eleitoral, deixamos de responder as acusações.</p> <p>Porém mesmo depois de passadas as eleições, os ataques continuam. Há quem se acovarde fazendo uso do recurso das cartas anônimas. Há quem se esconda por trás da imunidade parlamentar. De agora em diante, a postura da diretoria da APAEB será de buscar na justiça comum reparação contra tudo aquilo que for dito para destruir ou prejudicar o bom nome da instituição. Foi o caso por exemplo do senhor Ubaldino Amaral, acionado por dizer que a APAEB usou seus recursos para fazer campanha para Ismael Ferreira. A APAEB não assistirá mais a estes ataques passivamente. Temos um nome e um patrimônio a zelar e não vamos aceitar que ele seja manchado por gente que tem pouco ou nada para mostrar em realizações em favor da comunidade, enquanto nós podemos exibir para todo o mundo nossa história de progresso para Valente. Os críticos deveriam se preocupar em construir uma entidade semelhante. Valente teria muito a ganhar, se houvesse duas APAEBs, gerando emprego e renda, apoiando a cultura, trazendo informação e cidadania.</p> <p>Misael Lopes da Cunha (presidente); Iracema Nery Santos (tesoureira); Nelilton Ezequias de Oliveira (secretário).</p>
--

Fonte: Folha da APAEB - Edição 246 - 04 de Dezembro de 2004

Essa nota pública trata de alguns fatores que ocorreram durante o processo eleitoral em Valente de 2004. Vários depoimentos mostraram que houve, por parte do candidato vencedor (hoje situação), compra de votos, coerções policiais e cartas anônimas contra a APAEB e o diretor executivo. O coordenador de comunicação da APAEB ressaltou que,

a figura Ismael Ferreira e a figura da prefeitura, é bem pior que a relação APAEB e prefeitura, muito distante e acirrada, justamente porque teve esse processo de disputa, teve processo judicial, acusação de compra de votos, esse processo tá em Brasília (ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Nota-se, nesse evento, que uma das formas de superar esse conflito ou de ajustar os interesses foi processando o candidato da situação, pela compra de votos,

na eleição passada a gente ganhava a eleição tranquilamente, houve na verdade compra de votos escancarados, pegaram deputado federal e

vestiram de policiais e prenderam as pessoas, prendia dez nosso e dois deles, pra no momento da eleição a coisa ficar repressiva, fazer pressão. Quando a gente foi ver tinha sido mandado do prefeito e aí entramos na justiça e estamos provando aí (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DO STR/VALENTE – DADOS DA PESQUISA DE CAMPO, 2006).

No entanto, para as organizações da sociedade civil de Valente e, segundo a própria APAEB, a crise deve-se à centralização da gestão e à queda do dólar, já que o mercado externo era o principal comprador dos produtos da Associação e que as eleições nada tiveram a ver com essa dificuldade. Para uma dirigente do sindicato dos trabalhadores rurais, era necessário um representante dos movimentos sociais que buscasse disputar a prefeitura, considerando positivo o fato do diretor executivo ter sido candidato, não sendo ruim para APAEB,

porque a crise que tá aí, não é uma crise porque Ismael foi candidato, nada a ver, a crise vem de vários aspectos, o dólar diminuiu, gestão que deveria ser repensada um pouco mais, descentralizar e um monte de fatores que gerou a crise (SÓCIA DA APAEB E SECRETÁRIA DE FINANÇAS DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Segundo Ruscheinsky (1999, p. 64), “o envolvimento eleitoral revela a pretendida representação política pelos movimentos, estendendo-se como um braço ou uma parcela de sua ação na área institucional”.

As principais dificuldades apontadas pela APAEB durante o trabalho de campo, além do conflito político, foram as questões de recursos, capital de giro, para manter o projeto APAEB funcionando, principalmente a indústria, porque é a partir dela que os outros projetos são levados a diante. Para o diretor executivo da APAEB,

Estamos hoje vivendo uma grande dificuldade porque a nossa receita reduziu muito por conta da queda do dólar, uma vez que no passado a APAEB chegava a 70% das receitas vindas da exportação, estamos mudando esse foco, onde 30 a 40% é de exportações e mais do mercado nacional, mudando as estratégias pra tentar sobreviver. Mas, estamos passando por uma fase muito difícil por falta de apoio a nível de Brasil, e de outras fontes de recurso. Na verdade, a cooperação internacional tem pouca participação, o governo federal especialmente o ministério dos esportes, tem contribuído, mas a maioria vem dos próprios projetos de produção (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Sendo assim, a APAEB justifica essa crise baseada na queda do dólar em 2002, que se agravou mais nos anos de 2003 e 2004, quando as receitas da Associação diminuíram drasticamente, e provocou a crise vivenciada há mais dois anos. Essa informação pode ser corroborada com estudos feitos pela CEPLAC nos anos de 1990 a 2002, que demonstrou a relação entre a queda do dólar e a desvalorização da fibra do sisal no mercado externo. Conforme o sócio e coordenador de comunicação da APAEB,

[...] a crise se agravou em 2003, foi quando o dólar começou a perder força frente ao real. E como a APAEB ela vendia mais pro mercado internacional, e ela recebia em dólar, ela teve um 'baque' muito grande. E atualmente ela inverteu o processo, ela tá investindo mais no mercado nacional, porque o real tá mais forte (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

De forma a sair da crise a APAEB tem buscado estabilizar os seus projetos e ações de desenvolvimento, através de concessões de créditos de Bancos e de parceiros. Além da busca por estabilização financeira a APAEB tem como proposta reestruturar a questão administrativa da associação, as questões internas, reafirmar o processo de relacionamento com outras organizações, pois

o desenvolvimento não se faz apenas com a ação da APAEB, ela é um dos atores importantes nessa região, mas existem várias outras instituições que também fazem política e que também tem o papel importante e que a parceria é indispensável (DIRETOR EXECUTIVO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Segundo informações dos entrevistados a APAEB vêm recebendo severas críticas sobre a sua gestão, e essas críticas são levantadas principalmente por parceiros da associação, que consideram a gestão muito centralizada, concentrada na mão do diretor executivo e de um mesmo grupo familiar e que de certa forma isso pode ter contribuído para agravar a crise financeira, além de enfraquecer o processo democrático, na medida em que restringe o poder de tomada de decisão aos mesmos personagens.

Para o representante da COOPERE, a gestão centralizada da APAEB pode ser justificada pela falta de capacitação do seu quadro associativo, o que em certa medida leva ao desconhecimento da própria missão da APAEB, ou seja, na medida

em que o modelo é concentrado não permite que as pessoas participem efetivamente do processo de gestão, limitando-se na maioria das vezes, as eleições das mesmas pessoas. E da mesma forma, se as pessoas não participam do processo e este não é suficientemente transparente, a organização não consegue envolver as pessoas e fazer com que estas tenham responsabilidade. Notemos a opinião do presidente da COOPERE a respeito dessa falta de capacitação do quadro social da APAEB:

[...] se a gente pegar no quadro associativo da APAEB, são poucas pessoas que tem essa coisa, que tem um conhecimento técnico maior, mas que pensa completamente diferente de tudo aquilo de que e para que nasceu a APAEB, isso não é uma tarefa fácil. Então, eu diria que tem evoluído muito pouco nesse sentido, então existe uma limitação muito grande e daí, estimula uma concentração (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DA SICOOB-COOPERE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Segundo o representante da coordenação de comunicação da APAEB, além do problema financeiro, a APAEB deve investir em profissionalização e capacitação de pessoal, principalmente os que se encontram à frente da entidade. Ou seja, o nível educacional dos associados da APAEB ainda é muito deficiente e isso pode ser também mais um motivo para a concentração da direção da APAEB (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006). A APAEB possui um modelo complexo, pois ao mesmo tempo em que a Associação tem o seu lado social, de mobilização e organização comunitária, ela tem sua característica empresarial, que demanda conhecimento de mercado e de uma outra realidade, e isso requer pessoas devidamente preparadas para se relacionar (DADOS DA PESQUISA DE CAMPO, 2006).

A questão da concentração da direção e das informações está relacionada ao que Bobbio (2004) chama de sociedade cada vez mais burocratizada que necessita de especialistas para decidirem sobre assuntos que requer conhecimentos especializados. De outro lado, o autor ressalta a necessidade que a democracia tem de possuir cidadãos educados e isso implica em certa complexidade na análise desse aspecto vivido hoje pela APAEB, ou seja, a crise financeira e a centralização.

Percebemos que existe uma demanda por parte de alguns membros da direção da APAEB, que seja feita uma mudança nesse modelo de gestão com o objetivo de acompanhar a conjuntura atual, que pode ser visto na fala a seguir:

“não dá pra uma entidade que é importante parar na gestão de 20 anos atrás. A gente pensa em inovar, em abrir, quer dizer, se pensa em muita coisa, em crescer, buscar projetos, mas sem uma gestão boa, não tem projeto que ande” (SÓCIA DA APAEB E SECRETÁRIA DE FINANÇAS DO STR/VALENTE - ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006). No entanto, conforme depoimentos o maior problema da APAEB hoje é a gestão concentrada e isso é um entrave para um desenvolvimento ampliado da associação, ou seja,

é uma gestão que fica mais centralizada, eu não diria nem em 3 ou 4 pessoas, fica mais em uma pessoa, o diretor executivo. Porque é centralizada na mão dele, porque é ruim, o modelo de gestão que se tem hoje, é um modelo que é o maior fracasso da instituição. Na medida em que a gestão é centralizada em uma pessoa as coisas não fluem, a direção não consegue articular nada política e nem socialmente falando, porque tem que ter o aval sempre dele, então, a gestão precisa ser descentralizada (SÓCIA DA APAEB E SECRETÁRIA DE FINANÇAS DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Uma das soluções propostas pelos entrevistados seria a descentralização do poder e repensar o modelo de gestão, e esses aspectos seriam pré-requisitos para a sobrevivência da APAEB. O cidadão educado pode ser fruto da descentralização, mas quando analisamos a sociedade mais burocrática podemos perceber a posição da direção da APAEB, sendo resultado desse quadro vivido pela sociedade contemporânea (BOBBIO, 2004). Para a representante sindical,

o diretor executivo conseguiu gerir essa APAEB e tem hoje, esse ‘monstrengo’, pois as coisas são concentradas na mão dele, e aí não anda. Ele é a pessoa que conhece tudo e sabe tudo, mas, ninguém consegue acompanhar pra saber 1/3 do que ele sabe (SÓCIA DA APAEB E SECRETÁRIA DE FINANÇAS DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Sendo assim:

O conhecimento é poder. Quem tem conhecimento tem poder, ele tem poder e tá centralizado nele. Então, quer dizer, é um tipo de gestor, quando eu digo que é um mal necessário, porque, o jeito de gerir é ruim, porque na medida em que concentra nele, as coisas não fluem, porque ele não dá conta de tudo, mas, é a pessoa que ainda tem o conhecimento pra tocar isso aí e pra fazer o processo de transição dele pra um outro, que chegue à altura dele, a gente leva aí uns 10 anos (SÓCIA E CONSELHEIRA DE ADMINISTRAÇÃO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

De maneira a solucionar a crise, a APAEB tem buscado contatos com bancos financiadores (BNDS, BNB), com ministérios, com outras autoridades influentes do Governo, como forma de apoio para agilizar a resolução dos problemas, já que a natureza financeira exige algumas regras que devem ser seguidas:

A APAEB vem passando por essa crise há mais ou menos 3 anos e o que eu acho interessante é que na última eleição, quiseram vincular a crise com a candidatura do diretor executivo, e isso não existiu. Primeiro porque eu fui candidato a vereador na época, do grupo político de oposição e também já fui colaborador na área de recursos humanos e acompanhava toda essa problemática do câmbio, da queda do dólar, e da APAEB sustentar uma coisa que qualquer empresa capitalista faria, demissão. Ela preferiu segurar, pagar um preço maior e não demitir em massa (VEREADOR DA OPOSIÇÃO PELO PPS – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

A crise está sendo encarada pelos entrevistados na Associação e pelo diretor executivo como uma forma de se pensar os erros e de realizar mudanças. Existe a preocupação da APAEB quanto aos associados e à comunidade em geral e, através do sistema de comunicação, a associação vem tentando abrir os espaços para as perguntas, esclarecimentos de dúvidas sobre as atitudes que vêm sendo tomadas para solucionarem os problemas, um membro da coordenação da comunicação da APAEB aponta essa questão da crise:

Eu acho que o erro é de uma forma geral e realmente há uma série de questionamentos, dos próprios associados, e outros questionamentos levantados por pessoas que são inimigas politicamente da APAEB, e o trabalho que a gente sempre tem feito, é através do sistema de comunicação que se possui, que procura abrir espaço sempre pra APAEB explicar, porque determinado fato aconteceu, porque tantos funcionários foram demitidos, porque os salários estão atrasados, qual a explicação que se dá, porque não se resolve logo a crise, o que foi que provocou essa crise, então nós usamos os espaços de comunicação, através da rádio comunitária e da TV, além, das assembleias mensais (SÓCIO E COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO DA APAEB – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Assim como o depoimento anterior, as entrevistas realizadas também mostraram que a diretoria executiva da APAEB reconhece que a grande parte de seus diretores atualmente se encontram mais focados nas questões de melhoramento dos processos produtivos e concentrados na questão financeira, e que existe a proposta de se investir nas relações internas, na capacitação do quadro

administrativo, na auto-estima dos associados e colaboradores, sobretudo no relacionamento entre as equipes. Conforme ressalta o Presidente da COOPERE, existe uma preocupação geral em Valente a respeito da crise da APAEB e há expectativas positivas para que a mesma consiga superar esse problema,

eu creio que, com essa crise, uma organização como a APAEB, com 900 pessoas com salário atrasado, numa comunidade onde todo mundo conhece todo mundo, então tá todo mundo preocupado se vai conseguir resolver isso efetivamente ou não. Então, não pelo processo político, não acredito, penso que pela crise, o processo político, as atitudes pode ter até contribuindo para isso, mas se não fosse os salários atrasados, ela estava aí, como sempre, de vento em poupa, participando, motivando, dizendo para a comunidade levantemos e vamos à luta, mas agora com salário atrasado, a turma cai, então eu acho que não foi o processo político não, foi a crise, essa falta de dinheiro dela, ela não consegue mais motivar o pessoal (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DA SICOOB-COOPERE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Outro aspecto que devemos ressaltar - também relacionado à centralização da gestão - diz respeito a contratações de parentes para funções importantes dentro da APAEB. Grande parte dos depoimentos apontou para essa prática realizada no âmbito da Associação, além dos cargos de maior 'poder e visibilidade' estarem concentrados nas mãos de uma mesma família,

a direção da APAEB já devia ter trocado, porque fica tudo só aquele bolinho deles ali, enquanto tem muitos sócios que poderia tá participando. Outra coisa que existe, sempre quem fica na frente de decidir tudo é uma pessoa, e às vezes bota um presidente que só diz o amém, bota o papel e ele assina, se precisar prender ele é capaz que ele assina, bota as pessoas semi-analfabetas como eu e outras assim. Porque o mais inteligente ali é o diretor executivo (VEREADOR DE SITUAÇÃO PELO PFL E PRESIDENTE DA CÂMARA – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Embora tenha sido enfatizado, nas entrevistas de campo, que existe uma relação de confiança entre as pessoas envolvidas no projeto APAEB, o tradicionalismo familiar, ou a contratação de familiares para cargos importantes na Associação foi destacado como um problema sério e tem sido criticado por várias pessoas com inserção na vida pública e mesmo de dentro da própria APAEB, conforme o depoimento: *“Eu tenho defendido a APAEB aqui na Câmara, mas, infelizmente eles chegaram a ponto de mudar o estatuto, mudaram pra um quadro de sócios não concorrer à eleição, a diretoria é escolhida e isso é um erro”* (VEREADOR DA SITUAÇÃO PELO PL – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006). Ainda sobre essa mesma questão, a crítica é realizada pela

representante do Conselho de Administração da APAEB, que ressalta: “*A família Ferreira hoje, que tá na direção da APAEB, que toda família tá, sobrinhos, enfim, primos, é que tá ali*” (ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006). O dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente, enfoca essa tradição familiar dentro da APAEB e os benefícios que os parentes possuem,

é aquela questão, eu sou sócio da entidade e tenho que dizer a verdade, a maioria dos beneficiados e benefícios, no sentido local, é da família da diretoria. E muita gente fala disso e quando você vê é a família toda beneficiada. E isso não quer dizer que atrapalha, mas de um outro lado fica muito visto, parecendo uma coisa pessoal, individualizada, só a família (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Esses benefícios a familiares, no que diz respeito à contratação, é uma prática do Poder Público Municipal que é muito debatida e questionada, como já falamos anteriormente, sobre as gestões da prefeitura, que são sempre alternadas entre dois grupos familiares tradicionais de Valente. Existe o tradicionalismo familiar, os benefícios a determinados grupos de poder, contratação de familiares para cargos importantes e isso pode estar sendo reproduzido dentro do tecido associativo da APAEB e de certa forma isso desconstrói o elemento rigor democrático da APAEB, de associação cooperativa, de capacidade de mudança do Poder Local como um projeto alternativo, que duram 27 anos.

Não que isso seja uma prática realizada no sentido de prejudicar os outros associados, até mesmo porque existe um debate interno sobre isso e já é consenso que há inviabilidade no modelo de gestão atual e que o mesmo não funciona de maneira absolutamente concentrada. Para Teixeira (2001), um dos procedimentos comuns entre as organizações da sociedade civil, tem sido a reflexão sobre as ações realizadas, buscando aprender com os próprios erros e avaliando as suas potencialidades de eficácia. Por outro lado, existem participantes da APAEB que vêem essa dinâmica com certa naturalidade, como é o caso de um dos entrevistados sócio da entidade:

De um lado tá correto, porque em vez de dar comida aos outros e deixar os meus com fome, eu prefiro dar aos meus primeiro. Nos cargos de maior poder na APAEB existe essa centralização familiar. E a justificativa é a capacidade, tudo bem, mas tem pessoas que podia tá tendo essa mesma oportunidade e não tem. Mas, eu não acho que esse é um fator que fez chegar na crise aonde tá não (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DO STR/VALENTE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Percebe-se que existe uma demanda por parte das pessoas que conhecem essas ações de privilégio dentro da APAEB, mas que não chega a implicar no desânimo diante de um quadro maior de destaque da Associação no processo democrático, para que ela desenvolva um trabalho de capacitação e de empoderamento dos associados e dos funcionários, tendo o crescimento como um processo contínuo e coordenado, desconcentrando assim as informações e os conhecimentos, buscando crescer também na concepção política. Este aspecto é ressaltado pela conselheira de administração da APAEB: *“hoje, não se administra mais em quatro paredes, ou a gente, abre esse modelo e sai pra outra e constrói um novo modelo de gestão, ou então a gente tá fadado ao fracasso, digamos assim”* (ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Com o objetivo de descentralizar as funções da associação, a APAEB vem concluindo um projeto chamado “Fundação APAEB”, destinando a esse setor a responsabilidade de gerir os projetos sociais de forma autônoma e distanciada das funções do setor empresarial da Associação.

Apesar da crise financeira e dos problemas de centralização de gestão, percebemos que a maioria das ações e experiências da APAEB em Valente, modificaram positivamente a lógica econômica e estrutural da região que possui intenso controle por parte dos grandes proprietários, alcançando também um significado social e político relevante, na medida em que investe na capacidade organizativa da população e intervém na elaboração de políticas públicas mais equitativas e ampliadas:

A APAEB em parceria, forçou a Prefeitura, querendo ou não, a ter que abrir um espaço para a participação popular. Mas, é difícil, porque eles são conservadores, oligarquias, são os donos das terras da região, tudo isso dificulta, porque a visão deles, eles estão nos projetos que é a contra-mão do nosso, completamente diferente. A gente participa, mas participa assim, eles botando a gente pra fora e a gente entrando de novo (SÓCIA E CONSELHEIRA ADMINISTRATIVA DA APAEB - ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Sendo assim, entendemos que as políticas e ações realizadas pela APAEB e o Poder Público de Valente, na maioria das vezes, são propostas diferentes, existindo uma disputa pessoal e de interesses que acaba se sobrepondo aos interesses coletivos (no caso do Poder Público Municipal). No caso da APAEB, existe o interesse comum em seu quadro de funcionários e ações de buscarem o

desenvolvimento da região e melhorar a qualidade de vida da população, através de estratégias já citadas que, em alguma medida, buscam a conscientização, a democratização das informações, a reflexão, o questionamento, que vai contra a filosofia do Poder Municipal. que reproduz a política de dependência e favores em troca de votos - resquílios do clientelismo. As ações por parte do Poder Público Municipal não buscam a independência da comunidade e sim o contrário, a manipulação e a permanência no poder, se diferenciando da grande parte das ações da APAEB que, apesar de ter em seu quadro diretivo a prática do tradicionalismo familiar, investe no crescimento e empenho da própria APAEB e comunidade.

4.6 Fortalecendo a Democracia

O fortalecimento da democracia tem que ser entendido no sentido social, econômico e político, além das relações estabelecidas nesse contexto, ou seja, a democracia demanda requisitos para garantir determinadas oportunidades à sociedade, como as de formular preferências, exprimir essas preferências e terem preferências efetivamente consideradas pela conduta geral e decisória do governo (DAHL, 2005).

Partindo desses requisitos, relacionamos as ações da APAEB com os indicadores democráticos, buscando entender a sua contribuição na vida política de Valente, na realização de posturas mais democráticas, como podemos perceber no depoimento do Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Valente:

A APAEB fortalece a democracia, tanto no sentido social, empresarial e política, tem contribuído muito nesse sentido e devido o trabalho da APAEB até algumas práticas da prefeitura ficaram mais democráticas, até o seu slogan lá de 'prefeitura de parceria' não é à toa não (ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

Identificamos que ações como a participação da APAEB em conselhos municipais ajudam a fiscalizar as práticas do Poder Público, exigindo maior transparência e prestação de contas para a sociedade de Valente. Através das parcerias, APAEB, Sindicato, Igreja e outras organizações, a Associação conseguiu fortalecer a democracia, pois passou a cobrar do Poder Público melhores condições de vida para os agricultores, captar recursos para investir em projetos sociais, ajudar

no Fórum da Cidadania, criando o Conselho da Criança e do Adolescente, gerindo o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, formando lideranças, intervindo politicamente e fortalecendo o tecido social de Valente. Para o vereador de oposição do município,

a APAEB contribui para que a prefeitura tenha posturas mais democráticas, no momento que ela indica pessoas pra participarem dos conselhos municipais, pra fiscalizarem. Gerando emprego e renda, força o município a gerar também, a partir do momento que ela está envolvida nos eventos culturais, esportivos, comunitários, acaba forçando que os poderes públicos também se envolvam e participem de tudo isso, eu acho que ela faz parte de uma engrenagem que os poderes públicos do município tendem a acompanhar (VEREADOR DA OPOSIÇÃO PELO PPS – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006)

A cidade de Valente se destaca em relação aos outros municípios da região pelo grau de participação social, sendo sede de várias entidades, conforme aponta o representante do STR,

Valente é sede da APAEB que é um setor regional, da Fatres (Fundação de Apoio aos Trabalhadores Rurais da Região do Sisal) uma instituição regional dos sindicatos, ela não é sede por acaso e sim porque aqui se concentrava o maior número de lideranças com essa visão mais ampla, política e social (SÓCIA DA APAEB E SECRETÁRIA DE FINANÇAS DO STR/VALENTE – DADOS DA PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Portanto, observa-se que o papel da APAEB é histórico e gigante e para o vereador da oposição,

além da APAEB gerar economicamente renda pra os produtores, colaboradores, para o comércio de Valente, ela gerou desenvolvimento sustentável, apoio aos movimentos sociais, às entidades de classe, se fez presente nos conselhos municipais, um papel de alavanca pra o desenvolvimento da nossa cidade (VEREADOR DA OPOSIÇÃO PELO PPS – DADOS DA PESQUISA DE CAMPO, 2006).

Outro fator levantado nas entrevistas foi a questão do pagamento dos salários. Segundo o representante da COOPERE, era comum a Prefeitura de Valente atrasar o pagamento de salários em até 10 meses. Com a crise financeira, a APAEB vem atrasando os salários de seus funcionários, enquanto a Prefeitura começou a pagar em dia,

a APAEB ela tá em crise agora, essa crise profunda de atrasar salário e tal, uma empresa, uma organização hoje quando chega a atrasar o salário é porque já atrasou com fornecedor, atrasou os impostos, o salário é uma

coisa sagrada. Então, quer dizer, pela incompetência, pela má fé, pelas desorganizações, a Prefeitura atrasava. Hoje, o prefeito paga até antecipado, ele paga sabe por quê, porque a APAEB está atrasada. Então você acha que o próximo prefeito, vai atrasar salário? Então a comunidade ganhou com isso. Eu creio, baseado nesses exemplos que eu te dei, a APAEB conseguiu produzir essa coisa legal para a comunidade. Então as ações dela influenciam as ações da Prefeitura (SÓCIO DA APAEB E PRESIDENTE DA SICOOB-COOPERE – ENTREVISTA REALIZADA EM SETEMBRO DE 2006).

A APAEB contribui para posturas mais democráticas, na medida em que ela usa instrumentos que fortalecem o processo democrático, como a educação, a valorização do pequeno agricultor, o mostrar ao cidadão seus direitos e deveres, bem como através do conhecimento que ele então adquire sobre sua própria realidade para enfim poder, efetivamente, não só cobrar do poder público, mas criarem eles mesmos suas propostas consistentes.

O poder público local, por sua vez, tem uma história de clientelismo, no sentido de tornar dependentes os moradores da cidade, com uma racionalidade onde predomina o sentido de “favor” em troca do voto. No geral, trata-se de uma política típica coronelista, onde as pessoas têm que ser aliados políticos para poderem receber o apoio do Estado na figura do Município. Contudo, mesmo no contexto do poder municipal da Prefeitura, a APAEB tem buscado fortalecer a democracia, investindo no desenvolvimento sustentável da região através de mecanismos inovadores de participação e instrumentos político-sociais diversos, inclusive os de forte impacto sócio-econômico.

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa foi possível identificar o impacto dos interesses pessoais nos problemas da vida dos pequenos agricultores do município de Valente, cidade localizada no nordeste da Bahia, micro-região de Serrinha, no polígono das secas. Em Valente, pode-se perceber as diferentes formas e práticas de sobrevivência humana, como a criação de associações civis, a exemplo do caso da experiência da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB/Valente), que visa garantir ao menos os direitos sociais mínimos a partir da própria prática comunitária.

Estudando a trajetória da APAEB percebemos a valorização das ações coletivas, dos debates e das discussões, através da adoção de instrumentos político-sociais e democráticos, como a realização de seminários, palestras e eventos que valorizam a cultura e estimulam a cidadania local. Estes instrumentos levaram à superação dos interesses pessoais, pois publicizaram as informações e as condições precárias dos agricultores e da comunidade de Valente, levando-as para os debates públicos.

Percebeu-se que a APAEB tem contribuído para o desenvolvimento regional, possibilitando o crescimento sustentável, envolvendo toda a cadeia de produção e de comercialização do sisal, além de outros produtos da região, na intenção de valorizar os pequenos agricultores familiares, não apenas capacitando-os, mas também a seus filhos, no sentido de conviverem com o semi-árido, beneficiando assim os sócios da APAEB e a comunidade, enfim, desempenhando um importante papel político em Valente através de sua relação com a sociedade civil e instituições locais. Esse quadro nos leva a depreender que, os interesses pessoais foram sendo ultrapassados, chegando aos “interesses bem compreendidos”, conforme aponta Tocqueville apud Jasmin (2001), através da prática da “pedagogia comunitária”, ou seja, a doutrina do “interesse bem compreendido”, reduzindo o caráter predatório do auto-interesse ao inserir os indivíduos à participação no âmbito público.

Na esfera política as ações da APAEB podem ser consideradas democráticas na medida em que apossa a comunidade através da abertura de canais participativos (Conselhos, Fóruns), e conseqüentemente formando uma consciência mais crítica, através da organização comunitária da sociedade, tendo

como intenção modificar o poder político local enquanto forma de representar e defender os interesses dos seus associados e, principalmente, com a intenção de fortalecer o desenvolvimento sustentável. No entanto, a centralização de sua gestão ainda é um dilema e que contradiz as práticas democráticas da Associação, não reduzindo seu alcance, mas diminuindo sua credibilidade.

Em relação ao desenvolvimento sustentável, percebeu-se que alguns projetos da APAEB têm sido prejudicados, principalmente pela crise financeira que atinge a Associação, devido à desvalorização da fibra do sisal na Bahia, matéria-prima dos produtos para exportação. Após uma década dessa crise, o setor sisaleiro brasileiro está sofrendo atualmente uma depreciação cambial, pois o dólar em queda limita o preço da fibra no mercado internacional, principal comprador do produto (CEPLAC, 2006). Segundo os economistas Brum e Heck (2005), o sistema financeiro internacional tem riscos que configuram a sua marcante instabilidade, tais como riscos cambiais e de mercado. Apontando para a desvalorização do dólar como fator limitador das ações da APAEB, este diagnóstico tem sido revisto por profissionais que assessoram a Associação, favorecendo, num primeiro momento, a imagem da mesma, ao desvincular a crise das questões políticas e dos gastos com a campanha para prefeito, nas eleições de 2004, de um candidato que é diretor executivo da APAEB, conforme apontaram alguns entrevistados.

No entanto, algumas práticas da APAEB nos levam a pensar na fragilidade da organização associativa e da democracia no município de Valente. O déficit dessa democracia, visto através da presença de ações autoritárias nessa cidade, existe ainda na cultura política brasileira, pois, para além de um agir das elites e dos grupos dominantes, esta cultura vem arraigada em práticas dominadoras e na sua reprodução cotidiana, colocando em xeque as práticas democráticas.

A experiência da APAEB revela a importância e a dimensão que a organização popular alcança na sociedade contemporânea, podendo consolidar mudanças sociais e econômicas, mesmo num contexto de controle político e tradicionalismo familiar, embora não esteja imune à cultura política local que, com efeito, constitui um grande entrave ao fortalecimento do processo democrático. Nesse contexto, ações que vêm sendo praticadas na APAEB como a centralização do poder e das informações, a contratação de parentes da diretoria para os cargos mais importantes e a não rotatividade da gestão, entre outras, são ações que vão

contra a maioria de suas iniciativas democráticas e participativas e, por isso, merecem uma atenção particular, de forma não serem transformadas à mesma dimensão que possuem ainda hoje as ações autoritárias do poder público municipal de Valente desde a sua emancipação.

É fundamental reconhecer a importância da APAEB e todas as suas contribuições para os pequenos agricultores familiares. Identificamos, pelos dados levantados na pesquisa, que a maioria das ações da APAEB são democráticas e têm exercem grande influência sobre as organizações da sociedade civil de Valente, sendo também de grande impacto na vida política do município, modificando algumas ações do Poder Público e possibilitando aumento dos benefícios para a sociedade.

Entendemos que o papel da APAEB diante o Poder Público Municipal de Valente tem frequentemente sido de conflito e divergência de idéias, propostas e princípios. As tentativas de consenso não são bem sucedidas e a maioria dos projetos, acordos e convênios geralmente são concedidos a partir de mecanismos de pressão popular, seja em assembleias ou fóruns de discussão. Percebeu-se, a propósito, que grande parte dos projetos da APAEB apresentados à prefeitura são vetados, seja por motivos pessoais, seja por interesses na manutenção do poder, ou mesmo por não existir um repertório comum de ações entre a APAEB e o poder público municipal.

Nesse sentido, confirmaram-se as duas hipóteses levantadas no trabalho, quais sejam: a) APAEB, como uma associação de grande importância social e econômica, torna-se uma ameaça política às elites locais, que não querem perder o poder e, principalmente, ao Poder Público Municipal (que é um opositor ao projeto APAEB); e b) a 'reprodução' da lógica política local de centralização do poder, dentro do sistema associativo, limitaria o fortalecimento do processo democrático - hipóteses comprovadas pelas observações e análises através das quais cada indicador democrático pôde ser relacionado com as ações da APAEB em Valente. Com efeito, grande parte dos indicadores aqui utilizados, relativos à profundidade e extensão do processo democrático, são indicadores que estão presentes nas próprias práticas, relações e parcerias da APAEB, o que implica na existência de um déficit democrático muito pequeno.

Entendemos que a Associação tem fortalecido a democracia de Valente, na medida em que tem persistentemente procurado, com sua prática histórica, articular aqueles indicadores democráticos com as ações e relações de parcerias da APAEB. Entretanto, destacamos algumas fragilidades no processo associativo que se mostraram como ameaças à democracia participativa. Todavia, diante de todo o complexo processo de funcionamento da associação na cidade, tais fragilidades não chegam a comprometer sua dinâmica essencialmente democrática, pois se destacam sobre aquelas fragilidades a presença forte das atividades participativas desenvolvidas por essa associação e pela lógica das suas ações marcadas, por assim dizer, por um característico “interesse bem compreendido”.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. **Associativismo Rural e Participação**. Lavras: UFLA/FAEP, 2001. 80p.
- ARATO, A., COHEN, J. **La Sociedad Civil y la Teoría Social**. In: **La sociedad civil: de la teoría a la realidad/ Alberto J. Olvera**. México: Ed. Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2001, 362p.
- ARATO, Andrew. **Ascensão, Declínio e Reconstrução do Conceito de Sociedade Civil: orientações para novas pesquisas**. RBCS. n. 27, ano 10, fevereiro, 1995.
- ARON, Raymond. **As Etapas do Pensamento Sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA REGIÃO SISALEIRA (APAEB - Valente). **Relatório anual da APAEB – Valente**. Valente, 2004.
- ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO DA REGIÃO SISALEIRA (APAEB - Valente). **Jornal Folha do Sisal**, Edição n. 90, dezembro, Valente, 2004.
- AVRITZER, Leonardo. **A Moralidade da Democracia**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1996.
- _____. **Changes in Associative Pattern in Brazil**. Chicago: Latin American Studies Association, 1998.
- _____. Um Desenho Institucional para o Novo Associativismo. **Revista Lua Nova**, n.39, 1997.
- _____. **Modelos de Sociedad Civil: un análisis de la especificidad del caso brasileño**. In: OLVERA, Alberto J. **La Sociedad Civil: de la teoría a la realidad**. México: Ed. Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2001, 362p.
- AVRITZER, Leonardo & Pereira, Maria de Lourdes D. **Democracia, Participação e Instituições Híbridas**. Belo Horizonte: UFMG. 2002. Mimeografado.
- AVRITZER, Leonardo; SANCHES, Félix. **O Associativismo Paulistano**. Belo Horizonte, 2004.
- BECKER, Dinizar Fermiano. **A Economia política do (des) envolvimento regional contemporâneo**. Redes, Santa Cruz do Sul, v.7, n.3, p.35-59, set/dez. 2002.
- BECKER, H. S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993. “Sobre Metodologia”. pp. 17-46.
- BENEVIDES, M. Victoria de Mesquita. **A Cidadania Ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. São Paulo: Ática, 1991. 208p.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2004.
- _____. **O Futuro da Democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1992.
- _____. **O Marxismo e o Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- BOSCHI, Renato Raul. **A Arte da Associação: políticas de base e democracia no Brasil**. São Paulo: Edições Vértice. 1987.

BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J. C.; PASSERON, J.C. **A Profissão de Sociólogo**. Petrópolis: RJ, 1999. pp 45-72 e 177-238.

BRUM, A. L.; HECK, C. R. **Economia Internacional: uma síntese da análise teórica**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

CACCIA BAVA, Silvio. **Democracia e Poder Local**. In: VILLAS BOAS, Renata (org). **Participação Popular nos Governos Locais**. São Paulo: Pólis, 1994.

CASTAGNOLA, J. L. **Participación y Movimientos Sociales: notas sobre un debate conceptual y sus consecuencias políticas**. Montevideo: Cadernos Del CLAEH, 1986. pp. 65-77.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA – CEPLAC. **Desvalorização do dólar limita preço no mercado**. 2006. Disponível em: <<http://www.correiodabahia.com.br>> Acesso em 12/05/2007.

CHAMPAGNE, P. et alli. **Iniciação à Prática Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1996. pp. 107-227.

CHEIBUB, J. A. & PRZEWORSKI, A. **Democracia, Eleições e Responsabilidade Política**. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v. 12, n. 35, p. 49-61, out. 1997.

COELHO, Magda Prates; DINIZ, Eli. **Governabilidade Local e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1995. (mimeo).

COHN, Gabriel. **Sociologia: para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005. 176p.

COMPANHIA DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CAR-BA. **A Agropecuária no Semi-Árido Baiano**. Salvador: CAR, 1995.

COSTA, Sérgio. **Categoria Analítica ou Passe-Partout Político Normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil**. BIB. Rio de Janeiro, N. 43. 1^o semestre de 1997. pp. 3-25.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre o pensamento político**. 2ed., Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DA MATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 5.ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1990.

DAGNINO, E. **Os Movimentos Sociais e a Emergência de uma Nova Noção de Cidadania**. In: DAGNINO, E. **Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 103-115.

DALLARI, D. A. de. **O Que é Participação Política**. Brasiliense: São Paulo, 1991.

DELEUZE, G. & GUATARRI, F. **O Que é Filosofia?** Rio de Janeiro: Ed.34, 1992. pp. 25-47.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a Voz do Popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995.

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2004.

_____. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1999.

DUVERGER, Maurice. **Ciência Política: teoria e método**. 3ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

ESPIÑEIRA GONZALEZ, Maria Victória. **O Partido, a Igreja e o Estado nas associações de bairros**. Salvador: EDUFBA, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1997.

FARIAS, Francisco Pereira de. Clientelismo e Democracia Capitalista: elementos para uma abordagem alternativa. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, n.15, nov., 2000.

FERREIRA, Marcelo Costa. **Associativismo e Contato Político nas Regiões Metropolitanas do Brasil: 1988-1996 – Revisitando o problema da participação.** RBCS, Vol. 14, n. 41, outubro de 1999.

FREY, Klaus. **Descentralização e poder local em Aléxis de Tocqueville.** *Revista de Sociologia e Política.* Curitiba, 15, p. 83-96, nov. 2000.

GEERTZ, Clifford. **O Saber Local.** Petrópolis: Vozes, 1998. “Do ponto de vista dos nativos”. pp. 85-107.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas contemporâneos.** São Paulo: SP: Edições Loyola, 1997.

GRANGER, GILLES-GASTON. **A Ciência e as Ciências.** São Paulo: Unesp, 1994. pp. 41-57.

HABERMAS, J. **A Inclusão do Outro: estudos de teoria política.** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

_____. **Soberania Popular como Procedimento: um conceito normativo de espaço público.** *Novos Estudos CEBRAP.* São Paulo, CEBRAP, n.26, mar., 1990. pp.100-113.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo 2000.** Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>> Acesso em 23/10/2006.

IVO, Anete B. L. **Metamorfoses da questão democrática.** Governabilidade e pobreza. Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001.

JACOBI, Pedro Roberto. **Descentralização Municipal e Participação dos Cidadãos: apontamentos para o debate.** *Revista Lua Nova,* São Paulo, n.20, p.121-143.

JASMIN, Marcelo Gantus. **Interesse Bem Compreendido e Virtude em a Democracia na América.** In: BIGNOTTO, Newton. **Pensar a República.** Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2000.

KUHN, THOMAS. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992, pp. 29-76.

LALLEMENT, Michel. **História das Idéias Sociológicas: das origens a Max Weber.** Petrópolis: RJ, Vozes, 2003.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto.** São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1978.

LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa: uma introdução.** 2 edição. São Paulo: EDUC, 1999.

MACEDO FILHO, R. **A influência da Associação de Pequenos Agricultores Familiares na Qualidade de Vida dos Associados e suas Implicações no Desenvolvimento Local – APAEB/Valente-BA.** Viçosa: UFV, 2003. 131 f. (Dissertação de Mestrado).

MALINOWSKI, B. **Um Diário no Sentido Estrito do Termo.** Rio de Janeiro: Record, 1997. “Introdução”. pp. 15-35.

MARQUES, Paulo Eduardo Moruzzi. **Participação e Pronaf: um estudo do poder, dos atores e dos conflitos em torno dos conselhos municipais de desenvolvimento rural.** In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo M. (org). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

MARQUES, Eduardo César. **Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos.** In: **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB,** n. 43, RJ; 1997.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. **Qualitative Research Methodology**. Educ. Pesqui., São Paulo, v. 30, n. 2, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?>>. Acesso em: 06 Mar 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S1517-97022004000200007

MELUCCI, Alberto. **A Invenção do Presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: RJ: Vozes, 2001.

_____. Um Objetivo para os Movimentos Sociais? In: **Lua Nova**, n.17, p. 49-89. Junho, 1997.

MIGUEL, Luis Felipe. A Democracia Domesticada: bases antidemocráticas do pensamento democrático contemporâneo. In: DADOS. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 45, n.3, 2002, pp. 483-511.

_____. 2001. Promessas e Limites da Democracia Deliberativa. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 46, p.175-177, jun.

MILANI, Carlos R, S. O **“Princípio Participativo” na Formulação de Políticas Públicas Locais: análise comparativa de experiências européias e latino-americanas**. Anais do XXIX Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, Minas Gerais, Outubro, 2005.

MOVIMENTO DE ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA. **Relatório Anual do MOC**. Feira de Santana: 1982.

NASCIMENTO, H. M. **Capital Social e Desenvolvimento Sustentável no Sertão Baiano: a experiência de organização dos pequenos agricultores do município de Valente**. Campinas, SP: UNICAMP, 2000. 119 f. (Dissertação de Mestrado).

_____. **Conviver o Sertão: origem e evolução do capital social em Valente/Ba**. São Paulo: Annablume: Fapesp; Valente: APAEB, 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático**. 3 ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília, DF: ENAP, 2003.

PADUA, Jorge. **Técnicas de Investigación Aplicadas a las Ciencias Sociales**. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

PATEMAN, Carole. **Rousseau, John Stuart Mill e G.D.H. Cole: uma teoria participativa da democracia**. In: PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PORTUGAL, Zuela. **Democracia Participativa, Associativismo dos Cidadãos e Globalização**. ANGONOTÍCIAS. Disponível em : <<http://www.angonoticias.com/>>. Acesso em: 24/10/2004.

POSNER, Daniel; BOIX, Carles. Capital Social y Democracia. **Revista Española de Ciencia Política**. Madri. Vol. 1. n.2, Abril 2000, pp. 159-185.

QUINTANEIRO, Tania. **Um Toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1996.

RAWLS, John. **A Justiça como Equidade**. In: RAWLS, John. **Uma Teoria da Justiça**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

REVISTA BAHIA ANÁLISE & DADOS. **APAEB – Associação de Pequenos Agricultores do Município de Valente**. Salvador, SEI, v: 12, n. 1, p. 112-119, Junho, 2002.

RIVERA, Alberto J. de Olvera. **Los Modos de la Recuperación Contemporánea de la Idea de Sociedad Civil**. In: OLVERA, Alberto J. **La Sociedad Civil: de la teoría a la realidad**. México: Ed. Colegio de México, Centro de Estudios Sociológicos, 2001, 362p.

RUSCHEINSKY, A. **Atores Políticos e Lutas Sociais: movimentos sociais e partidos políticos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

SAES, D. **Estado e Democracia: ensaios teóricos**. Coleção Trajetória, n. 1. Campinas: IFCH-UNICAMP, 1994.

SALES, Carla V. As Máscaras da Democracia: notas sobre a teoria democrática contemporânea à luz dos eixos dahlsianos. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, **24**, p. 233-245, jun. 2005.

SARTORI, Giovanni. **A Teoria da Democracia Revisitada**. São Paulo: Ed.Ática, 1994.

SATO, Leny. "**Djunta Mon**": o processo de construção de organizações cooperativas. *Psicologia USP*, v. 10, n.2, 1999, 219-225.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna**. Porto: Afrontamento, 1989, pp. 168-185.

_____. **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS JÚNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e Governo Local: dilemas e reforma municipal no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2001.

SCHNEIDER, J.O. **Democracia, Participação e Autonomia Cooperativa**. 2.ed. São Leopoldo: UNISINOS, 1999. 466 p.

SHERER-WARREN, ILSE. **Movimentos Sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1999. 2. ed.

_____. **Redes de Movimentos Sociais**. 3.ed., São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SILVA, A. L. V. et al. **APAEB: uma história de fibra, luta e subsistência**. Valente: APAEB, 1993. 160p.

SILVA, M. K; MARQUES, P. E. M. **Democratização e Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural**. In: SCHNEIDER, Sérgio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo M. (org). **Políticas Públicas e participação no Brasil Rural**. Porto Alegre: Ed.UFRGS, 2004.

SILVEIRINHA, Maria João. **Democracia Deliberativa e Reconhecimento: repensar o espaço público**. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

SOUZA, Maria de L. A de. **Participação, o Desafio da Administração da Educação: o caso da escola família agrícola de Valente/Ba**. UEFS, Feira de Santana, 2002. (Dissertação de Mestrado).

TEIXEIRA, E.C. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

_____. **Poder Local e Participação Popular**. Cadernos do CRH, Salvador, n. 18, p.49-76, 1993.

_____. **Sociedade Civil e Participação Cidadã no Poder Local**. Salvador: Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, 2000.

TELLES, Vera. **Sociedade Civil e a Construção de Espaços Públicos**. In: DAGNINO, Evelina. **Anos 90 – Política e Sociedade no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 91-102.

TOURAINE, Alain. **O Que é a Democracia?** 2ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

_____. **Poderemos viver juntos? Iguais e Diferentes.** Petrópolis: Vozes, 1999.

TRIBUNA DO SISAL. Edição n. 13, agosto, Valente, 2006.

VEIGA, S. M. **Associações: como constituir sociedades civis sem fins lucrativos.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

WEBER, Marianne. **Biografia de Max Weber.** México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** 3ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. **Ensaio de Sociologia.** 5ed. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

_____. **Metodologias das Ciências Sociais.** São Paulo: Cortez, 1995.

WEFFORT, F. C. **Os Clássicos da Política 2.** São Paulo: Editora Ática, 2003.

ANEXOS

Roteiro de Entrevistas

(Poder Público, Organizações da Sociedade Civil e APAEB)

1. Identificação (nome, cargo que ocupa? Há quanto tempo ocupa essa função?)
2. Fale um pouco da trajetória/história da Associação como um movimento social, até a sua inserção na Equipe.
3. Principais atores sociais envolvidos no processo do Projeto APAEB.
4. Qual a sua opinião sobre a APAEB, papel e funcionamento?
5. Acredita que houve alguma mudança no seu papel? Explique, por quê? Como?
6. Podia ser diferente? Como?
7. Como é a relação desta Instituição/organização com a APAEB? Existem algumas divergências e apoios? Quais? Por quê? Poderia ser diferente? Como?
8. Perfil das gestões da APAEB?
9. Como o/a sr/sra. avalia a atual gestão da APAEB?
10. Como o/a sr/sra. avalia a figura do senhor Ismael?
11. Como o/a sr/sra. avalia a relação da APAEB com o senhor Ismael?
12. Como o/a sr/sra. avalia a relação do senhor Ismael com a Igreja? Sindicato? Partido? Prefeitura? MOC? Vereadores? População diretamente?
13. Como o/a sr/sra. avalia a relação do senhor Ismael internamente com os associados? e as ações do senhor Ismael dentro da APAEB e no espaço público e político de Valente?
14. As principais contribuições da APAEB para os associados, beneficiários em geral?

15. O que você acha do Sr. Ismael ter sido candidato a Prefeito? Isso foi positivo ou negativo? Fale sobre isso?
16. Descrição da trajetória/história política da Prefeitura de Valente. Quais foram as principais gestões (partidos).
17. Quanto tempo de permanência no Poder Público? Como o senhor vê isso em relação aos benefícios a Valente (ou seja, isso envolve experiência, conhecimento...etc).
18. Como outras instituições/organizações de Valente vêem isso? Positivo ou negativo para o processo democrático?
19. Quais são as principais dificuldades enfrentadas pelo Poder Público na realização de Projetos em Valente?
20. E os principais aliados ao Poder Municipal? Quais os tipos de apoio?
21. Existem relações entre associações locais, sindicato, Igreja, partidos, vocês trabalham juntos, eles pensam juntos com a Prefeitura? Eles apóiam? Em que? Se não, por quê? Poderia ser diferente? Como?
22. O Senhor acredita que relações entre associações, sindicato, Igreja, partidos do município, ajudam a Prefeitura e a vida política como um todo do município? Por quê? Fale um pouco sobre isso.
23. O que seria mais importante para o fortalecimento da democracia em Valente?
24. Qual o papel da Prefeitura nesse fortalecimento democrático? E o papel das associações neste processo? E do sindicato? E dos partidos? E da Igreja? Comente um pouco isso.
25. Como o Poder Público Municipal vê a crise da APAEB? Como ela influencia no desenvolvimento de Valente?
26. Como é a relação da Prefeitura com a APAEB? E com os gestores da APAEB?

Registros Fotográficos

BATEDEIRA DO SISAL



CAMPO DE SISAL



Fábrica de Tapetes e Carpetes da APAEB



Folha da Apaeb

Tiragem mensal	
Plano Verde	R\$ 1,20
Plano Amarelo	R\$ 1,50
Plano Azul	R\$ 2,00
Tiragem anual	
Plano Verde	R\$ 12,00
Plano Amarelo	R\$ 15,00
Plano Azul	R\$ 20,00

APAEB: uma das 10 melhores do Brasil



Comunidade de Petrópolis (RJ), a Associação de Produtores Rurais do Estado de Valente (APAEB) recebeu o prêmio de uma das 10 melhores organizações do Brasil em 2008, em uma cerimônia realizada em São Paulo, no dia 15 de maio. O prêmio foi entregue pelo presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Dr. Paulo de Godoy, em nome do governador do Estado, Sérgio Cabral Neto. O prêmio reconhece o trabalho desenvolvido pela APAEB em prol da comunidade e da sociedade em geral.

UMA DE 10 MELHORES DO BRASIL

Em 2008, a APAEB recebeu o prêmio de uma das 10 melhores organizações do Brasil em 2008, em uma cerimônia realizada em São Paulo, no dia 15 de maio. O prêmio foi entregue pelo presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Dr. Paulo de Godoy, em nome do governador do Estado, Sérgio Cabral Neto. O prêmio reconhece o trabalho desenvolvido pela APAEB em prol da comunidade e da sociedade em geral.

Folha da Apaeb

Tiragem mensal	
Plano Verde	R\$ 1,20
Plano Amarelo	R\$ 1,50
Plano Azul	R\$ 2,00
Tiragem anual	
Plano Verde	R\$ 12,00
Plano Amarelo	R\$ 15,00
Plano Azul	R\$ 20,00

APAEB ganha menção honrosa da Cepal



Em 2008, a APAEB recebeu uma menção honrosa da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em uma cerimônia realizada em Santiago, Chile. O prêmio reconhece o trabalho desenvolvido pela APAEB em prol da comunidade e da sociedade em geral.



Em 2008, a APAEB recebeu uma menção honrosa da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) em uma cerimônia realizada em Santiago, Chile. O prêmio reconhece o trabalho desenvolvido pela APAEB em prol da comunidade e da sociedade em geral.

Folha da Apaeb

Tiragem mensal	
Plano Verde	R\$ 1,20
Plano Amarelo	R\$ 1,50
Plano Azul	R\$ 2,00
Tiragem anual	
Plano Verde	R\$ 12,00
Plano Amarelo	R\$ 15,00
Plano Azul	R\$ 20,00

APAEB é Amiga da Criança



A APAEB é amiga da criança. Em 2008, a APAEB recebeu o prêmio de uma das 10 melhores organizações do Brasil em 2008, em uma cerimônia realizada em São Paulo, no dia 15 de maio. O prêmio foi entregue pelo presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Dr. Paulo de Godoy, em nome do governador do Estado, Sérgio Cabral Neto. O prêmio reconhece o trabalho desenvolvido pela APAEB em prol da comunidade e da sociedade em geral.

A APAEB é amiga da criança. Em 2008, a APAEB recebeu o prêmio de uma das 10 melhores organizações do Brasil em 2008, em uma cerimônia realizada em São Paulo, no dia 15 de maio. O prêmio foi entregue pelo presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Dr. Paulo de Godoy, em nome do governador do Estado, Sérgio Cabral Neto. O prêmio reconhece o trabalho desenvolvido pela APAEB em prol da comunidade e da sociedade em geral.

Folha da Apaeb

Tiragem mensal	
Plano Verde	R\$ 1,20
Plano Amarelo	R\$ 1,50
Plano Azul	R\$ 2,00
Tiragem anual	
Plano Verde	R\$ 12,00
Plano Amarelo	R\$ 15,00
Plano Azul	R\$ 20,00

Fundação Banco do Brasil aposta na APAEB



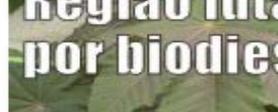
A Fundação Banco do Brasil apostou na APAEB em 2008. O prêmio reconhece o trabalho desenvolvido pela APAEB em prol da comunidade e da sociedade em geral.

A Fundação Banco do Brasil apostou na APAEB em 2008. O prêmio reconhece o trabalho desenvolvido pela APAEB em prol da comunidade e da sociedade em geral.

Folha da Apaeb

Tiragem mensal	
Plano Verde	R\$ 1,20
Plano Amarelo	R\$ 1,50
Plano Azul	R\$ 2,00
Tiragem anual	
Plano Verde	R\$ 12,00
Plano Amarelo	R\$ 15,00
Plano Azul	R\$ 20,00

Região luta por biodiesel



A região de Valente luta por biodiesel. Em 2008, a APAEB recebeu o prêmio de uma das 10 melhores organizações do Brasil em 2008, em uma cerimônia realizada em São Paulo, no dia 15 de maio. O prêmio foi entregue pelo presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Dr. Paulo de Godoy, em nome do governador do Estado, Sérgio Cabral Neto. O prêmio reconhece o trabalho desenvolvido pela APAEB em prol da comunidade e da sociedade em geral.

A região de Valente luta por biodiesel. Em 2008, a APAEB recebeu o prêmio de uma das 10 melhores organizações do Brasil em 2008, em uma cerimônia realizada em São Paulo, no dia 15 de maio. O prêmio foi entregue pelo presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Dr. Paulo de Godoy, em nome do governador do Estado, Sérgio Cabral Neto. O prêmio reconhece o trabalho desenvolvido pela APAEB em prol da comunidade e da sociedade em geral.

Folha da Apaeb

Tiragem mensal	
Plano Verde	R\$ 1,20
Plano Amarelo	R\$ 1,50
Plano Azul	R\$ 2,00
Tiragem anual	
Plano Verde	R\$ 12,00
Plano Amarelo	R\$ 15,00
Plano Azul	R\$ 20,00

Em busca de soluções



Em busca de soluções. Em 2008, a APAEB recebeu o prêmio de uma das 10 melhores organizações do Brasil em 2008, em uma cerimônia realizada em São Paulo, no dia 15 de maio. O prêmio foi entregue pelo presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Dr. Paulo de Godoy, em nome do governador do Estado, Sérgio Cabral Neto. O prêmio reconhece o trabalho desenvolvido pela APAEB em prol da comunidade e da sociedade em geral.

Em busca de soluções. Em 2008, a APAEB recebeu o prêmio de uma das 10 melhores organizações do Brasil em 2008, em uma cerimônia realizada em São Paulo, no dia 15 de maio. O prêmio foi entregue pelo presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), Dr. Paulo de Godoy, em nome do governador do Estado, Sérgio Cabral Neto. O prêmio reconhece o trabalho desenvolvido pela APAEB em prol da comunidade e da sociedade em geral.

Folha da APAEB - Edição 313 - 19 de Agosto de 2006

Folha da APAEB é um informativo semanal, voltado para funcionários e comunidade de Valente. São impressos 1.000 exemplares por edição, circulando dentro da APAEB e na cidade, principalmente no comércio local.

Registro da Parceria com a Prefeitura



Foto de um dos carros financiados pelo MDA.

720 beneficiados diretos, e outros 3600 agricultores familiares passaram indiretamente em julho de 2006 a ter uma assistência técnica mais eficiente do Departamento de Desenvolvimento Comunitário da APAEB.

Numa parceria formada entre a APAEB, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e a Prefeitura do Município de São Domingos foram adquiridos com recursos do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar dois Fiat Uno novos que irão circular prestando assistência técnica em 15 municípios da região sisaleira.

Na prefeitura de São Domingos a APAEB encontrou total apoio para viabilizar a chegada dos recursos para aquisição dos veículos. A legislação vigente não permite que entidades da sociedade civil receba diretamente aplicações do PRONAF/Investimento, o que deve ser feito via poder público executivo.

O projeto para a aquisição dos veículos passou por duas votações na câmara de vereadores daquele município e foi aprovado por unanimidade. A entrega dos veículos foi feita pelo vice-prefeito, Domingos Naftel Ramos à diretoria executiva da associação valentense. "Confiamos que as metas para atender os agricultores da região serão alcançadas pela APAEB o que trará bons resultados nessa parceria", aposta Naftel. Apenas em São Domingos 116 agricultores familiares serão diretamente atendidos. Para o coordenador do projeto de assistência técnica, o agrônomo, Domingos Magalhães Neto, o projeto vai melhorar a periodicidade de visitas às famílias aumentando a presença dos técnicos nas comunidades promovendo também intercâmbios com os produtores das cadeias de sisal e ovinocaprinocultura de corte e leite.